



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Marilene Silva Maués

**A TEMÁTICA GÊNERO NAS PRODUÇÕES
PROVENIENTES DOS GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ**

Belém
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Marilene Silva Maués

**A TEMÁTICA GÊNERO NAS PRODUÇÕES
PROVENIENTES DOS GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ**

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Currículo e
Formação de Professores como exigência para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa.

Belém
2007

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Profa. Elcy Rodrigues Lacerda/Centro de Educação/UFPA, Belém-PA**

Maués, Marilene Silva.

A Temática gênero nas produções provenientes dos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará; orientador, Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa. _ 2007.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

1. Ensino Superior - Pesquisa – Belém (PA). 2. Universidade Federal do Pará – Pós-Graduação. 3. Currículos – Belém (PA). I. Título.

CDD - 21. ed.: 378.007098115

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Marilene Silva Maués

**A TEMÁTICA GÊNERO NAS PRODUÇÕES
PROVENIENTES DOS GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARÁ**

Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa Currículo e
Formação de Professores como exigência para obtenção
do título de Mestre em Educação.

Defesa: Belém (PA), 11 de junho de 2007

Banca examinadora

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Orientador, UFPA

Profa. Dra. Diomar da Graças Motta
Examinadora, UFMA

Profa. Dra. Josenilda Maria Maués da Silva
Examinadora, UFPA

Profa. Dra. Wilma de Nazaré Baia Coelho
Examinadora, UFPA

Aos dois Sóis da minha vida:

Maria José da Silva Maués, mãe amada, mulher corajosa, que mesmo diante do momento mais doloroso de nossas vidas encontrou forças para não me deixar sucumbir.

Denis Marcelo Vilhena Rabelo, esposo e companheiro, grande amor que viveu as ausências que minha presença solicitava; burlou uma concepção tradicional na relação de gênero em nosso cotidiano e compartilhou das minhas inquietações acadêmico-científicas.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ter me permitido viver mais essa conquista com tamanha intensidade, por ter me acolhido também nos momentos de profunda aflição que atravessaram impetuosamente minha vida e minha produção científica.

A minha sogra **Graci Sueli Vilhena Rabelo** e a meu sogro **Rubens de Sousa Rabelo** (*in memoriam*) pelas palavras de esperança.

Um especial agradecimento para meu querido orientador **Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa**, grande profissional e ser humano, que jamais deixou a desejar em seu trabalho junto a essa produção, que me escutou com diligência inclusive quando os problemas, em tese, não faziam parte de nossa investigação e prudentemente me fez retomar novo fôlego quando as energias pareciam fenecer. A você meu estimado amigo Paulo, meu respeito e meus agradecimentos.

Já com os olhos marejados pelas saudades, agradeço às amigadas da Pós-Graduação que suscitaram profícuas discussões acadêmicas e momentos de lazer que chegavam a se misturar em encontros casuais ou organizados, muito obrigada **Amélia Mesquita (Mel)**, **Ana Cláudia Cristo**, **Carlos Amorim (Carlinhos)**, **Damião Bezerra (Dami)**, **Gleice Oliveira**, **Jacirene Vasconcelos (Jaci)**, **Joana D'Arc (Marquesa)**, **Sandra Karina**, **Solange Mochiutti**, **Rosana Castro**, **Rosângela Farias (Rô)** e **Vera Solange (Sol)**.

Às minhas amigas, irmãs e cúmplices, **Amélia Mesquita**, pelo seu generoso companheirismo, **Vera Solange** e **Shyrley Santos**, a todas pelas contribuições e apoio incondicional concedido a mim durante essa caminhada formativa.

A todas as pessoas responsáveis por esse insigne **Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará**, marco de formação paraense, por ter concedido oportunidade e credibilidade à minha proposta de pesquisa.

À secretária do Programa **Conceição Mendes** e à bolsista **Fabianne Luz** que sempre receberam nossos apressados pedidos com paciência e cordialidade.

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, pela bolsa de estudos que viabilizou financeiramente a execução deste trabalho.

À **Profª Dra. Wilma de Nazaré Baia Coelho**, por suas preciosas contribuições no momento da pré-qualificação do projeto e por suas palavras de incentivo.

À **Profª Dra. Josenilda Maria Maués da Silva** e **Profª Dra. Wilma de Nazaré Baia Coelho**, pelas proveitosas considerações na qualificação deste trabalho e estímulo dado à pesquisadora que em mim se desenvolve.

A todos os membros que aceitaram gentilmente fazer parte da banca examinadora com críticas e sugestões a esse trabalho.

Ao **corpo docente da Linha Currículo e Formação de Professores**, pelo nível formativo com que fui agraciada e pelas saudáveis provocações que suscitaram dúvidas que fizeram essa investigação avançar.

Ao **Prof. Dr. Ronaldo Lima Araújo**, por sua gentileza e disposição em responder nossas insistentes perguntas e providenciar com sucesso nossas demandas em nível administrativo.

A **Maria Auxiliadora Maués Araújo**, pelo apoio nas dificuldades iniciais do mestrado.

*Ao nascermos somos pinho de riga pura, mas logo
começam as demãos de tinta. A tinta são as palavras.
As palavras educam, grudam no corpo, entram na
carne. Somos educados, mas quem somos? O
intervalo entre o nosso desejo e aquilo que os desejos
dos outros fizeram de nós.*

Oliveira, 2006

RESUMO

Neste estudo objetivou-se realizar um mapeamento que revelasse as produções científicas das/os pesquisadoras/es vinculadas/os a grupos de pesquisa situados na Universidade Federal do Pará, visando analisar como a temática gênero ganhava evidência em pesquisas realizadas no cenário acadêmico-científico daquela instituição, no período de 1995-2006. Nesse sentido, foram levantados os seguintes questionamentos: 1) O que se tem discutido, no campo acadêmico, em torno das questões de gênero? 2) Como está evidenciada a produção científica generificada na base de dados dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq durante o período 1995 a 2006? 3) Como se apresenta a produção generificada das/os pesquisadoras/es, nos grupos de pesquisa, a partir dos indicadores estatísticos no Campus da UFPA de Belém? Os dados foram analisados quanti/qualitativamente por meio do cruzamento dos indicadores de produtividade científica – disponíveis no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (<http://www.cnpq.br>) – com os referenciais teóricos balizadores da temática gênero – Louro (2001) e Rosemberg (2001) –, aspecto que permitiu fazer uma radiografia da produção generificada no cenário nacional para posterior incursão na produção dos grupos de pesquisa da UFPA. Constatou-se que grande parte das pesquisas em torno do gênero tem abordado principalmente questões alusivas à mulher e que aquelas pesquisas refutam as explicações de cunho biologicista na composição de femininos e masculinos, bem como asseveram que culturalmente há relações de poder entre os sexos; além disso, o estudo revelou que no panorama nacional o gênero encontrou guarida principalmente nos grupos de pesquisa na área das Ciências Humanas; no tocante à participação feminina na Ciência, observou-se um parâmetro androcêntrico na estrutura do fazer científico, aspecto esse que ressoa no quantitativo das produções acadêmicas de autoria feminina, posto que elas ainda precisam conciliar a carreira profissional com as exigências do mundo privado; mas, apesar do domínio masculino nas produções científicas, os estudos sobre gênero ganham envergadura nas pesquisas desenvolvidas por mulheres, tanto em nível nacional como local. No que tange especificamente aos indicadores da UFPA, o gênero ganhou lugar de destaque na produção paraense e essas/es intelectuais têm se esmerado naquele campo exibindo uma produção freqüente em um período de 11 anos, embora tenham que assumir um acréscimo incomensurável de trabalho em consequência de a maioria fazer parte dos quadros docentes em programas de pós-graduação vigentes na UFPA. Com isso, reafirma-se que os grupos de pesquisa da Instituição em destaque, ainda que com menor expressão quantitativa em relação ao cenário nacional, são de grande relevância para a fertilização dos estudos de gênero na região Norte e para a projeção dessa Universidade como lugar institucional em que se produzem pesquisas que garantem a ela destaque nacional.

Palavras-chave: Gênero, Produção Científica, Grupos de Pesquisa

ABSTRACT

This paper aimed to carry out a mapping that would show the researchers' scientific productions linked to groups of research in the Federal University of Pará (UFPA), it also aims to analyze how the gender theme gained evidence in researches carried out in the academic-scientific scenario of that institution, in the period of 1995-2006. Thus, the following questions had been raised: 1) What have they have been arguing about in the academic field, around the questions of gender? 2) How the scientific production generated in the data basis of research groups registered in the CNPq during the period of 1995-2006 is evidenced? 3) How the production generated by the researchers, in the research group is presented, taking into account the statistical figures in the UFPA campus in Belém? The data had been analyzed considering its quantity and quality by crossing the figures of scientific productivity - available in the site of the National Council of Scientific and Technological Development (<http://www.cnpq.br>) - with the theoretical references which delimitates the gender theme - Louro (2001) and Rosemberg (2001) -, aspects that allowed to make an x-ray of the production generated in the national scenario for posterior verticalization with the production research of the UFPA. Evidenced that great part of the research around the gender theme has approached allusive questions related to women and that those researches refute the explanations of biological basis in the composition of female and male, as well as they assume that culturally there is a relationship of power between opposite sexes. Moreover, the study showed that in the national panorama the genre found its place in the research group in the Human Sciences area; regarding to female participation in Science it was observed an androcentric parameter in the structure of scientific deeds, this aspect resounds in the quantitative process of academic productions of female authorship, considering that they still need to conciliate the professional career with the requirements of the private world; but, despite the male domain in the scientific productions, the studies on gender have been gaining praise in the research developed by women, not only in the national level but also in the local one. Regarding the figures of the UFPA, the gender have gained a place of prominence in the *paraense* production and these professionals have performed with care in that field showing a frequent production in a period of 11 years, even so they had to take on an incommensurable addition of work in consequence of the majority to be part of the teaching stuff of Post Graduation Programs in the UFPA. Thus, it is reassured that the research groups of the Institution mentioned here, even though with lesser quantitative expression in relation to the national scenario, they are of great relevance for the spread of the studies on this theme in the North region and for the projection of this university as an institutional place where the research produced guarantees national highlight.

Key words: Gender, Scientific Production, Research Groups

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante nas atividades dos grupos cadastrados no CNPq, 2000-2004.....	69
Gráfico 2 – Distribuição dos grupos de pesquisa, segundo a região geográfica, 2000-2004.....	72
Gráfico 3 – Distribuição dos grupos de pesquisa no Brasil que abordam a temática gênero segundo a região geográfica, 2006.....	73
Gráfico 4 – Distribuição das/os pesquisadoras/es segundo a região, 1995-2004.....	75
Gráfico 5 – Evolução de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os cadastradas/os como líderes nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 1995-2004.....	93
Gráfico 6 – Distribuição de pesquisadoras e pesquisadores não-líderes cadastradas/os nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 1995-2004.....	95
Gráfico 7 – Área de estudo e liderança agrupada por sexo nos grupos de pesquisa que adotam a temática gênero no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 2006.....	97
Gráfico 8 – Área de formação das/os pesquisadoras/es doutoras/es dos Grupos que discorrem sobre gênero na UFPA.....	110
Gráfico 9 – Projetos de pesquisa (aprovados) de pesquisadoras/es integrantes de grupos que fazem interlocuções em torno da temática gênero na UFPA, 1995-2006.....	112
Gráfico 10 – Distribuição de pesquisadoras/es, partícipes dos grupos que discutem gênero, nos projetos aprovados na UFPA durante o período de 1995-2006.....	115
Gráfico 11 – Coordenação dos projetos de pesquisa aprovados na UFPA, por sexo 1995-2006.....	116
Gráfico 12 – Artigos completos sobre gênero publicados em periódicos especializados de circulação nacional e internacional, 1995-2006.....	118
Gráfico 13 – Capítulos de livros ou livros publicados/organizados ou edições referenciados por questões de gênero, relativos aos grupos de pesquisa da UFPA 1995-2006.....	120
Gráfico 14 – Trabalhos completos publicados pelas/os pesquisadoras/es ligadas/os aos Grupos de Pesquisa sobre gênero em anais de eventos 1995-2006.....	121
Gráfico 15 – Resumos publicados pelas/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa de gênero em anais de eventos, 1995-2006.....	123
Gráfico 16 – Trabalhos técnicos realizados por pesquisadoras/es dos grupos de pesquisa sobre gênero na UFPA 1995-2006.....	124

Gráfico 17 – Publicação de textos das/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero em jornais de notícias/revistas, 1995-2006.....	126
Gráfico 18 – Produção artística e cultural das/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero, 1995-2006.....	127
Gráfico 19 – Participação das/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero em orientações de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso de graduação, monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1995-2006.....	128
Gráfico 20 – Participação geral de pesquisadoras/es que discutem gênero em grupos de pesquisa na UFPA, distribuída por sexo, 1995-2006.....	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Universidades que apresentam dissertações cadastradas no site da CAPES que versam sobre os sexos ou relações de gênero, 2004.....	32
Tabela 2 – Número de grupos cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq em 2006, que discutem o gênero em cada área do conhecimento.....	66
Tabela 3 – Distribuição institucional dos grupos de pesquisa no Brasil que realizam estudos concernentes às questões de gênero, 2006.....	79
Tabela 4 – Distribuição dos grupos de pesquisa no Brasil que estudam a temática gênero, segundo as unidades da federação, 2006.....	81
Tabela 5 – Distribuição de pesquisadoras/es por sexo e faixa etária, 2000-2004.....	84
Tabela 6 – Número de pesquisadoras/es doutoras/es por sexo na UFPA, 2000-2004.....	104
Tabela 7 – Grupos de pesquisa da UFPA que contribuem para produções em torno da temática gênero distribuídos por ano de formação, área do conhecimento e sexo, durante o ano de 2006.....	107
Tabela 8 – Grupos de pesquisa na UFPA distribuídos por área de atuação e liderança segundo o sexo, 2006.....	109

LISTA DE SIGLAS

Instituições de pesquisa

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEFET/PR – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas
EST – Escola Superior de Tecnologia
FAJE – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
FBDC – Fundação Baiana para Desenvolvimento das Ciências
FCC – Fundação Carlos Chagas
FCMSCSP – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
FEAD – Faculdade de Estudos Administrativos
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FIC – Faculdade Integrada do Ceará
FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste do Estado
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências
FtecBrasil – Faculdade de Tecnologia
FUEC – Federação Universitária de Esportes Capixaba
FURB – Universidade Regional de Blumenau
FURG – Fundação Universidade Federal de Rio Grande
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia
IS – Instituto de Saúde
Mackenzie – Universidade Presbiteriana Mackenzie
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
PUC – Pontifícia Universidade Católica
PUC/CAMPINAS – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC/RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados
UCAM – Universidade Cândido Mendes
UCB – Universidade Castelo Branco
UCB/DF – Universidade Católica de Brasília
UCB-RJ – Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UCG – Universidade Católica de Goiás
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UCSal – Universidade Católica de Salvador
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UGF – Universidade Gama Filho
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto
UnB – Universidade de Brasília
UNC – Universidade do Contestado
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESA – Universidade Estácio de Sá
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIABC – Universidade do Grande ABC
UNIBAN – Universidade Bandeirante de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNICEUB – Centro Universitário de Brasília
UNIFACS – Universidade Salvador
UNIFAL/MG – Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIFRA – Centro Universitário Franciscano
UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNILASALLE – Centro Universitário La Salle
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAC – Universidade de Presidente Antonio Carlos
UNIPAR – Universidade Paranaense
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNISA – Universidade de Santo Amaro
UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISUAM – Centro Universitário Augusto Mota
UNIT – Universidade Tiradentes
UNITAU – Universidade de Taubaté
UNITINS – Universidade do Tocantins
UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco
UNIVATES – Centro Universitário Univates
Universidade FUMEC – Fundação Mineira de Educação e Cultura
UNIVERSO – Universidade Salgado de Oliveira
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UNOCHAPECO – Universidade Comunitária Regional de Chapecó
UNP – Universidade Potiguar
UPe – Universidade de Pernambuco
UPF – Universidade de Passo Fundo
UPI – United Press International
URCA – Universidade Regional do Cariri
URCAMP – Universidade da Região da Campanha
USM – Universidade São Marcos
USP – Universidade de São Paulo
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná

Outros

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CA – Comitê Assessor

CD – Conselho Deliberativo

CED – Centro de Educação

CFCH – Centro de Filosofias e Ciências Humanas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTC – Conselho Técnico Científico

DGP – Diretório dos Grupos de Pesquisa

DMTOE – Departamento de Métodos, Técnicas e Orientação da Educação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Iniciação Científica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

MTC – Ministério da Ciência e Tecnologia

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I: A TEMÁTICA GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PESQUISADORAS/ES.....	26
1.1 ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	27
1.2 GÊNERO: CIÊNCIA, CONCEITO E (RE)CONSTRUÇÃO	34
1.2.1 Pinçando alguns elementos: do modelo do sexo único e hierárquico à diferenciação sexual.....	37
1.2.2 No princípio... Era o Feminino.....	40
1.2.3 O fragor do gênero.....	46
1.2.4 A diáde relacional.....	50
1.2.5 O refinamento social das relações de gênero.....	55
CAPÍTULO II: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GENERIFICADA NOS GRUPOS DE PESQUISA BRASILEIROS.....	63
2.1 O PANORAMA CIENTÍFICO DA PRODUTIVIDADE NO CNPQ: MAPEANDO QUESTÕES REFERENTES AO GÊNERO.....	65
2.1.1 Os estudos generificados nas áreas do conhecimento.....	66
2.1.2 No esboço assimétrico das regiões geográficas brasileiras, a temática gênero.....	71
2.1.3 Os grupos no contexto das instituições de pesquisa e das unidades federativa....	78
2.2 NOS GRUPOS, AS/OS PESQUISADORAS/ES: O FRONTISPÍCIO DE UMA CIÊNCIA MASCULINA.....	83
2.2.1 A segmentação na liderança científica: um quadro em mudança.....	84
CAPÍTULO III: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GENERIFICADA NOS GRUPOS DE PESQUISA SEDIADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.....	102
3.1 MAPEANDO O PERFIL DA PESQUISA GENERIFICADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.....	103
3.2 A PRODUTIVIDADE GENERIFICADA NOS CURRÍCULOS LATTES DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES DOUTORAS/ES NA UFPA, DURANTE O PERÍODO 1995-2006.....	111
3.2.1 Projetos de investigação desenvolvidos pelos grupos de pesquisa sobre gênero na UFPA.....	112
3.2.2 A produção científica alusiva aos grupos de pesquisa sobre gênero na UFPA.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	154
ANEXOS.....	166

INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi balizada por uma atitude investigativa que procurou compreender e interpretar a produção generificada do conhecimento no interior da Universidade Federal do Pará. Nesse contexto, foram radiografados os indicadores de produtividade científica, concernentes às relações de gênero, dos grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), durante o período de 1995 a 2006.

O significativo aumento do número de programas de pós-graduação, a partir de 1965, possibilitou que mais pessoas se empenhassem na dedicação às pesquisas brasileiras, aumentando a quantidade de pesquisadoras/es e, conseqüentemente, a ampliação nos números dos grupos de pesquisa. Nesse período, as investigações sobre a mulher e relações de gênero estavam adstritas aos pouco frequentes estudos que, ligados às concepções tradicionais das disciplinas, não geravam interesses, pois eram considerados pelas academias como temas de menor importância.

No decorrer do período de 1970-1975 em âmbito internacional o movimento feminista já se manifestava com grande força, enquanto no Brasil ainda estávamos emergindo nestas discussões, pois havia um grande entrave situado naquele conturbado tempo histórico em que o país vivia. O feminismo era encarado como um estilo de vida burguês e moda importada, entretanto, o tema era mal visto tanto na seara política, como no campo acadêmico, nesse sentido, tornou-se incompatível o interesse pelo tema e a vida profissional.

Porém, essas discussões tiveram acolhida em espaços importantes como é o caso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)¹ que em 1972 já incluía em sua agenda estudos concernentes à mulher; em 1975 constituiu uma mesa-redonda e mais tarde passou a aceitar trabalhos de grupos feministas mesmo que não tivessem vínculo com a referida instituição promotora. A partir de 1974 a Fundação Ford foi aos poucos percebendo o interesse pelo tema entre pesquisadoras/es brasileiras/os e também passou a apoiar seus estudos. Em 1977 foi a vez do CNPq e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no ano de 1978, a Fundação Carlos Chagas (FCC) promoveu o primeiro concurso de pesquisas sobre a mulher brasileira.

Embora no princípio a difusão desse tipo de estudo tivesse se deparado com a ausência de financiamentos, o processo de ampliação dos espaços institucionais abertos a discussões em torno da mulher e posteriormente das questões de gênero havia se tornado inevitável e

necessário. Mais tarde, as pesquisadoras que davam ênfase ao especialmente feminino sentiram a necessidade de mais expansão e compreenderam que os estudos sobre a mulher diziam respeito também aos homens, a partir de então passou a falar em estudos das relações entre os sexos ou das relações de gênero (afim de desbiologizar a noção de sexo).

Na atualidade é inegável a expansão dos estudos de gênero no Brasil. As pesquisas em torno deste tema espalharam-se pelo país (com as disparidades regionais que marcam toda produção científica brasileira), pesquisadoras/es de várias filiações teóricas e disciplinares têm contribuído significativamente para a ampliação das discussões acerca das relações de gênero atreladas à compreensão e à análise das questões sociais e educacionais.

A academia tem se mostrado partícipe no processo de compreender e colaborar com outras perspectivas na abordagem da temática propondo seminários, congressos, encontros, linhas de pesquisa, grupos de trabalho, núcleos de estudo, grupos de pesquisa, entre outros. Em especial, os grupos de pesquisa brasileiros também têm se esmerado nessa discussão, seja promovendo eventos, seja produzindo e divulgando suas pesquisas acadêmicas ou mesmo fomentando a participação das/os aprendizes de pesquisa nas suas empreitadas em torno de uma determinada preocupação investigativa que envolva as relações de gênero.

O crescente surgimento dos grupos de pesquisa que se debruçam nos estudos em torno do gênero provou a articulação da temática a outras dimensões como raça/etnia, religião, classe, nacionalidade, entre outras, e potencializou ainda mais a pluralidade teórico-metodológica e temática existente na produção desse tipo de conhecimento, alimentando a pesquisa intelectual brasileira com um maior volume de trabalhos acadêmicos.

A escolha do tema se justifica pela ocorrência de estudos realizados em dois momentos ímpares da trajetória acadêmica da pesquisadora no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará. O ano de 2001 marcou o primeiro momento, quando na condição de bolsista de iniciação científica (IC)² fez parte da equipe que atuava no projeto de pesquisa intitulado “Memórias de professoras: um estudo sobre a escolarização em educandários paraenses nos anos de 50/60”³. No segundo, ao deter-se em uma continuação daquele estudo, na ocasião da produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Formação de professoras em escola confessional em Abaetetuba-PA nos anos 50/60” (MAUÉS; SANTOS, 2003). Estes estudos aliados às inquietações pessoais provocadas

¹ Que deu mostras de seu relevante papel político como espaço alternativo de oposição ao contexto brasileiro vivenciado na década de 1970.

² Contando com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

pela/na vivência de um ser feminino, impulsionaram na pesquisadora a vontade de pesquisar questões relativas ao gênero.

A opção pelo período de 1995 a 2006 se deu em razão das séries históricas (dados) necessárias à realização da presente pesquisa, estarem em maior disponibilidade para o acesso no site do CNPq durante o tempo transcorrido em questão, além de ser uma periodização que marca o ano de formação dos grupos em foco na UFPA. Portanto, este estudo permite vislumbrar, em um período de onze anos, a proliferação salutar das produções acadêmicas e Grupos de Pesquisa que trabalharam questões alusivas ao gênero no âmbito nacional e local.

A pretensão inicial para esta pesquisa objetivou realizar um estudo que tinha a proposição de pesquisar como as questões alusivas ao gênero se entrecruzavam nos percursos formativos de pesquisadoras/es do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação (CED) localizado na Universidade Federal do Pará (UFPA). O tripé temático memória-formação docente-gênero atravessaria a abordagem teórico-metodológica desta proposta, na qual eu pretendia tecer uma interface entre a discussão do trabalho com a memória e os depoimentos orais das/os pesquisadoras/es da UFPA.

Nessa proposta, os momentos que balizaram o processo de formação para o doutorado seriam a referência principal para o alcance das questões norteadoras, uma vez que a memória teria um papel crucial nos caminhos dessa investigação, pois foi vislumbrado que através de depoimentos dos sujeitos da pesquisa, seria possível compreender melhor como os gêneros são aprendidos também nos espaços onde ocorre a qualificação no âmbito *stricto sensu*, uma vez que este lugar não está incólume à formação que (re)produz subjetividades femininas ou masculinas.

Através dessa primeira proposta de trabalho vislumbrava-se uma proficiente reflexão acerca da realidade concreta, a partir do esforço que levasse a uma atividade de abstração, ou seja, um certo distanciamento que possibilitasse aos sujeitos desfiar com acuidade o enredo de sua própria história até deslanchar em sua prática formativa para reavaliá-la, modificá-la ou mesmo mantê-la.

Entretanto, um novo interesse surgiu a partir de uma sugestão lançada pela Banca Examinadora à época da qualificação no mestrado, através da qual deveria ser trazido para os holofotes acadêmicos um mapeamento do conhecimento produzido pelos grupos de pesquisa que realizam apreciações no campo do estudo das relações entre os sexos, no contexto da

³ Esse projeto de pesquisa contou com a Coordenação da Profa. Dra. Josenilda Maria Maués da Silva, lotada no Departamento de Métodos, Técnicas e Orientação da Educação (DMTOE/CED/UFPA).

região Norte, alertando para a reflexão do quadro apresentado pelas/os pesquisadoras/es da UFPA. Sugestionado pela banca optou-se pelo novo desafio.

A participação e publicação de trabalhos acadêmicos em vários eventos científicos durante o trajeto no curso de Pedagogia, bem como no mestrado, ao constituírem minha formação também tiveram sua parcela de responsabilidade nas escolhas nesta investigação.

A pertinência deste estudo reside na apresentação e disponibilização de uma radiografia da produção acadêmica generificada de pesquisadoras/es vinculadas/os aos grupos de pesquisa distribuídos pelas instituições brasileiras, em especial, a Universidade Federal do Pará. Porque admitir que o fato de vermos que persiste uma maioria de mulheres ou de homens em determinados espaços, implica reconhecer que em qualquer seguimento de trabalho, “[...] seja exercido por homens ou por mulheres, o gênero faz diferença. E que a incorporação dessa perspectiva não pode ser apenas um aditivo às nossas análises habituais, [...] mas exige uma revisão de todas as categorias explicativas” (CARVALHO, 1996, p. 79).

Neste contexto, as discussões em torno das relações de gênero, não devem ser utilizadas “[...] como uma especificidade a ser adicionada a posteriori à análise global, mas como uma determinação que pode estar alterando o significado de categorias e processos [...]” (CARVALHO, 1996, p. 80), posto que, estar na condição de pesquisadora ou pesquisador, coopera para o fazer Ciência de maneira histórica e culturalmente diferenciadas.

Portanto, ao trilhar os caminhos investigativos desta pesquisa, tenciono trazer para a discussão teórica paraense a urgente necessidade de fomento a estudos que se proponham refletir no campo da temática aqui averiguada, pois como iremos ver mais adiante, são poucos os grupos de pesquisa que optaram pelo empenho na produção desse tipo de conhecimento, embora tenhamos em nível nacional uma vasta produção nesse sentido, a região Norte precisa contribuir com novas pesquisas e com números mais elevados de grupos de pesquisa, ademais, como demonstrou a pesquisa de Meyer; Ribeiro e Ribeiro (2004), eles são responsáveis por uma considerável parcela das produções existentes em todas as áreas.

Assim, procura-se trazer para a UFPA, enquanto importante espaço histórico e formador de profissionais da região, um alerta que aponte para a necessidade da produção de trabalhos que tenham como foco central uma preocupação que enfeixe as relações de gênero e a produção de pesquisadoras e pesquisadores.

Também se pretende contribuir com o Programa de Pós-Graduação em Educação, no sentido de fornecer uma produção teórica que possa auxiliar no desenvolvimento de outras

ações e práticas investigativas que culminem em um olhar *multirreferencial*⁴ acerca da produção intelectual de pesquisadoras/es e de sua relação com os universos que compreendem as questões de gênero, embebidas/os por “[...] uma postura investigativa que assuma plenamente a complexidade da realidade, sob diferentes ângulos e perspectivas que não sejam, necessariamente excludentes” (PIMENTA; LISITA, 2004, p.107) e nem tampouco displicentemente generalizantes. De igual modo, esta investigação proporciona ao jovem PPGE da UFPA somar-se aos poucos, mas crescentes estudos de gênero nas estatísticas da região Norte.

Para a Linha Currículo e Formação de Professores, por meio deste estudo propõe-se o surgimento de elementos que colaborem para o debate e a reflexão em torno da temática em foco, além de proporcionar para estudantes de Pós-Graduação vinculadas/os ou não à Linha uma possibilidade de consulta ao conteúdo expresso nesse trabalho.

Em relação à perspectiva científica, este trabalho possibilita que a partir da reflexão de uma determinada realidade dentro do país, possa-se contribuir com o estudo mais amplo das questões de gênero no contexto social brasileiro. No aspecto restrito, sua relevância está na compreensão de como os estudos de gênero têm reverberado na produção de pesquisadoras/es doutoras/es pertencentes a grupos de pesquisa da UFPA.

Do ponto de vista pessoal, este estudo oportunizou um maior amadurecimento na tarefa de pesquisar, ler, escrever, agir e conhecer. Do mesmo modo como contribuiu também para amadurar o olhar sobre a vida e sua relação com a profissão escolhida, onde dentre outras atribuições, inclui a dinâmica do aprender-ensinar-aprender e tornar-se pesquisadora subsumida por um marco indicativo de gênero.

Ao comungar das palavras de Louro (2004, p. 03) quando declarou que “[...] temos de admitir que a tarefa de conhecer é sempre incompleta, sem fim.” E ainda nos alerta, pois “além de uma boa dose de onipotência, a pretensão ao domínio pode significar [...] satisfazer-se com as respostas ou as soluções que se encontrou [...] e, enfim, deixar de se empenhar”, a pesquisadora foi impulsionada a reconhecer, não obstante sua trajetória acadêmica, que sabe pouco acerca dos debates e acomodações que envolvem as temáticas gênero e produção de pesquisadoras/es, e ainda como os sujeitos envolvidos nestas temáticas dão concretude a elas, portanto este trabalho, perturbado por outras leituras, decerto auxiliou na tarefa do conhecer.

Deve-se reiterar que o envolvimento da pesquisadora nesta empreitada, leva em consideração que alguns sujeitos envolvidas/os em sua pesquisa são formadoras/es e

⁴ Expressão utilizada por Ardoño apud Pimenta e Lisita (2004, p. 107).

formadas/os no espaço onde se encontra na condição de mestranda, estando, portanto, sendo formada e formando a partir das experiências generificadas destas/es pesquisadoras/es. Essa relação leva a pesquisadora a perceber que através deste estudo pode refazer a si mesma, já que como assevera Corazza (2002, p. 127) “[...] uma prática de pesquisa está implicada por nossa própria vida [...]” e para desenhá-la de outras maneiras é necessário que “[...] o/a pesquisador/a empenhe-se em fazer sua existência de outro modo, a mudar suas relações com o saber e o poder, a perder a verdade de sua própria formação identitária para que o si mesmo/a seja refeito” (CORAZZA, 2002, p. 127).

As reflexões construídas neste estudo tiveram como eixo basal as seguintes questões propulsoras: 1) O que se tem discutido, no campo acadêmico, em torno das questões de gênero? 2) Como está evidenciada a produção científica generificada na base de dados dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq durante o período 1995 a 2006? 3) Como se apresenta a produção generificada das/os pesquisadoras/es, nos grupos de pesquisa, a partir dos indicadores estatísticos no Campus da UFPA de Belém?

O objetivo geral neste estudo foi realizar um mapeamento a respeito das produções científicas das/os pesquisadoras/es vinculadas/os a grupos de pesquisa situados na UFPA, no período de 1995-2006, visando analisar como as questões referentes ao gênero se projetaram em pesquisas realizadas naquela instituição no decorrer do período supracitado.

No aspecto tocante às inquietações de cunho específico, destaca-se aqui os três eixos retratados na investigação: I) Refletir sobre referenciais balizados pelos estudos das questões de gênero apontados em produções teóricas brasileiras; II) Identificar, a partir dos dados fornecidos pelo CNPq, como está incidida a produção científica generificada dos grupos de pesquisa brasileiras/os; III) Analisar de que maneira se apresenta a produção intelectual na UFPA, a partir dos indicadores da pesquisa científica que apontam para os estudos referentes às questões de gênero realizados por pesquisadoras/es do Campus de Belém.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados para efetivar a concretização desta pesquisa foi realizada, em primeiro lugar, a revisão da literatura referente aos eixos centrais da investigação, através do levantamento de fontes bibliográficas com o intuito de produzir um olhar informado pela perspectiva do gênero. Após isto aconteceu a organização e leitura minuciosa dos textos selecionados.

Passados estes primeiros momentos, inicialmente foram escolhidos como campos fornecedores de dados estatísticos necessários à pesquisa, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) situados no site <http://www.capes.gov.br> e do CNPq localizado no <http://www.cnpq.br/index.htm>. Para ter

acesso a essas informações foi utilizado o recurso da Internet, porém ao buscar as fontes notou-se que nos quadros fornecidos pela CAPES não estavam tabuladas estatísticas demográficas sobre pesquisadoras/es. Ao entrar em contato, via e-mail, com a mencionada instituição através do endereço eletrônico ricardo.lourenco@capes.gov.br (LOURENÇO, 2006), obteve-se a confirmação da constatação inicial. Todavia, esse fato comprometeria o andamento dos estudos, por esse motivo escolheu-se apenas o CNPq como base para a coleta de dados.

No próximo passo, em busca de uma visão panorâmica dos grupos de pesquisa, solicitou-se junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq que revelasse os grupos nele cadastrados. Com o resultado, as informações foram organizadas a fim de obter o número real de grupos que declararam realizar atividades de pesquisa em torno das relações de gênero; nos grupos que levantavam dúvidas foi necessário abrir outras janelas virtuais para verificar as palavras-chave, as linhas de pesquisa em que os grupos atuavam na instituição e por fim o resumo que indicava as atividades de cada grupo em questão. Na continuidade, foram averiguados também quantos grupos existiam em cada instituição, o número deles divididos por área de estudo, como estava composta a liderança sob a ótica dos sexos e a quantidade de pesquisadoras e pesquisadores participantes que possuem o título de doutoramento.

Em seguida, visando ampliar a margem de segurança que as informações relatadas acima haviam me garantido, efetuou-se uma análise complementar de outros dados encontrados nas séries históricas e súmulas estatísticas sobre os grupos de pesquisa em geral, as linhas de pesquisa e pesquisadoras/es doutoras/es.

O próximo caminho consistiu no requerimento dos trâmites legais necessários à cessão, por parte da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), do número de pesquisadoras/es doutoras/es vinculadas/os à Universidade Federal do Pará durante o período de escolha para a realização deste estudo, de modo a garantir com clareza quantas pessoas estudavam as relações de gênero na instituição elencada para a realização desta investigação e como estavam distribuídas segundo as respectivas áreas do conhecimento.

Para dar prosseguimento a essa fase da pesquisa, na qual se objetivou a análise dos índices da produção generificada de pesquisadoras/es doutoras/es ligadas/os à UFPA, considerou-se o cadastro de dados curriculares registrados na base de dados do Currículo *Lattes* (<http://lattes.cnpq.br/curriculo/htm>), mantido sob o acompanhamento e avaliação do CNPq. Nesse sítio, foram alvos do esquadramento realizado, os seguintes itens: formação acadêmica/titulação, atuação profissional, orientações (iniciação científica, TCC,

monografias, dissertações e teses), participação em projetos de pesquisa, produção científica, tecnológica e artística; que por sua vez estão organizados em artigos completos publicados em periódicos, livros publicados/organizados ou edições, capítulos de livros publicados, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos publicados em anais de congressos, produção técnica.

Todos os dados encontrados foram organizados e impressos, para na seqüência serem tabulados, confrontados e analisados a partir das orientações e base teórica adquirida anteriormente e no decorrer de todo o processo, para posterior armazenamento em arquivos pessoais.

A estrutura da dissertação se encontra concatenada da seguinte maneira:

O primeiro capítulo intitulado “A temática gênero na produção científica de pesquisadoras/es”, explora os resultados de um estudo realizado acerca das produções em nível de dissertações de mestrado cadastradas no Banco de Teses da CAPES, através do qual foram verificadas as principais tendências de pesquisas que relacionaram debates concernentes ao gênero. Procura discutir, a partir do referencial teórico adotado, a categoria de análise gênero.

No segundo capítulo, “A produção científica generificada nos grupos de pesquisa brasileiros”, encontra-se a descrição e a apreciação dos indicadores estatísticos disponíveis no site do CNPq, relativos aos grupos que contribuíram para o surgimento de produções intelectuais acerca da temática gênero.

O terceiro capítulo, intitulado “A produção generificada dos grupos de pesquisa sediados na Universidade Federal do Pará”, traz à baila os índices da produtividade generificada de pesquisadoras/es doutoras/es no decorrer do período de 1995-2006. Na esteira desse levantamento, o capítulo mostra uma análise da produção generificada do conhecimento acadêmico no copioso interior da instituição citada.

Nas considerações finais, com amparo na perspectiva do gênero argumenta-se que as construções culturais por tecerem um tipo de mulher e homem, baseadas em uma sociedade patriarcal renderam à Ciência um caráter masculino que acabou criando entraves à participação feminina naquele campo. Reitera-se que os interessantes números dos grupos de pesquisa brasileiros que consideram a temática gênero em suas investigações garantem a divulgação e elevação desse tipo de conhecimento no âmbito acadêmico. Para finalizar, discute-se que a produção intelectual sobre gênero na UFPA comprova a posição de destaque que a referida instituição assume no quadro nacional e tem ligação direta com a atuação de

pesquisadoras e pesquisadores situadas/os em posição de vanguarda que atuam em seus grupos de pesquisa.

CAPÍTULO I

A TEMÁTICA GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PESQUISADORAS/ES

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo ao próprio *corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios em uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. [...] A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o feminino, e, especialmente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho.

(BOURDIEU, 2002, p. 20, grifos no original)

Pretende-se neste capítulo sondar o que se tem discutido, no campo acadêmico, em torno das questões de gênero. Para investir na reflexão dos referenciais apontados nas produções teóricas brasileiras, decidiu-se averiguar produções em nível de mestrado que alegaram ter realizado pesquisas em torno da temática gênero. No prosseguimento, buscou-se aportes teóricos para compreender os enleios da categoria que enfeixa esta pesquisa.

Desenvolvido inicialmente na esfera das Ciências Humanas e Sociais, o tema gênero trouxe à baila o estudo das relações de gênero, travando uma discussão nos espaços capilares da sociedade a respeito de mulheres e homens. Essa interseção foi traçada ao abrigo das teorias críticas feministas no começo dos anos de 1980 e nos legaram um importante construto analítico, através do qual abordar o feminino sem relacioná-lo ao masculino (o sentido inverso é igualmente aplicável) é uma atitude cáustica aos estudos dessa natureza.

Nesse panorama, a proposta de (des)construção do gênero necessariamente trabalha com mulheres e homens, procurando entrever que as relações de gênero são peremptoriamente, animadas pela cultura e pela história. Esses núcleos aglutinadores erguem princípios sociais e condutas para os sexos que, por sua vez, são acometidos por mudanças que se espriam em tempos e espaços diferentes dando seqüência a outros matizes, ao contrário da visão biologicista que procura manter-se incólume e indelével ao tergiversar em torno de questões legitimadoras das distinções sexuais através de uma suposta naturalidade,

logo, contra esse estado de coisa nada se pode fazer, porque originalmente se é natural, é perene.

1.1 ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para ter um conhecimento mais atualizado acerca do que se tem produzido sobre a temática relativa ao gênero no campo da pós-graduação brasileira, escolheu-se garimpar as dissertações de mestrado cadastradas no Banco de Teses da CAPES e localizadas em seu site oficial <http://www.capes.gov.br/>, uma vez que essa base de dados torna disponíveis os resumos de dissertações e teses defendidas em todos os programas de pós-graduação brasileiros. Como fonte de informação, selecionei apenas as dissertações em vista de inicialmente buscar uma exposição geral do tipo de produção generificada que se encontra em nível de mestrado, lugar onde também se situa minha investigação.

Também vale ter presente que as produções acadêmicas analisadas, neste primeiro momento, foram defendidas no decurso do ano de 2004 e são consideradas as mais recentes, pois para além deste tempo não há registros no cadastro eletrônico fornecido pela CAPES.

A pesquisa se deu a partir da solicitação do assunto gênero, a princípio surgiram 196 dissertações cadastradas, mas, após minuciosa leitura dos títulos, palavras-chave e resumos das referidas produções, restaram apenas 69 delas, distribuídas segundo a ordem de maior número de produtividade entre as áreas de Educação, Serviço Social, Sociologia, História, Psicologia, Letras, Educação Física, Teologia, Economia Doméstica, Tecnologia, Direito, Geografia, Literatura Brasileira, Lingüística, Filosofia, Ciências Sociais, Antropologia, Administração e Sexologia. Após a impressão e releitura das informações encontradas, defrontou-se com as seguintes características:

Dos 69 trabalhos que versam sobre a temática gênero, um total de 26,07% (18) abordam a identidade, dedicam-se à educação 21,74% (15), focalizam o trabalho 17,4% (12), tratam da violência 11,6% (8), ocupam-se das representações 10,14% (7), estudam a formação docente 2,9% (2), pesquisam questões acerca dos movimentos sociais 2,9% (2), faz considerações em torno do currículo 1,45% (1), do espaço 1,45% (1), versa sobre o direito 1,45% (1), as relações sociais 1,45% (1) e tecnologia 1,45% (1).

Para efeito de melhor visualização, dividiu-se a seguir os temas descritos acima em dois grupos. No primeiro, estão elencados os que somam um maior número de assuntos relacionados aos respectivos temas. No segundo, constam aqueles que têm assuntos cujos temas foram pouco abordados.

Grupo 1

Nas pesquisas que abordam as questões de gênero ligadas ao tema *identidade* encontrou-se estudos sobre contos de fada contemporâneos, revistas feministas, masculinidade, romances femininos e brasileiros, religião, raça, mulheres jovens, docência, educação superior (pós-graduação), terceira idade e transexualismo. No campo da *educação* aparecem análises como: educação ambiental, educação infantil, educação física, escolarização, ecologia, mulheres na família, masculinidade, escolas agrotécnicas, educação feminina e sexualidade. O tema *trabalho* inclui cuidados especiais com a discriminação, trabalhadoras/es rurais, mulheres empreendedoras, mulheres ribeirinhas, escravidão, trabalho feminino, educação superior, feminização, agricultura familiar, saúde da mulher e subordinação feminina. Por sua vez as análises concernentes à *violência* inspecionaram a relação conjugal, escolar, sexual, mulheres carcerárias e exploração sexual de crianças e jovens do sexo feminino. Já as *representações* dedicam-se à publicidade turística, histórias infantis, relação com o corpo, educação escolar, magistério e revistas voltadas ao público feminino ou masculino.

Grupo 2

Os estudos sobre *formação docente* nas dissertações estudadas trabalham com a formação em nível de magistério e educação superior (Pedagogia). As apreciações que privilegiaram gênero e os *movimentos sociais* discorreram sobre militância feminina e trabalho rural. O exame de *questões curriculares*, por seu turno, leva em consideração eventos relacionados à docência. No que diz respeito ao *espaço* enquanto resultado de uma construção que recebeu influências marcadas pelo gênero, este estudo recorre aos aspectos da chamada geografia feminina. Em relação ao campo do *direito*, nota-se uma abordagem acerca da contribuição da filosofia para a formulação dos direitos legais da mulher. No tocante ao tema *relações sociais*, o alcoolismo feminino é incluído como pauta de discussão e por último focaliza-se o fenômeno da *tecnologia* aliado às relações de gênero no contexto de uma organização não-governamental do Brasil.

Nota-se nos grupos 1 e 2 a multiplicidade de conceitos que parecem agitare-se para direcionamentos não coincidentes, inclusive procurando consistências explicativas em diferentes matrizes. Essa dessemelhança pode ter em seu âmago relação com os diferentes

posicionamentos disciplinares e teóricos que a categoria gênero transporta em sua bagagem histórica.

Outra característica desses grupos é a insistência de pesquisas relacionadas diretamente com a questão feminina. Isso é muito emblemático, pois, a despeito de as 69 dissertações estarem disponíveis segundo uma dada perspectiva dos estudos das relações de gênero, considerou-se que apenas 34,78% (24) trazem de fato contribuições naquele sentido, uma vez que 50,72% (35) discutem questões referentes exclusivamente à mulher e 14,5% (10) tratam somente a respeito dos homens.

A maior parte das dissertações (38) faz alusão direta ao gênero em seus títulos, entretanto, 26 deles tratam do sexo feminino ou do masculino, restando nesse conjunto analisado apenas 12 dissertações que de fato parecem cumprir com a proposta de estudo anunciada no título. A situação contrária também ocorre, pois, na outra ponta, alguns trabalhos (3), ao fazerem referência a um dos sexos em seus títulos, acabam discutindo nos resumos, assuntos consubstanciados nas relações de gênero. Outros (30) ainda indicam em seus resumos ter vínculos com a temática aqui discutida, porém no prosseguimento da leitura daquele elemento, é perceptível a preocupação com o sondamento da realidade de mulheres ou apenas de homens.

Como verificado, 65,2% (45) das dissertações escolhidas para esse estudo parecem estar ancoradas na idéia de que mulher (principalmente) ou homem são sinônimos de gênero, o problema está na maneira como esses sujeitos aparecem, na maioria dos casos, de modo dicotomizado e hierárquico, encarados a partir do pólo dominada-dominador. Deve-se lembrar que não se pretende diminuir ou pulverizar as contribuições que as dissertações encaixadas nessa análise trazem não só para o seletivo meio acadêmico, como também para a sociedade em geral.

É interessante como um expressivo número de dissertações que afirmam estar atentas às questões de gênero, são constantemente flagradas exibindo uma idéia fixa acerca de estudos circunscritos em torno da mulher, chegando a não distinguir as categorias gênero e mulher quando efetivam a permutação de uma palavra pela outra sem qualquer diferenciação. É importante avivar esse acontecimento, em vista de chamar a atenção para o fato de trabalhos, cujas/os autoras/es optaram pela escolha do elemento basal mulher serem diferenciados daqueles que têm como substrato o gênero, na medida em que trabalhos que abordam as mulheres não são a mesma coisa que trabalhos que examinam acerca do gênero.

Jardim e Abramowicz (2005) ao procurarem explicitar as tendências da produção sobre gênero e educação nas dissertações de mestrado paulistas, notaram que essa confusão

entre gênero e mulher é uma característica bastante comum nos trabalhos analisados e que tem suas raízes no despertar da categoria gênero, originária do bradar feminista ávido por seus direitos, onde nesse bojo também exigiam que as mulheres sássem do anonimato histórico, fundamentalmente, através de estudos sobre a condição feminina.

Logo, o gênero ainda é referido às mulheres justamente porque surgiu de uma recalcitrante batalha de cunho feminista. Segundo as autoras, essa informação guarda a possibilidade de constituir-se em uma indicação para compreendermos porque algumas pesquisas ainda continuam abordando o gênero de forma a não explorar as potencialidades que essa categoria traz consigo. Para Bruschini e Umbehaum (2002) essa dificuldade em reconhecer as distinções entre gênero e mulher pode indicar que os estudos em torno dessa temática têm adotado uma forma bastante restrita de explanação, porque não estão explorando as potencialidades que a categoria contém.

No caso específico deste estudo, fica provado que a limitação da categoria gênero não é um problema apenas detectado na área da educação (ROSEMBERG, 2001a), pois, a partir da averiguação das áreas, onde estão vinculadas as dissertações aqui declaradas, ficou evidenciado que além da educação, outras 18 áreas do conhecimento mostraram estar ligadas à produção de estudos relacionados ao gênero e que através de seus resumos apontaram para os equívocos descritos acima.

Alguns trabalhos que correspondem a 65,2% (45), ao assumirem como referência a categoria gênero, mesmo frisando seu aspecto relacional, incorrem no erro de proporem tão-somente a relação menina e menino, mulheres e homens, sem recorrer a outros vértices como, por exemplo, raça, classe, etnia, sexo, cultura, dentre outros possíveis de serem operados em uma determinada preocupação de estudo. Por outro lado, há também aqueles que procuram compreender o que pensam mulheres e homens sobre determinados aspectos da realidade, visualizando a relação entre os sexos e fazendo com que a categoria gênero seja evidenciada de outra maneira, todavia isso acontece em apenas 34,8% (24) dos trabalhos em questão.

No que diz respeito à autoria, a impressionante marca de 92,75% (64) das pesquisas em debate foram realizadas por mestradas e somente 7,25% (5) da amostra eram mestrados. Isso é sintomático, pois a maciça presença de mulheres foi insofismável no processo de engendramento da área de estudos a respeito das mulheres, porém Louro nos lembra que estas primeiras investigações foram resultado “[...] de uma construção teórica marcadamente conduzida por mulheres brancas, heterossexuais, urbanas e de classe média” (2001, p. 47).

Segundo a apreciação de Sorj e Heilborn (apud JARDIM; ABRAMOWICZ, 2005) historicamente existe uma vigorosa fusão entre o movimento de mulheres e a área dos estudos

de gênero, o que possivelmente esteja causando embaraços a uma presença masculina mais significativa em termos de quantidade, fazendo com que estes estudos continuem sendo encarados como uma espécie de reduto feminino. Portanto, as questões concernentes ao gênero parecem continuar atraindo o interesse de mulheres em detrimento aos dos homens.

Quando o assunto é orientação, os números apontam para 73⁵ pessoas no total, das quais 71,23% (52) pertencem ao sexo feminino e 28,77% (21) ao masculino. Estes dados podem ser traduzidos diante da preferência por orientadoras e/ou pelo fato destas, em maior número, estarem dedicando-se a temáticas relacionadas ao gênero, restando assim menos opções de escolha por orientadores do sexo masculino, uma vez constatado a pouca frequência com que eles incluem o interesse por esses estudos, em sua área de conhecimento. Essa análise também pode ser transposta para a realidade das bancas examinadoras, onde foram registradas a presença de 152 avaliadoras/es divididas/os em 75% (114) mulheres contra 25% (38) de homens.

Comparando-se os índices de 92,75% (64) de orientandas e 71,23% (52) de orientadoras, vamos perceber que houve um decréscimo na quantidade dessas últimas em relação às primeiras. Essa diferença entre autoria e orientação pode estar refletindo os dissabores da dominação de gênero no mercado de trabalho, neste caso, trata-se de um campo onde ocorre deliberadamente a preponderância de mulheres. No entanto, conforme Rosemberg (2001a) e Paschoali (2005) alguns homens subitamente conquistam posições de relevo até mesmo em decorrência dos incentivos que lhes são conferidos, no entanto a situação inversa dificilmente será vivenciada por mulheres que porventura estejam inseridas em profissões ou atividades consideradas masculinas.

Na contramão dessa grande quantidade de pesquisadoras e orientadoras envolvidas com os estudos de gênero, detectou-se que, inadvertidamente, há uma utilização de termos no genérico masculino, mesmo nas dissertações que afirmam estar analisando na seara das discriminações sexuais. Essa consignação nos remete ao candente debate acerca da linguagem, pois quando nos dispomos a compreender que ela foi/é atuante na constituição dos sujeitos e que a estamos construindo a partir da cultura, torna-se nítido que a imposição do masculino como regra na linguagem não só expressa como institui o ocultamento do feminino (LOURO, 1995). Esse tipo de linguagem produz um efeito tão real e inquestionável quanto durador, que se naturaliza a ponto das próprias mulheres, ao fazerem referência a si, falarem

⁵ Algumas dissertações foram auxiliadas com a presença de mais que um/a orientador/a.

no masculino recorrendo a uma linguagem dita asséptica, generalizante e neutra (ESTUMANO, 2004).

Consultando as universidades brasileiras, com as quais estão vinculadas as dissertações antepostas para essa análise, corroborou-se que durante o ano de 2004 houve uma concentração de produções em algumas universidades em prejuízo de outras. A tabela abaixo mostra com detalhes essa informação:

Tabela 1 – Universidades que apresentam dissertações cadastradas no site da CAPES que versam sobre os sexos ou relações de gênero, 2004

Universidades	Nº. de dissertações	Universidades	Nº. de dissertações
UFPE	4	UFC	1
UFSC	4	FURG	1
UFRJ	4	EST	1
UFPR	3	UFMT	1
USP	3	UFPI	1
UFRN	3	UFES	1
UCPEL	2	UFPeI	1
UFF	2	FUEC	1
UEL	2	UNESA	1
UFMG	2	UNISINOS	1
UNIJUÍ	2	USM	1
FAJE	2	UERJ	1
UFV	2	ENCE	1
UFBA	2	UFRGS	1
PUC/SP	2	UFMS	1
CEFET/PR	2	UNIOESTE	1
UFPB	2	UFPA	1
Unicamp	2	UGF	1
Unesp	2	UCG	1
UCB	2	UMESP	1

Fonte: CAPES (2004).

Pode-se deprender que uma pequena quantidade de 06 universidades, correspondendo ao percentual de 15% do total dessas instituições, possuem trabalhos que foram produzidos objetivando colocar em evidência questões relacionadas ao gênero ou mulher/homem. Em primeiro lugar aparecem a UFSC, UFPE e UFRJ cada uma exibindo 5,8% (4) de estudos

naquele campo mencionado; em segundo estão a UFPR, USP e UFRN apresentando individualmente 4,34% (3) daquelas pesquisas. Nesse grupo ocorre a predominância dos números nas regiões Nordeste (UFPE e UFRN), Sudeste (UFRJ e USP) e Sul (UFSC e UFPR), onde cada uma delas é dona de 07 produções defendidas durante o período em análise. Vale ressaltar que a UFPA apresenta somente 01 dissertação defendida no ano de 2004, isso pode nos demonstrar a parca quantidade de produções acerca do gênero nessa instituição.

No aspecto geral, a hierarquia das regiões fica organizada de maneira que a região Sudeste abraça 36,23% (25) das produções, a Sul conta com 30,44% (21), em seguida a região Nordeste soma 18,84% (13) dos trabalhos, depois veremos o Centro-Oeste com 13,04% (9) e por fim a região Norte surge como a última colocada apontado para 1,45% (1). Nota-se, nessa pequena amostra, que as pesquisas fomentadas pelos estudos de gênero ou por referenciais de sexo aparecem distribuídas pelas regiões brasileiras de maneira desigual, fato que pode ser esclarecido quando se verifica, por meio eletrônico, os dados fornecidos através do CNPq (2004), onde é divulgada a quantidade de pesquisadoras/es e grupos de pesquisa ligados à temática em questão.

Como se procurou demonstrar até aqui, ao realizar um laborioso levantamento das dissertações que vaticinaram estar sondando em torno das questões de gênero, ficou claro que bastante se tem tratado do assunto em pesquisas circunscritas no âmbito científico. Ademais, quando se considera a recente penetração dos estudos de gênero no Brasil, compreende-se prontamente que muito se avançou em nível de produção acadêmica. Porém, até o momento, o estudo realizado permite fazer algumas ilações, no sentido de afirmar que ainda se faz necessário a realização de um mapeamento dos grupos de pesquisa que promovem averiguações acadêmicas imbricadas aos estudos de gênero e que tenham como lócus principal as instituições de nível superior brasileiras, e mais especificadamente a Universidade Federal do Pará.

Dentre os estudos acadêmicos investigados neste primeiro momento, encontrou-se apenas dois que tratavam de assuntos que relacionavam a educação superior, sendo que um se deteve na circunscrição da graduação (Pedagogia) e o outro da pós-graduação (doutorado). Todavia, ambos prendiam suas atenções unicamente em compreensões sobre a condição feminina. Nesse sentido, esta pesquisa procura se distanciar em relação a essa literatura especializada, ao buscar um trilha que torne possível o deslizar por outras veredas quando proponho uma espécie de raio-X dos grupos de pesquisa, visto que as inquietações focalizam

as relações de gênero e não uma situação de mulheres ou de homens esquadrihados isoladamente.

Em linhas gerais, encontrou-se nas pesquisas de Pimenta e Lisita (2004) que as produções pautadas nas discussões em torno do gênero estão amplamente voltadas para o sexo feminino e raramente vemos investimentos de pesquisa que tratem do sexo masculino, portanto afunilam-se as possibilidades de estudos que vão ao encontro de uma perspectiva relacional entre os sexos aqui tratados. Ainda segundo as autoras, quando as atenções miram o nível superior as pesquisas que recorrem às questões de gênero no terreno da educação, em média, situam-se em análises restritas ao curso de Pedagogia, sem contar que é muito comum que referências em torno dessas questões apareçam massivamente também nos itens escola normal e formação contínua (em nível de magistério).

É sempre muito auspiciosa a disposição em se pensar sobre os efeitos das produções acadêmicas na realidade concreta, pois o simples fato das pesquisas mencionarem as relações de gênero já faz grande diferença, mas é preciso que se busquem outras interferências para que os estudos de gênero possam trazer contribuições aos dilemas de nossa época, a fim de superar o que Rosemberg (2001a) afirma ser uma frágil comunicação entre essas temáticas nos trabalhos de cunho acadêmico.

Tendo em vista as considerações edificadas até aqui, procurou-se orientações teóricas que pudessem auxiliar nessa busca de compreender e interpretar a produção generificada do conhecimento, através das interlocuções com os estudos de gênero.

1. 2 GÊNERO: CIÊNCIA, CONCEITO E (RE)CONSTRUÇÃO

Que fatos estão organicamente ligados à preocupação que a maioria de nós carrega em não parecermos “excêntricos”, não nos distanciando do “padrão” de mulher ou de homem há muito estabelecido? Essa inquietação humana parece se refletir em nossa vida mesmo antes de nosso nascimento, pois a primeira pergunta que comumente se faz é: - menina ou menino?

Essa parece ser uma necessidade tão premente que nos tempos onde os avanços da medicina ainda não consentiam aos olhos humanos identificar as esplendorosas transformações do pequeno corpo em desenvolvimento, eram (ainda é!) muito freqüentes as especulações que tinham por objetivo vaticinar o sexo da criança que ainda estava por vir. Fagundes (1999, p. 170) expõe alguns destes jogos populares:

- Um homem e uma mulher agarram cada um uma ponta da forquilha (de galinha) e puxam ao mesmo tempo em direção contrária, até despedaçá-la. Se a parte mais comprida ficar na mão do homem, vai nascer um garoto...
- O ventre mais pontudo da mãe durante a gravidez é sinal de que vai nascer um menino (alusão ao falo), ao passo que um ventre mais chato, largo distendido, indica que vai nascer uma menina...
- Se a gestante está de bom humor, nascerá um macho; de mau humor, nascerá uma menina...
- Se a pulsação cardíaca do feto for rápida será um garoto; se for lenta, uma menina...

Nota-se uma ligação entre essas conjecturas populares e os usuais estereótipos sexuais que presenciamos envolver meninas e meninos, mulheres e homens. Esses valores estereotipados alastram-se por todas as instâncias da vida humana e “através de generalizações forçadas [...] diferenças vão sendo estabelecidas entre homens e mulheres, tornando seres humanos essencialmente iguais, em diferentes” (PASSOS apud FAGUNDES, 1999, p. 175).

Ao detectarem o sexo do bebê, ou mesmo antes disso, os pais ou responsáveis⁶ imediatamente constroem uma série de intenções atuais ou futuras dentro de uma cultura que dita como devem ser o sujeito feminino e o masculino, é nesse sentido que se dá a construção de um corpo sexuado. Essa/e recém-nascida/o tem o compromisso de construir seu projeto identificatório, entretanto a ela/e só é concedida uma possibilidade de escolha, a que a biologia lhe permitiu, *a priori*.

No estudo relativo à construção social de mulheres e homens, Fernández (1994) averigua que o corpo feminino ou masculino não é só produto de sua história e de seu projeto identificatório, como também os produz. Estes corpos vão sendo construídos ao longo da vida humana, através de eventos que são sancionados ao infante por dois sentidos: o primeiro deles é a evidência de seu inequívoco organismo genital e o segundo tem relação com a simbologia que envolve o fato de ter nascido mulher ou homem e pelo mito que a/o envolve dentro do contexto vivenciado. Em razão disso, a aprendizagem a que um bebê é submetido não faz parte de um processo assexuado, assim como no ensino formal também não o será. A respeito disso, a referida autora comenta:

O bebê aprenderá a ser homem ou mulher, aprenderá como mulher ou como homem, constituirá um corpo masculino ou feminino. O bebê aprenderá a caminhar porque e somente se houver ensinantes que o ensinam a caminhar. Não vai aprender apenas porque seu organismo tem pernas que podem

⁶ Sabemos que a constituição de uma família não se dá necessariamente com a composição de uma mãe e um pai ou mesmo de uma mulher e um homem.

mover-se. Vai caminhar quando articular seu desejo de caminhar com o desejo de seus ensinantes de que ele caminhe. Mas, além disso, quem vai aprender a caminhar é um menino ou uma menina e quem vai ensinar estará ensinando a um homem ou a uma mulher. Estará transmitindo, então, junto com a mão que segura ou os braços que esperam esse primeiro passo de autonomia, um significado do que é ser homem ou mulher, um significado em relação a como caminham as mulheres ou os homens (FERNÁNDEZ, 1994, p. 38).

Se ainda aconchegado no ventre de sua mãe o bebê “chuta” com frequência, as pessoas logo afirmam que se trata de um menino, mas, ao nascer menina fica evidenciada a não-correspondência entre a atividade (chutar) e a feminilidade. Esse tipo de cultura forjada para recepcionar uma pessoa desde o seu nascimento será absorvida pela/o recém-nascida/o que por sua vez irá tomá-la, aos poucos, como elemento atuante na construção de seu corpo, bem como será obrigada/o - às vezes sem se dar conta disso - a seguir o caminho que seu organismo sexuado determina (pelo menos até certa idade!).

A partir desse prisma o bebê constrói um corpo sexuado, pois aprende a se comunicar como mulher ou como homem, conforme os papéis que se deseja de cada um dos sexos. Nesse movimento, nem mesmo as carícias provenientes das/os adultas/os escapam de uma significação generificada.

Para Valenzuela e Gallardo (apud FINCO, 2005, p. 08):

As crianças aprendem o sexismo na escola ao se defrontar com a hierarquia do sistema escolar, onde os papéis feminino e masculino estão determinados. Tal sistema define que, no futuro, os homens serão dirigentes no mundo do trabalho, enquanto às mulheres está destinado o segundo lugar nos processos de decisão. Isto imprime no consciente das meninas um limite para suas ambições.

Como observado na compreensão de Fernández (1994), esse processo é iniciado mesmo antes da escola. A questão é que se tornou lugar comum a anulação desta diferença de gênero que perpassa não só a linguagem, mas também a construção do conhecimento em geral. Nessa direção, as áreas do conhecimento que discutem a criança, primeiro falam de uma construção do corpo para posteriormente tratarem acerca da construção de um sexo. Dessa forma, vistos de maneira separada, pouco contribui para uma mudança ou um estranhamento da maneira como foram/estão naturalizadas essas relações.

Mediante o impasse de que posturas femininas e masculinas são ensinadas antes ou a partir da escola, reconhece-se que a educação ocorre em uma variedade de espaços que não

estão necessariamente localizados nas instituições escolares e como afirmam Giroux e MClarem (1995, p. 144) a pedagogia está ativa onde ocorre a produção do conhecimento, independente do lugar ou situação no qual ele ganha corpo, “[...] em qualquer lugar em que existe a possibilidade de construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum”.

Sendo assim contempla-se na atualidade a coexistência de inúmeros cenários que protagonizam concepções de gênero, como também raça, classe, etnias, entre outros. Tomando como eixo de referência o capcioso e atuante discurso científico, vejamos como tiveram berço os mecanismos que cotejaram o dédalo de homens e mulheres e deram força às discussões acerca de questões concernentes aos sexos.

1.2.1 Pinçando alguns elementos: do modelo do sexo único e hierárquico à diferenciação sexual

Na atualidade diferenciar os sexos, salvo algumas exceções, não é tarefa difícil, pois ao longo da existência humana se tratou de alinhar os corpos de mulheres e homens de maneira que não ludibriassem os olhos que pretendessem identificá-los apesar das respectivas evidências anatômicas.

No entanto, essa anatomia nem sempre foi tão denunciativa da diferença que demarcava o sexo feminino do masculino. É o que afirma Laqueur (2001), pois ao contrário do que podemos supor, o aspecto anatômico também foi pensado e significado de diferentes formas no decorrer do impetuoso percurso histórico. O mesmo autor, ao realizar um paciente estudo em documentações médicas do século XVIII, revela que foi dado como certo que o sexo era apenas um, portanto, igual para mulheres e homens.

Weeks (2000) afirma que neste paradigma o corpo feminino era entendido como inferior ao masculino, apesar de supostamente terem a mesma estrutura. Esse modelo hierárquico, mas de sexo único, ao primeiro olhar pode parecer incongruente, todavia indubitavelmente é coerente dentro da lógica que assim os qualificou, pois se lembrarmos que o homem era o etéreo parâmetro da perfeição, fica perceptível a (des)organização desse tipo de raciocínio. No tocante às relações sexuais é importante destacar que essa prerrogativa associada a um parâmetro masculino, considerava também o prazer feminino como ponto fulcral para que acontecesse a fecundação.

Este tipo de pensamento tinha suas bases de apoio no entendimento de que “durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só

que [...] ‘a delas fica dentro do corpo e não fora’”. (LAQUEUR, 2001, p. 16, grifos no original).

A gênese desse modo de pensar dominante, segundo Stasevskas (2004), foi desenvolvida por Galeno⁷ no século II depois de Cristo (d. C). Em sua teoria, o órgão reprodutivo masculino habitava não somente o corpo de homens, como também o de mulheres, só que devido à ausência de “calor vital-perfeição” (p. 13) o aparato genital feminino estava localizado na parte interna da mulher, tratava-se do ovário⁸ que imitava internamente o aparato genital masculino externo. Nessa estrutura, a mulher era vista como essencialmente um homem inferior e imperfeito⁹. Logo:

Ser homem ou ser mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural e não ser organicamente de um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 2001, p. 19).

A partir de 1836 desmoronou-se rapidamente o ideário que há bastante tempo vigorava e então houve a dissociação entre o orgasmo e a concepção, a partir de então “[...] a natureza da mulher podia ser redefinida, debatida, negada ou qualificada” (LAQUEUR, 2001, p. 15).

O adventício século XIX trouxe novas descobertas científicas, a partir delas tornou-se possível voltar à idéia do sexo único, porém sustentar tal “verdade” já não era culturalmente relevante e conforme Weeks (2000), através da promoção de debates políticos e médicos, chegou-se à conclusão de que seria mais conveniente buscar vestígios que fundamentassem a constatação da coexistência inapelável de dois sexos distintos, onde a inerente diferença era marca principal. Nesse sentido, o ciclo reprodutivo da mulher passou a ser visto como

⁷ Galeno, por seu turno, estava inspirado em um anatomista que viveu durante o século III antes de Cristo (a.C.).

⁸ Conforme Stasevskas (2004) por dois mil anos o ovário não recebeu um nome específico, e hoje representa um marco da referência biológica feminina.

⁹ Ironicamente muitos anos depois, esta perspectiva se inverteria após a descoberta de uma americana chamada Jan Johnson que apesar de possuir aparência e órgão sexuais femininos, geneticamente era considerada um homem. Mais tarde descobriu-se que esse fenômeno aconteceu em vista de um defeito no gene chamado SRY, que é responsável pela produção dos órgãos sexuais masculinos, em decorrência disso Jan não desenvolveu os testículos, órgãos responsáveis pela produção do hormônio masculino (testosterona). Estava assim decifrado o enigma da esfinge, pois apesar dela possuir os cromossomos “X” “Y” não nasceu homem porque o gene SRY não foi ativado. Mas a questão principal é que como Jan tem genitália feminina, logo se chegou à conclusão que durante o prazo de seis semanas de gestação (tempo em que o gene SRY tem para ser acionado) somos, sem exceção, fêmeas. O homem seria uma forma readaptada da mulher já que o sexo feminino é - pelo menos em princípio - o padrão da humanidade. Essa incrível descoberta coloca em cheque inclusive o discurso religioso em torno das escrituras bíblicas ao afirmarem que Eva nasceu da costela de Adão, mas segundo reza aquela teoria, talvez Adão é que tivesse nascido da costela de Eva! (HOMEM E MULHER, 2004)

portador, por excelência, de um mecanismo automático, prescindindo de qualquer sensação sexual.

As diferenças ganharam um sentido politicamente relevante e tinham menos a ver com o progresso científico e mais relação com interesses políticos, pois vislumbravam novas formas de produzir realidades sociais e constituir sujeitos baseados na “[...] diferença e divisão, ao invés da similaridade e da complementaridade” (WEEKS, 2000, p. 58). Nessa perspectiva, a intenção não era subverter a ordem estabelecida, mas ao contrário, o propósito era de unificar e manter certos padrões sociais confortáveis àqueles que tinham o poder de estabelecer os regulamentos da realidade vigente.

A partir dessas novas configurações sociais e políticas, reformularam-se as relações de gênero, pois mulheres e homens doravante possuíam corpos singulares e não mais parcialmente diferentes, passaram ao *status* de serem ou femininos ou masculinos. Sob essa nova roupagem Stasevskas (2004, p. 15) comenta que:

O corpo de homens e mulheres, antes vistos como versões hierárquicas e ordenadas verticalmente em graus de perfeição, sob uma ótica metafísica ao longo do eixo do corpo masculino, foi dividido em dois, cada um com propriedades naturais específicas, sendo que tais diferenças direcionam um resultado comportamental. Homens e mulheres deviam ter um tipo de prazer sensual, de conduta social e de vida emocional adequados à natureza biológica de “seus sexos”, pela conformidade à finalidade sexual de suas supostas “naturezas biológicas” (grifos no original).

Como podemos constatar, o discurso sobre a diferença sexual tem uma história recente. Os órgãos sexuais entendidos a partir do modelo do sexo único e hierárquico foram amiúde inseridos em uma lógica que passou a diferenciá-los, e sem dúvida a parafernália montada para provocar uma mudança radical desse porte não se deu de maneira fortuita e rápida. Dessa forma:

[...] o novo paradigma da diferença sexual, que se instituiu então como um imperativo teceu-se pela reflexão e pela pesquisa, pela formulação do postulado da existência de uma diversidade radical de fundamentos sobre o ser do homem e o ser da mulher (BIRMAN apud STASEVSKAS, 2004, p. 16).

Os fundamentos biológicos, da ordem moral foram explicitados por vários estudos científicos, que aquinhoavam seu reconhecimento perante a sociedade e garantiram o empreendimento político e cultural que apontava para uma relação de diferença e inferioridade entre mulheres e homens, na qual o “natural” e o social eram propiciamente

distintos e inconciliáveis. Para tornar impecável essa urdidura, investiu-se na superação dos considerados obstáculos de natureza sociocultural para que a comprovação das bases biológicas se fizesse em fim factível. Nessa direção, não se pode desprezar que os cientistas envolvidos com a comprovação de uma suposta inferioridade feminina, estavam imersos em um contexto social eivado de preconceitos que empurraram a mulher para o campo da negatividade, da ausência, do silêncio.

[...] a mulher tem ovários, um útero; eis as condições singulares que a encerram na sua subjetividade; diz-se de bom grado que ela pensa com as glândulas. O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo uma prisão. [...] A mulher determina-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

Debruçado sobre uma visão naturalista da diversidade sexual, o referencial biológico atribuiu essências diferentes para o feminino e o masculino, essa atitude gerou um temeroso abismo entre os sexos “[...] já que uma essência particular e perene os diferenciava” (BEAUVOIR, 1980, p. 17). Essa concepção de diferenças essenciais entre mulher e homem valorizou as faculdades morais e psíquicas como distintas, da mesma forma como dimensionou os aspectos biológicos em sua perenidade, negligenciando inclusive a irrecorrível capacidade de mutabilidade que a biologia inescapavelmente possui.

Em seus estudos Bourdieu (2002) argumenta que a primazia histórica outorgada aos homens acabou lhes concedendo a melhor parte, uma vez que o princípio masculino foi tomado como universal, por isso esses ditos arquétipos da humanidade foram associados ao que havia de melhor no ser humano, pois eles eram o tipo absoluto dotado com características que prezavam pela objetividade, neutralidade e racionalidade representavam a própria imagem da Ciência.

A distinção biológica entre os sexos buscava ser o argumento final para a composição de pessoas, desse modo “seja no âmbito do senso comum, seja revestida por uma linguagem ‘científica’, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual serve para compreender e justificar a desigualdade social” (LOURO, 2001, p. 34, grifo no original).

1.2.2 No princípio... Era o Feminino

Falar sobre o movimento feminista é ponto de partida obrigatório para quem deseje participar do debate acerca das questões de gênero, para isso é imperativo mergulhar nas implicações históricas que levaram a insurreição dessa palavra tão usual na atualidade, visto que como explicitou Louro, é uma necessidade imperiosa admitir que “[...] as palavras têm história, ou melhor, elas fazem história [...]” (2001, p. 14).

O feminismo, segundo os estudos de Amâncio (2006), surgiu no século XVIII com a modernidade e seguiu o seu processo evolutivo até desembocar nos dias atuais. Apesar de sua diversidade, no tocante às questões que defendiam e das maneiras de colocá-las em prática, a reflexão crítica sobre os aspectos contraditórios da modernidade é uma das características marcantes no transcorrer dos tempos que perfazem mais de dois séculos deste fenômeno histórico.

Mas foi no século XIX que o feminismo passou a ser a referência de uma ideologia política, um movimento social organizado (LOURO, 2001; SHOWALTER, 2006). Entretanto, foi nas duas últimas décadas do século XX que o pensamento feminista apareceu no território acadêmico, projetando-se como um aporte teórico de estarrecedor potencial crítico e político.

Para Showalter (2006, p. 02) a magnitude dos estudos feministas está na promoção de:

[...] um deslocamento radical de perspectiva ao assumirem como ponto de partida de suas análises o direito dos grupos marginalizados de falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais que normalmente os excluem, usurpam suas funções de significação e representação e falseiam suas realidades históricas.

Nesse sentido, a crítica feminista procurou articular seus anseios às determinações históricas e políticas. Mas, esse movimento que impactou a sociedade e gozou de grande poder cooptador não era/é homogêneo, sobretudo porque de acordo com os estudos realizados por Costa, Barroso e Sarti (1985, p. 05) “O feminismo agrupou, ou melhor, serviu de guarda-chuva para uma grande variedade de tendências e orientações político-ideológicas” que tinham em comum o interesse pela luta contra as desigualdades entre os sexos, alicerçadas sobre o preceito da opressão desfechada contra as mulheres.

As feministas falavam apoiadas em perspectivas que concediam privilégios à denúncia e ao desejo, que incluía a aspiração pelo fim da exploração feminina, pela superação das assimetrias vivenciadas nas relações de gênero e pela supressão das dessemelhanças entre os sexos. Essas características do movimento feminista, em princípio, indicaram formulações

diversas que estiveram baseadas em fundamentações não coincidentes e caminhavam em campos de contestação diferentes, porém, não excludentes.

No entender de Silva (2000) os movimentos brasileiros de mulheres carregavam essa característica de heterogeneidade em vista de não possuírem uma linearidade, posto que suas diversas abordagens eram fruto das diferentes matrizes coexistentes. Nesse sentido, os objetivos e os modos de intervirem na realidade foram também diferenciados a partir do lugar onde eclodiram aquelas vozes, conforme o país, a região, a localidade, a classe, a religião e a raça dos sujeitos em atuação. Aliás, na atualidade essa peculiaridade ainda é ponto capital desse movimento, sobre isso, Louro e Meyer garantem que “[...] essa característica se constitui em uma das ‘marcas’ mais instigantes e produtivas do feminismo e que, portanto, não há sentido em negá-la” (2001, p. 513, grifo das autoras).

Para Louro (1996) as teorizações feministas tinham como ponto basal construções teóricas que se fizeram comprometidas e engajadas, ou seja, eram teorizações inequivocadamente políticas, não obstante a existência de suas múltiplas vertentes e perspectivas com variadas denominações. Nesse sentido, essa característica exigiu que as teorias e as práticas políticas se articulassem renovadamente a fim de assegurar sua sobrevivência.

O rompimento de uma lógica androcêntrica que imperava na produção do conhecimento científico, era uma das metas a serem alcançadas através da luta empenhada pelo movimento feminista, uma vez que aquela lógica amalgamada à marginalização social e política foi responsável pela invisibilidade da mulher, enquanto sujeito do conhecimento científico. Essa deliberação foi proveniente de uma Ciência que segundo Louro (2001) era (é) pretensamente representante de todos, e que foi engendrada por homens brancos ocidentais, pertencentes à classe dominante.

Essa Ciência, ao lavar o argumento das diferenças biológicas entre mulheres e homens, naturalizou as relações que por sua vez estavam materializadas em mecanismos eivados de poder que tinham o determinismo biológico ou a causalidade econômica como seus esteios. Mas, o grande problema era a idéia de poder que estava introjetada nesses emblemáticos círculos ideológicos, haja vista que a partir desse entendimento a mulher apareceu como um sujeito vitimizado, onde era afligida e acuada socialmente. A partir desse eloqüente pensamento a figura feminina estava destinada de antemão a atuar apenas em alguns grupos de resistência.

Neste cenário o feminismo inseriu uma nova temática no distinto e disputado mundo da pesquisa, entretanto, ao contrário do que se pode pensar, a adoção dos pressupostos

ideológicos do movimento não foi uma atitude levada a cabo por todas as pessoas que se lançaram ao estudo da questão. Pois:

Tratava-se da descoberta de um problema para investigação científica, descoberta realizada sob o impacto do movimento social de mulheres por parte de pesquisadores que compartilham ou não da opção feminista. A pertinência do interesse pelo tema é conferida pelo movimento externo às instituições científicas (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985, p. 06).

Portanto, o tema sob o prisma de problema científico se tornou legítimo através do feminismo, que fundamentalmente atuou como uma espécie de parâmetro simbólico dos então novos estudos sobre a mulher. Inicialmente os estudos feministas impregnados da militância, mostravam-se com um caráter predominantemente descritivo ligado às iniciativas que visavam denunciar a opressão sofrida pelas mulheres em suas condições de vida e trabalho e falavam das desigualdades acometidas no campo social, político, econômico, jurídico, entre outros (LOURO, 1996; 2001). Algum tempo depois, estes estudos foram tornando-se mais refinados e provocaram intensas articulações teóricas que se fizeram sentir em várias áreas do conhecimento, dentre elas a educação.

Obviamente, não se pode desprezar a valorosa relevância destes primeiros estudos preocupados com questões referentes às mulheres, pois, eles deram voz a elas, que se fizeram ouvir ecolalicamente e construíram, a contrapelo, discussões em diferentes espaços que tinham em comum grandes lacunas acerca do assunto mulher. Ineludivelmente, esses esforços analíticos estavam invadidos pelo olhar feminino, mas elas estavam inteiramente conscientes disso e eram intransigentes ao sustentar tal atitude na medida em que assim, deixavam às claras que suas produções faziam questão de não serem neutras. Dessa maneira, resistiam e questionavam transgredindo os princípios de objetividade e neutralidade, à época, obrigatórios à produção científica.

Nessa dinâmica, metodologias e procedimentos não-convencionais foram utilizados, textos eram escritos em primeira pessoa e vociferavam que de fato se queria mudar a (des)ordem das coisas na sociedade, e para tanto contribuiria o fato de as pesquisas espelhadas nesse contexto não se constituírem meramente em letra morta. As estudiosas feministas contribuiriam para:

[...] a revalorização de estudos do cotidiano, de registros de experiência, história oral; contribuindo para tirar do “plano inferior da irracionalidade”, “os sentimentos”, “o desejo”, “a empatia”, “a afetividade” – elementos que,

[...] são considerados ligados às mulheres, entendidos como restritos à esfera doméstica e, portanto, como necessariamente excluídos da esfera pública e das instituições políticas (LOURO, 1996, p. 38).

Naquele período, pesquisadoras/es vivenciavam tempos de tensão e ambigüidade, pois de um lado tinham que garantir constantemente às/aos colegas da comunidade acadêmica e das agências de fomento que seus objetivos, ao se preocuparem com estudos acerca da mulher, eram indubitavelmente científicos e não denunciativos partindo de alguém embebida/o pela militância, por outro lado as/os pesquisadoras/es também tinham que assegurar às feministas que seu empenho na academia era resultado da afeição à causa coletiva e não pelo possível aceno da promessa de uma carreira pessoal.

Na sociedade ocidental o masculino regia em todos os campos sociais. Segundo os estudos feitos por Arán (2003), a espoliação milenar feminina só começou a ser mitigada quando a estrutura homem-público e mulher-privado passou a manifestar os primeiros abalos a partir do pós 45 do século XX, com a crise da família nuclear (monogâmica e heterossexual). Esta instituição que representava a necessidade política da constituição do privado passou a não ser mais a derradeira coadjuvante da construção basal do sujeito. Com isso, uma série de mudanças ocorridas nas relações conjugais também conspiraram para um abalo na estrutura até então sacralizada composta por pai-mãe-filha/o, foi quando começaram a ser redefinidos os “papéis” de mulheres e homens na sociedade.

A esse conjunto de acontecimentos, como sugere Áran (2003), soma-se a entrada da mulher no mercado de trabalho e a separação entre sexualidade e reprodução, com o surgimento da pílula contraceptiva durante os anos 1960 e 1970, que impulsionaram a liberdade feminina sobre o próprio corpo, uma vez que elas passariam a vislumbrar o acesso a uma sexualidade não reprodutiva. Esses deslocamentos, segundo a pesquisadora, proporcionaram às mulheres a libertação do destino da “natureza”.

No final da década de 1960, mais precisamente em 1968¹⁰, conforme os estudos de Guacira Lopes Louro (1996), dentre os movimentos de contestação ocorridos no Brasil, marcaram-se de maneira especial para as mulheres o cânon da história brasileira com o movimento feminista que reivindicava um outro tratamento à mulher. Paralelo a este se

¹⁰ Neste momento, apoiada nos estudos de Louro (1996), deve-se advertir às/aos leitoras/es que o ano de 1968 tem sido aclamado como um grande sinalizador de tempos eivados por rebeldia e contestação, mormente, para o movimento feminista. Entretanto, tais manifestações também eram representativas há certo tempo antes em países como Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra. Portanto, 1968 também deve ser remetido a um processo mais amplo, cujo movimento veio adquirindo desdobramentos mais específicos.

tornou perceptível, do ponto de vista da pesquisa científica, o surgimento historiográfico do percurso das mulheres.

À luz de leituras realizadas em torno das incursões de mulheres na história, encontrei que:

A emergência da história das mulheres como campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação concreta, linear, não foi somente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incômoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história (SCOTT, 1992, p. 75).

Embalado por toda uma conjuntura internacional, o movimento feminista brasileiro, no início dos anos 1970, converteu-se no baluarte dos trabalhos de reflexão e produção acadêmica, ideando franquear maior visibilidade à mulher que outrora estava relegada à torpe condição de versão inferior e invertida do masculino. Esse movimento se especificou em relação aos outros porque sugeriram “[...] uma nova articulação entre a política e a vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera pública” (SILVA, 2000, p. 09).

Através desse princípio, a mulher ao sair da esfera privada para reivindicar pela esfera pública, conseqüentemente, ganhou notoriedade no domínio social. Portanto, a sublevação feminista ao ganhar publicidade, buscou a partir da força dos Estudos Feministas empenhados em sua teorização, não somente que a história oficial acoplasse a si uma história das mulheres, mas sim realizasse uma virada epistemológica.

Assim, na envergadura do movimento feminista, explodiram outros movimentos e discussões nas décadas de 1960 e 1970 que, como assegura Louro (2001), partiram de diversos grupos que reivindicaram seu desocultamento, dentre eles negros/as, estudantes, jovens, intelectuais e homossexuais, que trouxeram para o campo do debate a necessidade de se repensar a política e a idéia até então disseminada acerca desses grupos que, na apreciação de Silva (2000), também modificaram mentalidades e lugares.

Esses novos movimentos sociais investiram na quebra da unidade de conceitos tradicionais e, dessa forma, abriram espaço para outras maneiras de compreensão do mundo. Para Melucci (apud SILVA, 2000) essas manifestações tiveram como centro ações de coletividade apoiadas na solidariedade e que ainda se mostraram originais porque romperam os limites do sistema ao materializarem-se através de conflitos.

Uma pesquisa conduzida por Showalter revelou que a ebulição de questões em torno da identidade e diferença, nas décadas de 60 e 70 do século XX, foram extremamente relevantes para outras modalidades de expressão institucionais encontrarem brechas para desenvolver seu trabalho, como foi o caso da imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto campo de conhecimento. Nesse panorama, a categoria gênero ao ser introduzida mais tarde “[...] representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas” (2006, p. 07).

1.2.3 O fragor do gênero

Conceitualmente a palavra gênero, no sentido aqui tratado, tem uma ligação intrínseca com o movimento contemporâneo feminista¹¹. Segundo Alvarez (2006), no decurso dos anos de 1970, um grupo formado por estudiosas feministas da Universidade de Sussex (Inglaterra) criou a categoria de análise gênero e, a partir do projeto “A contínua subordinação das mulheres” o grupo pesquisou acerca de como a formação das pessoas assumiu comportamentos diferenciados na sociedade, a partir da perspectiva dos sexos.

Naquele grupo de feministas, definiu-se a compreensão de que o estudo realizado não deveria ser encaminhado no sentido de se inocular na “opressão sofrida pelas mulheres” ou “o problema da mulher” como um tema hermeticamente fechado em si, “mas focar as relações de gênero, ou seja, as relações que a sociedade foi construindo e passando de geração em geração, cristalizando papéis diferenciados para mulheres e homens, que possibilitaram a subordinação do gênero feminino ao masculino” (ALVAREZ, 2006, p. 01).

Com esse entendimento o grupo concluiu que nascer fêmea ou macho fazia parte de um desígnio da natureza, entretanto, a educação a que estes sujeitos eram submetidos e seus respectivos comportamentos apresentados em sociedade, caracteriza-se como uma questão genuinamente cultural e por este motivo estava sujeito a mutações, ou melhor, que decerto deveria ser disposto de outro modo.

Assim, “[...] *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*”¹² (LOURO, 2001, p. 21), através do qual as feministas almejavam destacar que as distinções aclimatadas no sexo tinham como eixo basilar o social. Destarte, o conceito de gênero carregou duas poderosas

¹¹ Conforme Louro (2001) as clássicas obras de Simone Beauvoir (1949) *Le deuxième sexe*, de Betty Friedman (1963) *The feminine mystique* e de Kate Millet (1969) *Sexual politics* demarcaram o renascimento do movimento feminista contemporâneo.

¹² Os grifos são do original.

características: a de se configurar como uma ferramenta analítica e política concomitantemente.

Mas o surgimento do conceito gênero não se deu sem traumas, porquanto imediatamente apareceu como uma outra perspectiva teórica e poderia implicar em mais um exílio feminino da história. Outro problema foi o de caráter lingüístico, uma vez que na língua inglesa a palavra *gender* dicotomizava um sentido relacionado à diferença sexual, à sexualidade (e um sentido distinto de *sex*), em contra partida, na língua portuguesa (como também na espanhola e na francesa) o dicionário não remetia a tal significação¹³. Nesse sentido, conforme Louro (1996), a distinção entre *gender* e *sex* utilizada pelas feministas inglesas e americanas contra as investidas biologicistas não encontrava a mesma tradução em outros idiomas. Assim, a distinção entre gênero e sexo pode ter provocado uma intensa separação entre essas duas categorias.

Por isso:

A dimensão e expressão biológica do gênero parece portanto ter ficado subdimensionada no esforço analítico com ênfase no plano sócio-cultural, incorporando ainda uma polarização que o conceito se propunha enfrentar. Essa inflexão, mesmo ressalvada pela complexidade das tramas de construção de um instrumental analítico se propõe recolocar a história na compreensão das experiências vividas por homens e mulheres, delinea ainda a existência de pontos tencionados no sentido da articulação natureza/história/cultura no interior da discussão do gênero (SILVA, 1998, p. 204).

No Brasil as estudiosas feministas passam a utilizar parcamente o termo gênero somente no final dos anos de 1980, para posteriormente ampliar sua utilização, dando provas irrefutáveis de que “o valor de uma categoria analítica não é necessariamente anulado pela consciência crítica de sua especificidade histórica e limites culturais” (HARAWAY apud LOURO, 1996, p. 02).

Dito isto, não se pode negar que a linguagem é um construto camaleônico que está em constante transformação, porque por excelência é uma produção humana que teima em não cessar. Nesta direção, Louro (1996, p. 02) reconhece que “[...] passamos também a instituir, através de nossas práticas, um novo sentido para a palavra.” Portanto, é preciso esclarecer que os conceitos de gênero e sexo são diferentes, apesar de sua inescusável interdependência.

¹³ Segundo os estudos de Louro no dicionário Aurélio eletrônico (Nova Fronteira) “Em português, gênero se refere à ‘classe, espécie, variedade, ordem, qualidade, tipo’ ou ‘maneira, modo, estilo’, ou ‘uma unidade em sistemas de classificação’; pode ser ainda uma categoria gramatical, quando por meio de desinências, ‘indica uma divisão dos nomes baseada em critérios como sexo e associações psicológicas’” (1996, p. 07)

Sobre isso, Yannoulas et al. convidam a adentrar no campo da conceitualização afim de que se evitem os equívocos.

A palavra sexo provém do latim, *sexus* e refere-se à condição orgânica que distingue o macho da fêmea. Sua principal característica reside na estabilidade através do tempo. A categoria gênero provém do latim *genus* e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Sua principal característica está na mutabilidade (2000, p. 427).

Da correlação de forças entre gênero e sexo, percebeu-se que o determinismo biológico sozinho já não mais poderia continuar ditando as diferenças entre homens e mulheres, no qual aqueles eram biologicamente distintos destas e por isso mesmo “naturalmente” superiores. Então, investiu-se:

[...] na tentativa de superação da exclusividade do patamar biológico como diferenciador de homens e mulheres, para situá-lo também no campo das construções histórico-culturais, articulando inclusive aportes subjetivos e conjunções de determinações e divisões sociais. Isso compreendeu a necessidade de que se passasse a estudar também os homens, que se levasse em conta o outro sexo, refinando-se a noção de relacionabilidade (SILVA, 1998, p. 203).

Neste sentido, na década de 80 do século XX, as feministas americanas entenderam que não mais se tratava de estudar aspectos relativos às mulheres, mas de incluir em suas pesquisas os processos de formação, seja da feminilidade, seja da masculinidade entendidas como posições de sujeitos, não obrigatoriamente restritas a fêmeas ou machos biológicos (SCOTT, 1992).

Este fato evidenciou que a categoria gênero contém um aspecto relacional, é esse entendimento que Lopes explicita ao fazer a seguinte afirmação:

[...] os estudos de gênero supõem que se estude também, os homens [...] não mais uma história das mulheres, mas também não mais uma história em que o universal pressupõe o homem e exclui a mulher [...] leva em conta o outro sexo [...] um gênero se constitui culturalmente na sua relação com o seu outro, em presença ou ausência (1994, p. 25).

Os estudos das relações de gênero estão preocupados em analisar os processos de produção destas conexões e sob o olhar atento aos momentos históricos e sociais procurou compreender de que maneira o poder articulava essas relações que iam se metamorfoseando

dentro e através dos tempos, provocando cintilações que inviabilizaram o trato da diferença sexual como uma prerrogativa “natural”.

Assim:

[...] as pesquisas passam a apontar também o caráter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir das relações de poder e consequentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres, é preciso estudar as relações sociais entre os sexos (SILVA, 2000, p. 04).

Da mesma forma Sabat (2001) ao abordar as questões de gênero mostrou que os estudos feministas inicialmente se ocuparam apenas com temáticas referentes às mulheres, porém, mais tarde passaram a se empenhar na construção social de femininos e masculinos. Por essa razão, Scott já anunciava que “[...] não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres” (1992, p. 87).

A partir desta prerrogativa a categoria gênero, que inicialmente teve sua utilização predestinada a teorizar acerca das diferenças entre os sexos, foi ampliada para questões concernentes ao trato da diferença no interior das diferenças, uma vez que, enquanto uma categoria de análise está relacionada ao fato de não conseguir explicar sozinha a complexa realidade social em que está envolta. Mas, o que poderia parecer uma grande desvantagem, torna-se virtude, pois a categoria em questão precisa acionar outras, como por exemplo, classe social, faixa etária, raça, etnia, a fim de realizar seu trabalho de interpretação e análise do real.

Importa ainda observar que o conceito de gênero não tem seguido uma unilateralidade teórica no que diz respeito à produção de mulheres e homens, mesmo porque na sua própria construção não seguiu percursos lineares e calmos por isso “a trajetória dessa construção aponta para caminhos conflitantes e pontuados por impasses e instabilidades digno de uma categoria que pretende escapar de postulações universalizantes” (SILVA, 1998, p. 203).

É preciso discutir as relações de gênero sob uma ótica que rejeite definitivamente explicações de cunho essencialista, pretensiosamente apresentada como imutáveis e universais e, portanto a-históricas. Não é fácil um exercício nessa direção, principalmente quando nesse jogo social, mulheres e homens vêm sendo forjadas/os como pessoas destinadas, por força da inegável evidência de seus respectivos sexos, a assumirem papéis considerados “normais” para cada gênero. Mas,

Achar, por exemplo, que mulheres/meninas são naturalmente mais sensíveis ou que os homens/meninos são mais agressivos são idéias muito difundidas ainda hoje e que precisam ser problematizadas e historicamente compreendidas. Há um enorme investimento da sociedade em geral para que os sujeitos sejam ou se comportem desta ou daquela forma, que gostem de determinadas coisas em função de seu sexo (FELIPE, 2000, p. 169).

Sendo assim, é essencial admoestar para o que se construiu historicamente, posto que a partir daí acredito ser possível verificar como os gêneros foram erigidos. Na esteira desses acontecimentos é irrefragável que a constituição daqueles personagens guarda peculiaridades que devem ser consideradas, porque eram geradas tendo como prosclênio um determinado lugar social que tinha sua engrenagem funcionando a toda potência, regada por uma lógica de hegemonia androcêntrica. Por isso, as trajetórias de mulheres e homens nos contam histórias que se fizeram diferenciadas por conta de seus respectivos sexos.

1.2.4 A díade relacional

O gênero aqui é tomado a partir do “[...] modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (LOURO, 1997, p. 77), ou seja, está ligado a uma condição social que entende os sujeitos como homem ou mulher. Por conseguinte, neste trabalho o propósito é discutir a categoria gênero a partir da ótica que a interpreta como produto de uma construção social, engendrada por uma determinada cultura que diferencia socialmente pessoas do sexo feminino daquelas do sexo masculino.

As relações de gênero acabam espelhando concepções de gênero internalizadas por mulheres e homens, nesse sentido constituimo-nos através das relações com as pessoas, com o mundo dado, objetivo. O conceito de gênero procura desconstruir a decantada ideologia que objetivou amalgamar as mulheres à natureza, bem como distingue e descreve categorias sociais (uso empírico) e explica as relações que se estabelecem entre elas (uso analítico). Nesse sentido, o conceito desde sua emergência, está mergulhado em uma dimensão política, pois pleiteia uma mudança nas relações de poder no eixo público-privado, almejando extirpar qualquer forma de dominação-exploração nas relações sociais.

Sobre estes aspectos é possível compreender que o significado atribuído ao gênero é dialeticamente (re)composto em situações e contextos sócio-culturais, inventariados por uma variedade de linguagens e práticas que codificaram modos de ser femininos e masculinos. Diante dessa compreensão, para tratarmos sobre a discussão em torno da construção dos

gêneros, como explicita Louro, torna-se necessário a consideração de que esse engendramento seja percebido não como mera aprendizagem de papéis, mas “[...] sendo construído e instituído pelas múltiplas instâncias e relações sociais, instituições, símbolos, formas de organização social, discursos e doutrinas” (1996, p. 03). E como numa via de mão dupla, essas instâncias sociais são (re)inventadas pelos gêneros dentro de um processo contínuo de reciprocidade, ou seja, gênero e instâncias sociais influenciam-se mutuamente.

Tal conexão também se produz no âmbito das instituições/espacos de produção e circulação da produção científica, uma vez que estes lugares estão compostos de pessoas que carregam consigo histórias de vida generificadas que não são apenas propriedades particulares porque foram/são compartilhadas e recriadas constantemente com outras pessoas. Essas histórias não ficam do lado de fora da vida profissional-acadêmica, muito menos congeladas esperando o momento oportuno para sofrerem o degelo, ao contrário elas são pulsantes e em grande medida fazem parte das investigações científicas e também chegam a marcar toda uma trajetória acadêmica.

Muito embora nem todas/os as/os pesquisadoras/es tenham como objeto de estudo abordagens que se situem na seara do gênero, estas/es profissionais são inapelavelmente generificadas/os e de alguma maneira têm seus estudos contaminados por essa condição, além de serem atravessadas/os pelas relações entre feminino e masculino nos fazeres da Ciência.

Os gêneros devem ser compreendidos de maneira relacional, impregnados pela leitura de que foram erguidos sob condições históricas e sociais, sendo assim, neste raciocínio, não apenas aos homens fica destinada a posição de sujeito, mas também às mulheres. É importante destacar que a investigação voltada para a questão do gênero, neste estudo, não busca endossar o discurso do dualismo sexual, a partir do qual se procura inculcar a idéia de que masculino e feminino se constituem como pólos opostos, onde numa extremidade encontra-se o dominador (homem) e na outra, a frágil dominada (mulher).

Em face dessa discussão o presente trabalho comunga com o posicionamento explicitado por Louro (2001) ao afirmar que é necessário desconstruir e superar esta oposição binária, porque provocar o desassossego dessa lógica significa acenar com a possibilidade de inclusão de outras formas de construção do feminino e masculino.

Portanto, urge a percepção de que estas oposições para além de históricas são também lingüisticamente (re)produzidas, por esse motivo Scott afirma “[...] uma necessidade de rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual” (1995, p. 84). Neste caso é imperativo

visualizar a relação entre os sexos sob a ótica de sua historicidade e conflitos que não foram - e não são - poucos:

Não é a identidade entre homens e mulheres que queremos reclamar, mas uma diversidade historicamente variável mais complexa que aquela que é permitida pela oposição macho/fêmea, uma diversidade que é também diferentemente expressada para diferentes propósitos em diferentes contextos. Na verdade, a dualidade criada por essa oposição traça uma linha de diferença, investe-a com explicações biológicas, e então trata cada lado da oposição como fenômeno unitário. [...] A identidade construída em cada lado da oposição binária esconde o múltiplo jogo de diferenças e mantém sua irrelevância e invisibilidade (SCOTT, 1995, p. 46).

Poder e diferença aqui ganham um relevo interessante, pois constituir-se mulher ou homem significa ter a obrigatoriedade de rezar na cartilha que a sociedade escreveu acerca do que é ser “diferente” ou “normal”, obedecendo aos parâmetros instituídos para cada gênero. “No processo de análise e de desconstrução dessa lógica binária haveria que reconhecer que uma dicotomia só ‘funciona’ na medida em que seus termos são percebidos como exteriores um ao outro e não como enredados mutuamente [...]” (LOURO, 2004, p. 07, grifos no original). Aqui as relações de poder se inscrevem como multifacetadas e produtivas, pois, a partir dessa perspectiva, só se cristalizam quando abrem espaço para a materialização das resistências.

A propósito disso, não existe um poder com características indestrutíveis, que nos tome por completo, eliminando da inteligência humana qualquer probabilidade de insurreição, posto que “a capacidade de se insurgir, de se rebelar, de resistir são pontos construtivos das relações de poder, pois estão presentes e complementam o campo de forças onde as relações de poder e os pontos de resistência se entrelaçam” (NETO, 2004, p. 04).

É partindo dessa prerrogativa que se deve evitar também a polarização natural/social, buscando entender o biológico a partir de sua historicização. Neste sentido Souza e Altmann lembram que:

Se os corpos assumem a organização social, a política e as normas religiosas e culturais, também é por seu intermédio que se expressam as estruturas sociais. Assim, há uma estreita e contínua imbricação entre o social e o biológico [...] Portanto, o processo de educação de homens e mulheres supõe uma **construção social e corporal dos sujeitos**, o que implica – no processo ensino/aprendizagem de valores, conhecimentos, posturas e movimentos corporais considerados masculinos ou femininos (1999, p. 54, grifos da pesquisa).

Por isso é essencial incorporar aos debates que a construção do gênero está entrelaçada à discussão do corpo, uma vez entendida a afirmação irrecorrível de que as diferenças biológicas existem, o próximo passo é aceitar que elas não estão alheias à história e ao campo social. Porque nossos corpos são sexuados biológica, social e historicamente, porque é também nessas arenas que somos educadas/os para nos diferenciar, sem subterfúgios, do sexo oposto. Nesse sentido, o elemento educativo não fabrica a realidade apenas no conteúdo posto envolvendo todos os elementos corpóreos que estão presentes no momento em que ocorre o processo através do qual se aprende a ser mulher ou homem dentro de um processo indelevelmente cultural e pluralista.

Nessa discussão o processo de significação construído pela linguagem ganha corpo, posto que buscar a compreensão dos “[...] poderosos papéis que os símbolos, as metáforas e os conceitos jogam na definição da personalidade e da história humanas é fundamental.” (SCOTT, 1995, p. 11). Nesse conjunto de proposições, arrisco-me a vislumbrar que a produção acadêmica de um conhecimento generificado (ou sexista), desde a escolha de um problema de pesquisa, até a maneira pela qual se escreve utilizando expressões genéricas (masculinas) ou não, também está resgarneada não somente por práticas, mas também por linguagens que são resultantes de desdobramentos ligados às questões de gênero ocorridas na vida pessoal e profissional das pessoas.

Thompson (1992) ao se referir aos estudos de Jaques Lacan¹⁴ (s.d.) também adverte para a atuação fundante da linguagem como parte do que ele denomina de simbolismo cultural, posto que para este autor:

[...] o inconsciente está estruturado como na linguagem e vê a aquisição da identidade sexual e pessoal como um processo simultâneo e sempre precário, cujos alicerces são lançados à medida que a criança pequena ingressa na linguagem quando se começa a falar com ela e ela começa a escutar e a aprender a falar. A masculinidade e a feminilidade são, pois, impostas à psique mais profunda da criança pequena, muito antes que as diferenças entre os sexos tenham qualquer significado imediato, por meio do simbolismo cultural inconsciente do gênero embutido na linguagem (p. 203).

Em nossa sociedade é patente a atribuição de diferentes papéis sociais para mulheres e homens, esses elementos começam a ser incutidos nas pessoas mesmo antes de seu nascimento, pois, ao se detectar o sexo da criança, esta já vem ao mundo tendo roupas com cores pré-definidas, como por exemplo o rosa para a menina e o azul para o menino.

¹⁴ Reinterpretou a psicanálise freudiana, dando especial ênfase ao campo da linguagem enquanto parte do simbolismo.

Como parte integrante da linguagem, o brinquedo também é entregue à criança com o objetivo de reforçar sua condição de gênero. Nessa direção Felipe (2000) assevera que os brinquedos considerados de meninos geralmente trazem como temas o esporte, os super-heróis e os jogos, exigindo dos brincantes atitudes repletas de movimentos bastante amplos, competitividade, força física, certa carga de agressividade, concentração, raciocínio lógico e espacial. Por outro lado, os apetrechos de entretenimento voltados para as meninas se caracterizam pelo forte apelo ao cultivo da beleza, à domesticidade e à maternidade. Vale lembrar que, em geral, os materiais que tematizam o universo doméstico e instigam a maternidade sempre aparecem associados.

Neste caso, às meninas é permitido o brincar em espaços reduzidos e com pouca atividade de mobilização corporal, onde o que se impõe a elas é a assunção de uma postura que se quer “naturalmente” mais sensível, caprichosa e inteiramente dedicada ao lar e à família. Sob este prisma, masculino e feminino também são constituídos através dos brinquedos que como uma das muitas “pedagogias culturais em circulação” (FELIPE, 2000) fazem revoltear concepções de gênero, etnia, sexualidade, raça, infância, classe social, geração. Alicerçadas sob essa ótica, ardis mensagens simbólicas ensinam desde muito cedo o devido lugar de cada um/a, ensinam a ter um olhar dividido que supõe e espera desempenhos diferenciados para o masculino e para o feminino. De acordo com a percepção de Thompson:

Imediatamente a partir desses momentos iniciais do desenvolvimento da consciência social, a menina pequena aprende que é uma fêmea que ingressa numa cultura que privilegia a masculinidade e, por isso, privilegia os homens, exatamente como na linguagem a forma masculina tem sempre prioridade como regra, e a forma feminina só entra como exceção. Para assumir um lugar positivo no mundo da cultura, ela tem que lutar desde o início; mas é uma luta desigual. Em culturas de escrita pictórica, as mesmas lições serão internalizadas por uma segunda vez, à medida que ela aprende a ler: uma menina chinesa irá descobrir que o caráter que designa o homem é formado pelos símbolos de campo e força, enquanto o que designa mulher, pelo tear ou útero (1992, p. 203).

Partindo do princípio de que a linguagem se dá através do plano sonoro, escrito e corporal, pode-se entrevê-la como algo que (re)cria o sujeito, (re)produz maneiras de ser, condiciona nossas escolhas; mostrando que as diferenças entre homens e mulheres, para além de práticas, também são realizadas na seara discursiva onde o investimento que se faz em torno dos gêneros é conveniente para “harmonizar” a atmosfera populacional.

Os diversos tipos de linguagens e práticas sociais partem de um olhar dividido para o feminino e o masculino, sulcando em nosso cotidiano mudanças de cunho generificado que

coadjuvadas por fontes seivadas de preconceitos e desvalorizações projeta um perfil “normal” de pessoas, validando e instituindo regras e modelos, através dos quais os sujeitos devem fabricar e vivenciar suas identidades de gênero e sexuais.

Nesse sentido, para configurar homens e mulheres, também entram em ação os processos miméticos, pois historicamente a sociedade criou adjetivos para marcar os gêneros e dessa forma, buscou-se criar legiões de femininos e masculinos estruturados de maneira bem parecida (LANG, 2006). Aquelas/es que num audacioso ato conjuratório, obstinam-se em não se encaixar naquela estrutura preventória dos gêneros, em geral, são golpeadas/os com constantes e variados tipos de violências (permitidas!), pois é preciso lembrar a todas/os que estes sujeitos transgressores ao negarem seu enquadramento na (des)ordem de normalidade estabelecida, ofendem nossos princípios mais caros porque buscam aniquilar o truísmo mulher-homem e por esse motivo devem ser condenadas/os ao opróbrio e à risibilidade.

1.2.5 O refinamento social das relações de gênero

Ao fazer uma leitura psicopedagógica do ser mulher ou ser homem em nossa sociedade, Fernández (1994) nos conduz a observar que de maneira ardil as formas culturais¹⁵ (ou pedagogias culturais) transformam alguns significantes específicos das formas somáticas¹⁶ com a finalidade de tomá-las a serviço dos mitos, deixando na latência ou mesmo anulando outras, pelo fato de não serem convenientes para seus interesses ou mesmo porque apontam para a incoerência com a certeza do embuste que estas formas culturais provêm.

Com isso, as formas culturais (femininas e masculinas) entram em desacordo com as formas somáticas. Esse conturbado evento obriga a subjetividade dos sujeitos em questão, a realizar um esforço suplementar no processo em que se aprende a ser mulher ou homem. É o que vamos notar quando as formas culturais estabelecem que ser mulher tem ligação intrínseca com o ser mãe, essa prerrogativa se tornou o eixo central da constituição de uma identidade e da identificação com o feminino:

[...] a função materna aqui parece se constituir como o núcleo central da mulher, ou seja, é na maternidade que está a possibilidade da mulher se realizar plenamente enquanto sujeito e, não ser mãe é ser vazio de sua potência, de sua importância (também do valor que se dá para a vida) e de sentido para a vida (STASEVSKAS apud STASEVSKAS, 2004, p. 06-07).

¹⁵ Esta expressão é utilizada pela autora para afirmar que a constituição do feminino e do masculino se dá com a participação de mitos (presença do passado no presente), da linguagem, dos meios de comunicação e dos sistemas de ensino, todas essas formas culturais estariam compostas por algum tipo de discriminação, neste caso a sexista.

¹⁶ A autora se refere ao aspecto e à figura do organismo.

É atemorizador a maneira pela qual alguns mecanismos de ajustamentos de mulheres e homens são insistentemente (re)colocados ao longo da história. Nesse jogo de (re)significação cultural, ser sujeito-mulher tem relação direta com o ser mãe, maternidade e maternagem se confluem para dar condições a constituição da subjetividade feminina. Ora, mas do outro lado, o homem não é freqüentemente relacionado com o ser pai. Ambos os sexos ficam assim privados: ela de usufruir sua sexualidade, ele de sua paternidade.

No que tange às formas somáticas, vamos notar que o organismo feminino está preparado para chegar ao ápice do prazer sem necessariamente abrir possibilidades de gerar um bebê, e isso acontece na maioria esmagadora dos dias, já que a ovulação ocorre um dia por mês e apenas durante alguns anos. No caso do organismo masculino há uma inseparável ligação entre o orgasmo e a ejaculação, pois “[...] cada ato sexual implica o organismo como pai potencial” (FERNÁNDEZ, 1994, p. 39). As formas culturais se apossam destas realidades das formas somáticas e, conforme seus objetivos as remodelam e com isso garantem a dominância de seus preceitos e mecanismos disciplinadores.

Os processos de educação pelo qual passam mulheres e homens pressupõem não só uma construção social, mas política, cultural, científica, religiosa, ideológica e corporal, já que implica, por excelência, numa aprendizagem diferenciada para cada sexo. Em função disso, é necessário todo um aparato que garanta a assunção de papéis entendidos como corretos pela sociedade, daí são ensinados e aprendidos gestos, comportamentos, tonalidades de vozes, saberes, cores, cheiros, vestimentas, memórias que evidenciem constantemente que o gênero não traiu o sexo de cada um/a. Isto remete a:

Uma produção ou construção que, certamente, não se dá apenas pelos ensinamentos explícitos ou diretos que uma pessoa sofre na família ou na escola, mas na construção na qual está implicada toda sociedade – com suas diferentes instituições, seus diferentes discursos, dispositivos e práticas (LOURO, 1995, p. 173).

Existem estudos que se dedicaram a debater e afirmar que há diferenças significativas entre a memória das mulheres e dos homens, conforme verificado nos trabalhos de Maluf (1995), Thompson (1992), Perrot (1989) e Sousa et al. (1996). Nesse debate, apesar de serem diferentes as modalidades de análise, todas/os são concordes em afirmar que as distinções entre o funcionamento daquelas memórias tem íntima ligação com o lugar ocupado por ambos os sexos em conjunto com as atividades assumidas no campo social.

Há que se considerar aqui que as mudanças nas formas de organização da sociedade foram forçosamente ou sub-repticiamente se impondo, deslocando novas práticas cotidianas,

criando outros sentidos em torno da discussão do que é ser homem ou mulher, a ponto de atualmente ser imprudente discuti-los sem antes situar esses sujeitos historicamente. Contudo, o que não se pode deixar de registrar é que os conceitos de gênero também foram modificados, pluralizados, provando que eles não se comportam como algo comum a todos e todas, transhistórico ou alheio às mudanças.

Nesse momento, faz-se imperativo termos a clareza de que a insistente perpetuação de certos princípios passa por um refinamento, ou seja, não é mera repetição. Através deles se (re)criam práticas, renovam-se sentidos, que silenciam, conformam, estabelecem; mas que também revoltam, gritam e se rebelam. É essa condição que faz o conceito de gênero ter uma característica plural, onde femininos e masculinos foram/são constituídos de maneira histórica e socialmente diversificada.

A idéia de pluralidade implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade essas concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo. Assim, o conceito buscava se contrapor a todos/as que apoiavam suas análises em argumentos essencialistas, ou seja, apontava não para uma essência feminina ou masculina (natural, universal ou imutável), mas para processos de construção ou formação, histórica, lingüística e socialmente determinados (e, então, múltiplos) (LOURO, 1996, p. 02)

Estudos como os de Heilborn e Carrara (1998), Oliveira (1998), Silva (1998), Stasevskas (2004), Pires (2006) e Welzer-Lang (2006) questionam a existência de um modelo que se quer universal, pois estamos contingenciadas/os às interferências históricas que, sem cerimônia, invadem todas as instâncias sociais, proscovendo ou apenas borrando modelos que se elegeram hegemônicos em detrimento de outros.

Conforme o conceito de gênero referenciado por Louro (2001), este vai acentuar a idéia de que no decurso de nossa vida, ao estabelecermos os inevitáveis contatos com as variadas instituições e práticas-sociais, nós nos constituímos e somos constituídas/os em meio a uma dinâmica que não se faz linear, harmônica ou mesmo que se dá por plenamente resolvida e finalizada. Por isso a idéia de modelo único deve ser refutada.

Partindo da concepção que propugna a não existência de um tipo de mulher e homem transcendental, que possa ilicitamente ludibriar o decurso da história e manter-se ilibada/o, é inexequível se falar de feminilidade e/ou masculinidade sem adjetivá-los, porquanto, da mesma forma que existem feminilidades, há masculinidades (WELZER-LANG, 2006). Por que são diferentes os contextos e situações sociais em que estão envolvidos os sujeitos,

embora no borbulhar das relações humanas há de se concordar que existem circunstâncias que favorecem o sobrepujamento de um paradigma sobre o outro.

No rastro dessas possibilidades deve-se compreender que:

[...] o exercício epistemológico com o gênero obriga-nos a conviver com a dinâmica da instabilidade na qual os “pontos fixos” só têm razão de ser em sua contextualidade. Uma contextualidade que, no entanto, não pode restringir-se a localismos e relativismos mas que, atenta a essas questões, tem em mira a movimentação social global onde tantas instabilidades têm gênese e desdobramentos (SILVA, 1998, p. 213).

Isso nos leva a perceber a transitoriedade das estruturas de poder, uma vez que estão procurando constantemente se ajustar a um movimento que as legitime e guarde suas características para, enfim, enraizá-las como coisas naturais e perenes. Não se pode refutar que nessa envergadura, um conjunto de elementos simbólicos trabalha para que os indivíduos (re)produzam a própria sociedade que os fabrica. Mitos, narrativas, *slogans*, ideais, caricaturas, entre outros conspiram para que se busque este modelo e não aquele.

Assim, quando se anuncia a categoria gênero tendo em mente que não há possibilidade de vinculação com uma posição uníssona, sem conflitos, já que dentro de um mesmo grupo social ocorrem posições dissidentes, da mesma forma que existem várias posições conflitantes, empunhadas por diferentes grupos sociais em luta.

É imprescindível a compreensão acerca do conceito de gênero como algo que além de engendrar, ainda, legitima as relações sociais através do qual sociedade e gênero se integram com reciprocidade, apesar de se materializarem conforme as diferenças que lhes são específicas e historicamente estão situadas de maneiras também particulares, relações sociais e gênero se (re)compõem em um movimento recíproco.

Baseado nessa dinâmica Anyon (apud CERISARA, 2002) levanta uma questão de suma importância, ao duvidar do discurso sofismático que sustenta a idéia da existência de um convívio harmônico entre os “papéis” sexuais, uma vez que mulheres e homens não só aceitam, mas também rejeitam os imperativos construídos sociais, como sujeitos que apenas recebem uma ação ou como sujeitos que (re)agem a ela. Demonstrando que a construção do gênero não é um processo impoluto gestado unicamente pelas mãos de ferro da sociedade. Nas palavras do autor:

Discordei [...] da visão prevalecente de que o desenvolvimento do gênero seja um processo unilateral de imposição, pela sociedade de valores e atitudes

internalizados [...] Ao contrário, postulo que o desenvolvimento do gênero envolve tanto recepção passiva quanto resposta ativa às contradições sociais (ANYON apud CERISARA, 2002, p. 34).

Ao corroborar com esse entendimento Louro acrescenta:

Tornar-se homem ou torna-se mulher (expressão cunhada por Simone de Beauvoir) supõe, portanto, um trabalho de socialização de sujeitos – homens e mulheres – onde estes, longe de serem depositários passivos de uma cultura, integram-na de forma ativa e própria (1994, p. 43).

Sendo assim poder e resistência são inseparáveis lados de uma mesma moeda. São fios que se cruzam na tessitura de um tecido, consolidando pontos firmes que ajudam na composição do corpo social em toda sua extensão. São enredos que nos compõem, marcam nossos espaços, constituem nossos gestos e ditam comportamentos, também nos ensinam a ser femininas ou masculinos.

Nesse sentido, não se fala de um sujeito autômato ou monolítico que totalmente entregue ao niilismo se reifica, tornando-se desertor de si próprio, mas que, ao contrário, como donas/os da mais estrondosa e fascinante inteligência de que já se ouviu falar, (re)agem, são ativas/os, cercam e são cingidos por estas aprendizagens, negando-as ou assumindo-as inteiramente. Neste veio, “Não estamos condenados/as a continuarmos a ser e a fazer o que fazemos em nossas vidas e espaços de trabalho” (BARBOSA; CARVALHO, 2006, p. 04).

Os processos de formação de mulheres e homens têm sido direcionados segundo um padrão que hierarquiza e divide “papéis” sexuais. Porém, embora elas/es aprendam a pensar e agir de maneira cuidadosamente esperada “[...] não existe a aceitação ou rejeição completa de atitudes e comportamentos apropriados aos papéis sexuais” (CERISARA, 2002, p. 33). Essas posições de sujeitos são preenchidas pelo dinamismo atuante nas oposições e determinações existentes em cada sociedade e nos variados estratagemas que emanam pontos de resistência e acomodação manifestadas por mulheres e homens diante dos arcebos papéis sexuais.

Mas apesar de tudo, a construção do gênero permanece ali, inadiável, materializando-se através dos vários construtos humanos, e problematizar essa questão é proveitoso para se questionar a lógica que nos inscreve enquanto sujeitos do pensar e (re)fazer científico, para quem sabe, (re)textualizar outras formas não pasteurizadoras de fazê-lo. Pois, a recusa em se discutir determinadas questões, pode ser uma pista de que tal reação seja fruto da apreensão que questionamentos como este possam fomentar ao colocar em suspeição os alicerces que dão segurança à fundamentação de uma cultura que tem comandado as relações sociais, além

de ser o sustentáculo das matrizes que projetam protótipos de feminino e masculino como referências modelares de pessoas.

Ainda que o poder pareça ter um sexo, pequenas lutas diárias nos alertam que existem possibilidades permanentes de fintar as inexoráveis investidas do cotidiano que parece organizar incansavelmente novéis prisões aos gêneros. São esses pequenos, mas significativos fluxos incapturáveis que nos permitem ir além de qualquer sistema classificatório e num ato de ousadia criar outras maneiras de se viver o gênero sem relações umbilicais com os parâmetros hegemônicos, porque “paradoxalmente, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução” (LAURETIS apud LOURO, 2001, p. 35).

Fundamentada nos construtos analíticos deste capítulo, fica evidente o lugar do desprestígio a que sucumbiu a figura feminina diante da distribuição dos papéis sociais que propositalmente colocaram o homem atuando no espaço público e a mulher no campo privado/doméstico. É interessante como a dicotomia desses conceitos adquiriu imagens isoladas e excludentes quando se fala de gênero, entendidos dessa forma esses espaços dificultaram não só no passado, como também no presente, um olhar perspectivado pelo relacional que atua no binômio público/privado, nesse contexto. “Talvez o mais interessante seja tratá-los como dimensões presentes em todas as relações sociais e não como mundos ou universos, conceitos, espacializados, que nos levam a delimitar lugares e pessoas relativos a cada um” (CARVALHO, 1998, p. 385).

Assim como as grandes construções arquitetônicas, sejam elas antigas ou modernas, foram ajudadas por muitas pessoas anônimas que não desfrutaram de reconhecimento, ao contrário dos poucos arquitetos (homens!), a Ciência também não é resultado do labor de poucas pessoas, mas de muitas que se dedicaram durante séculos à formação de conhecimentos hoje disponíveis a tantas/os de nós, porém, alguns nomes acabaram sobressaindo-se na Ciência, e não por acaso pertencem aos homens.

O sujeito cartesiano, unitário e centrado, está na raiz mesma do projeto científico, é macho, branco e europeu. A “razão” que preside o empreendimento científico, longe de representar um ser universal, expressa a experiência e a perspectiva do homem e de um homem muito particular (SILVA, 1998, p. 189).

No rastro da quase ausência de mulheres na história da Ciência, percebe-se que nas primeiras décadas do século XX, a práxis científica encontrava-se culturalmente demarcada como uma carreira não destinada às mulheres, assim como na segunda metade do século XX,

foram apontadas as profissões próprias para mulheres e outras somente para homens¹⁷. Seguindo aquelas orientações, as meninas são desencorajadas a seguirem estudos em áreas classificadas como masculinas e evidentemente que esse tipo de reserva arbitrária, que ainda ocorre em algumas profissões ditas mais indicadas para mulheres ou para homens, não se revela de maneira aberta, mas sim apoiada por uma justificativa de cunho naturalizante.

Esta questão possibilita fazer um reporte ao modelo burguês que se tornou hegemônico no mundo, onde o parâmetro “homem-provedor/mulher-procriadora” (SILVA, 2005, p. 18) ditou o comportamento de legiões de homens e mulheres durante séculos, forjando uma espécie de divisão generificada do trabalho como resultado de uma lógica patriarcal que nos legou uma herança machista a partir da qual a produção de bens seria realizada pelo homem, enquanto que a reprodução da mão-de-obra restaria às mulheres, já que elas “naturalmente” afinadíssimas ao lar demonstravam capacidades para desenvolver determinados tipos de trabalhos em detrimento de outros tipos como mais complexos, e por essa vicissitude estavam destinados aos homens.

O caráter masculino da Ciência caminhou na lógica descrita acima, através da qual se afirmou como o lugar da objetividade, impessoalidade e universalidade em oposição absoluta ao domínio da subjetividade, afetividade, paixões e sentimentos sublinhados como atributos femininos. Neste sentido, a exclusão ou ocultamento¹⁸ das mulheres, no que tange aos aspectos ligados a criação e produção na Ciência, persiste e ainda tem sido apoiada por uma divisão entre o trabalho intelectual pertencente aos homens, e emocional considerado de responsabilidade inerentemente feminina.

No Brasil, os estudos que entrelaçam Ciência e gênero ainda são recentes, mas não resta dúvida da enérgica presença das idéias de cunho feminista manifestas em grande medida nos aspectos de nossa cultura contemporânea, porém ainda existem cicatrizes que latejam avigoradas por discriminações que parecem não cessar.

As diversas áreas do conhecimento têm sido palco de muitos debates acerca da relevância das discussões sobre o gênero para o meio científico e o quanto as mulheres têm contribuído - há bastante tempo - com a produção de saberes naquele lugar, as promoções deste tipo de ação rendem tributos no sentido de fomentar superações dos ideários que

¹⁷ Diga-se a propósito que, na atualidade continuamos a presenciar, por exemplo, cursos como o de Pedagogia freqüentado em grande parte por mulheres ou de Engenharia Mecânica majoritariamente cursada por homens. Nesse sentido parece que tacitamente tem se prolongado a circunscrição de espaços e carreiras segundo orientações sexistas.

¹⁸ Conforme Chassot (2006a), no século XIX, para burlar os sistemas sexistas, algumas mulheres a fim de obter créditos na Academia e ver seus textos reconhecidos como produções científicas, acabaram publicando seus trabalhos com pseudônimos masculinos.

apregoavam o demérito feminino no fazer científico e os Grupos de Pesquisa espalhados pelo país, sem dúvida, converteram-se nos grandes interlocutores destes frutíferos momentos.

A suposta invisibilidade das mulheres na Ciência esconde uma participação que se fez acontecer em diversos momentos da história, mas que não foi evidenciada porque era mais conveniente mantê-las agindo nas sombras da História e do conhecimento. Àquelas que resistiram, o controle cruel foi a solução e através destes “métodos” muitas foram covardemente silenciadas, tudo em nome da supremacia masculina na assunção de um poder que não poderia ser ameaçado por seres considerados inferiores. Foram essas atitudes que também nos fizeram acreditar que as mulheres não atuaram no meio científico de maneira proficiente, uma vez que quase não figuram entre as incontáveis constelações de pessoas que tiveram na produção de conhecimento científico seus nomes marcados no universo histórico da humanidade.

A materialização destas sentenças se aninha na quantidade menor das produções de autoria feminina em decorrência do acesso tardio aos patamares acadêmicos, onde aos poucos a presença feminina foi permitida. Todavia, o fato de estarem freqüentando uma instituição de nível superior para elas não teve o doce sabor de se verem livres das amarras de uma educação que lhes lançava um olhar diferenciado.

Tendo em vista essas considerações, os reflexos de tal processo na produção dos grupos de pesquisa em instituições brasileiras, sobretudo no que se refere à UFPA, de alguma maneira foram sentidos, filtrados e (re)significados mostrando-nos que as relações de gênero construídas no bojo histórico do contexto social, resvalaram para o científico encontrando tradução também nas produções de cunho acadêmico-científicas.

CAPÍTULO II

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GENERIFICADA NOS GRUPOS DE PESQUISA BRASILEIROS

[...] não há nada no mundo científico que o diferencie das demais esferas da atividade humana. A Ciência, como qualquer outra forma de conhecimento, é socialmente construída e incorpora os valores e práticas de seu contexto, incluindo aqueles que permeiam a relação entre gêneros.

(VELHO; PROCHAZKA, 2003, p. 5)

No presente capítulo, passa-se a discutir como se encontra a produção científica que se preocupa com as questões de gênero no Brasil, usando como lente os dados fornecidos pelos grupos de pesquisa cadastrados no site do CNPq, durante o período 1995 a 2006, procurando entrever como reverberam as relações de gênero no contexto científico nacional.

Quando se fala em pesquisa acadêmica no Brasil, é preciso que se leve em consideração o fato de sua existência ser recente, pois segundo Corrêa (2003), no que tange ao aspecto institucional, foi somente no final dos anos 1960 com o surgimento dos cursos de pós-graduação no país que a investigação sistemática começou a ebulir. Nesse sentido, os rumos percorridos pela pesquisa brasileira não foram (e não são) tranquilos, posto que os investimentos estavam voltados para o ensino no interior das universidades. Por outro lado, a pesquisa fadada a uma espécie de guetização estava reservada ao escasso número de pessoas que puderam fruir de uma formação em nível de pós-graduação concebida fora do território nacional.

É sempre bom lembrar que apesar da pesquisa ser o foco da pós-graduação, no Brasil seus caminhos iniciais historicamente não coincidem, seja no tocante ao aspecto cronológico, seja nos espaços geográficos.

Conforme Machado e Alves (2005) desde o século XX, docentes formados no exterior já tomavam iniciativas de pesquisa em universidades, entretanto essas ações além de isoladas não contavam com incentivos e por essa razão não proliferavam. Em 1930 um considerável número de cientistas requereu a ocupação do espaço universitário, contudo, somente a partir

de 1965¹⁹, com a oficialização da pós-graduação no país, é que a pesquisa foi de fato instalada como prática no interior da academia²⁰. Por isso torna-se imperioso levarmos em consideração as preciosas atitudes de reivindicação daquelas pessoas que, resistindo à lógica existente, uniram forças para incluir a pesquisa no seio acadêmico, local este embebido pela tradição do ensino de coloração clássica-humanístico.

Para Cury (2005) o não estímulo à qualificação de pesquisadoras/es em terras brasileiras acarretou sérios entraves ao ensino superior no país, pois, no eixo estrutural, obstruiu uma consolidação autônoma e ampliada desse nicho educacional. O resultado disso foi uma qualificação de pesquisadoras/es que procurou espelhar um modelo de sistema pós-graduado e autônomo com características externas ao país.

Há de se ressaltar que o aumento quantitativo de professoras/es e pesquisadoras/es no Brasil decorreu do sintagma das competências angariadas, tanto no exterior quanto dentro do país, e dos investimentos aplicados através do Estado em busca das formações recebidas no exterior. Advindas dessas diferentes qualificações profissionais aquelas pessoas proporcionaram as reais condições para a operacionalização do sistema. A pesquisa então passou a ser configurada como uma das atividades vitais ao bom desempenho das funções acadêmicas, posto que ao ser desenvolvida ela apontou para o surgimento de novos conhecimentos e geração de tecnologias.

Dentre os novos ramos do saber assiste-se à emergência dos grupos que se dedicavam à produção de conhecimentos através de pesquisas acadêmicas e científicas, primeiramente em torno da mulher e mais tarde, das relações de gênero. Um estudo realizado por Costa, Barroso e Sarti (1985) verificou que em 1981 o Brasil ganhou os primeiros grupos daquele porte, um deles ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFCE) batizado de Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM); e o Outro Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) relacionado ao Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Exortados por uma realidade que conspirava a favor da patrilineagem na academia e do demérito feminino naquele lugar, esses grupos espalharam-se e provocaram desterros na estrutura dos elementos sociais que buscavam ajustar aqueles desalentadores ideais. Na

¹⁹ Machado e Alves (2005) nos lembram que a Universidade de São Paulo (USP) possuía cientistas e pesquisadores estrangeiros, em sua maioria franceses, mesmo antes de 1965, período em que o paradigma europeu de pesquisa e pós-graduação, à miúdo, foi perdendo força e abrindo espaço para o norte-americano.

²⁰ A esse respeito consultar o estudo dissertativo de Damiano Bezerra Oliveira intitulado "As dimensões ensino e pesquisa enquanto premissas institucionais da formação acadêmica no arquipélago Universidade Federal do Pará".

atualidade estes grupos de pesquisa criaram um leque de discussões envolvendo a temática gênero, ampliaram seu panorama de atuação, proporcionaram esforços autônomos de pesquisa, estimularam a formação de equipes (multidisciplinares), facilitaram a captação de recursos, organizam e sistematizam a formação de acervos documentais e dilataram a geração de novos saberes científicos.

2.1 O PANORAMA CIENTÍFICO DA PRODUTIVIDADE NO CNPQ: MAPEANDO QUESTÕES REFERENTES AO GÊNERO

Partindo da premissa anunciada através do estudo de Meyer, Ribeiro e Ribeiro (2004) relacionada à afirmativa de que os grupos de pesquisa brasileiros são, afortunadamente, responsáveis por uma considerável parcela das produções existentes em todas as áreas do conhecimento, procurei investir em uma busca virtual no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde aparecem os grupos de pesquisa cadastrados. Com a atenção voltada para o sondamento dos grupos que na atualidade, realizam estudos balizados pela temática gênero, solicitei ao sistema que revelasse todos aqueles que versavam sobre a palavra exata “gênero”, o resultado apontou para a existência de 634 grupos de pesquisa registrados no ano de 2006.

Depois de um laborioso trabalho de organização das informações colocadas à disposição através do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, resolvi ter a certeza de que os 634 grupos apresentados de fato aplicavam seus esforços de pesquisa em torno da temática em questão, pois ela tem muitas acepções e advertida por esta peculiaridade tornou-se imperativo que eu me certificasse de que aqueles grupos discutiam gênero à luz de perspectivas próximas às que assumo nesta dissertação e não em torno de gênero literário, alimentício, textual, bacteriano, lingüístico, musical entre outros.

Da seleção dos nomes que identificam os grupos chegou-se ao número de 149 que correspondiam às expectativas desta pesquisa. Entretanto, após esse primeiro esquadramento, notou-se a presença de outros grupos que não evidenciavam a temática em seus nomes, mas faziam através de suas palavras-chave e/ou dos respectivos resumos de repercussões dos trabalhos do grupo. Isso provocou uma nova seleção junto ao sistema eletrônico do CNPq, obtendo-se uma amostra de 494 grupos, doravante pode-se visualizar não só os que declaram estar estudando diretamente a temática mencionada, como também aqueles que de maneira indireta também o fazem.

2.1.1 Os estudos generificados nas áreas do conhecimento acadêmico

Distribuídos por 28 áreas de estudo, os grupos cadastrados junto ao Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, ao declararem que sondavam as relações de gênero em suas investigações científicas, aparecem sumarizados conforme a organização dos dados na Tabela 2.

Tabela 2 – Número de grupos²¹ cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq em 2006, que discutem o gênero em cada área do conhecimento

ÁREA DE ESTUDO	NÚMERO DE GRUPOS
Educação	71
Sociologia	65
História	58
Saúde Coletiva	43
Psicologia	43
Letras	34
Antropologia	32
Serviço Social	28
Enfermagem	18
Educação Física	15
Linguística	12
Administração	11
Medicina	10
Ciência Política	9
Direito	7
Economia	6
Teologia	5
Comunicação	5
Economia Doméstica	3
Demografia	3
Geografia	3
Filosofia	3
Ciência da Informação	3
Arquitetura e Urbanismo	2
Planejamento Urbano e Regional	2
Arqueologia	1
Artes	1
Desenho Industrial	1
TOTAL	28
	494

Fonte: CNPq (2006)

Os dados evidenciados na Tabela 1 levam à percepção de que no âmbito nacional, a Educação com 14,37% (71) dos grupos se constitui como uma das áreas do conhecimento que

mais possuem grupos de pesquisa envolvidos com a discussão das questões de gênero. A Sociologia aparece em segundo lugar com 13,2% (65) do total, seguida pelas de História com 11,7% (58), Saúde Coletiva e Psicologia totalizando 8,7% (43) cada uma, Letras com o índice de 6,88% (34) e a Antropologia com 6,48% (32).

Posteriormente a essas 07 áreas, seguem-se mais 21 que colaboram para o avolumamento dos estudos de gênero efetivados através dos grupos de pesquisa: Serviço Social participando com 5,67% (28), Enfermagem contendo 3,64% (18), Educação Física com 3,04% (15), Linguística apresentando 2,41% (12), Administração somando 2,23% (11), Medicina contribuindo com 2,02% (10), Ciência Política com 1,82% (9), Direito com 1,46% (7), Economia 1,21% (6), Teologia e Comunicação com 1,01% (5) cada; as áreas de Economia Doméstica, Demografia, Geografia, Filosofia e Ciência da Informação apontam cada uma para 0,61% (3) dos grupos de pesquisa, por sua vez as áreas de Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional possuem separadamente 0,4% (2) grupos; enquanto que a Arqueologia, Artes e Desenvolvimento Industrial contam com 0,2% (1) grupo respectivamente.

É meritório lembrar que, conforme o censo CNPq (2004)²² a área da Educação é a segunda que mais predomina enquanto número de atividades realizadas pelos grupos de pesquisa contendo 2.990 linhas de pesquisa, 7.811 pesquisadoras/es, distribuídas/os em 1.194 grupos de pesquisa. Logo, desse total de grupos, somente 71 deles tratam de questões referentes ao gênero na área da Educação, ou seja, o equivalente a 5,95% da área pesquisada.

Outro fato que nos chama atenção é protagonizado pelo número total de áreas do conhecimento que possuem grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, uma vez que esses grupos aparecem distribuídos por 76 áreas e dessas 36,84% (28) trabalham com questões de gênero. Esses indicativos trasladam a prova mais cabal de que as pesquisas em torno do gênero além de, a princípio, terem incitado a área das Ciências Humanas, provocou uma epidemia de longo alcance no campo das Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; atingindo até mesmo áreas ditas ciências “duras” como as Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Engenharias e Ciências da Computação.

É interessante perceber que dentre as áreas de destaque na tabela acima, estão aquelas que após o surgimento da temática gênero, logo foram enlaçadas por discussões envoltas com

²¹ Pelo menos até o ano em que a pesquisa foi realizada, todos os grupos aqui referendados estavam cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

a categoria, entre elas Sociologia, História, Antropologia e Psicologia se caracterizam pelo considerável tempo em que trazem contribuições para as/os estudiosas/os do campo. Por sua vez, Educação vem exibindo um número cada vez maior de produções, talvez almejando superar a decantada fragilidade teórico-prática em torno das conexões que busca realizar com a categoria mencionada (ROSEMBERG, 2001a; JARDIM; ABRAMOWICZ, 2005).

Essas estatísticas revelam um considerável avanço para os estudos de gênero, dada a recente composição e expansão da própria pesquisa acadêmica no Brasil com o advento da pós-graduação (*strictu sensu*) em 1965 (SAVIANI, 2000; CORRÊA, 2003; ROMÊO; ROMÊO; JORGE, 2004, MACHADO; ALVES, 2005) e ainda a recente formulação da própria categoria gênero a partir dos anos 1970, somente chegando ao espaço nacional no período posterior aos anos 1980, quando começou a ter maior fôlego.

A título de comparação, verificou-se o número de grupos de pesquisa existentes nas 28 áreas do conhecimento anteriormente referendadas (Gráfico 1).

Como se pode notar, durante o período 2000-2004 houve um gradativo crescimento na quantidade dos grupos de pesquisa na maioria das áreas destacadas, as exceções ficam por conta da Arqueologia que durante o período 2000-2002 permaneceu com 26 grupos para somente em 2004 somar 37 deles; outro caso foi apresentado pela Demografia que apontou em 2002 para a diminuição de 1 grupo de pesquisa, saindo de 23 em 2000 e retrocedendo para 22 no biênio seguinte, porém no ano de 2004 registrou um aumento de 36,36% (30); e finalmente, no rastro dessas poucas excepcionalidades temos ainda a Economia Doméstica que além de ter os menores índices dos grupos de pesquisa registrados, no último biênio obteve queda de um grupo, pois os dados mostram que em 2002 possuía apenas 0,09% (6) grupos de pesquisa e em 2004 teve que contar com 0,06% (5) deles constituindo-se, nessa amostra, como a única área que foi acometida por uma subtração numérica no ano de 2004.

²² Até o momento da análise destes dados o CNPq ainda não havia publicado os dados referentes ao biênio 2005-2006.

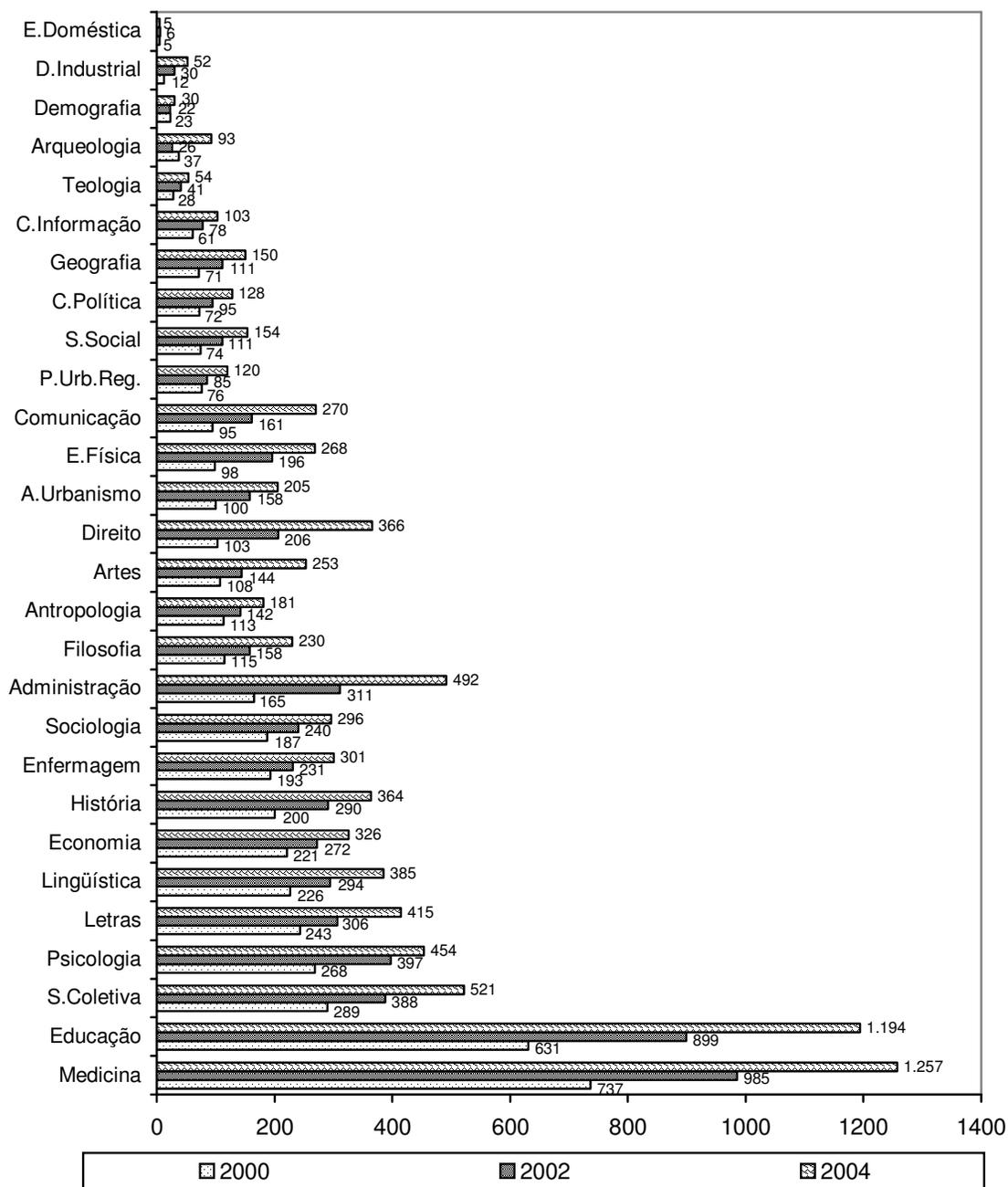


Gráfico 1 – Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante nas atividades dos grupos cadastrados no CNPq, 2000-2004

Fonte: CNPq (2006)

No Gráfico 1, as áreas de Medicina e Educação ganham grande destaque porque exibem um crescimento não acompanhado pelas demais, conseguindo manter-se no topo do gráfico desfrutando de um número de grupos de pesquisa bem mais expressivos.

Comparando-se a quantidade²³ dos grupos de pesquisa cadastrados por área no gráfico acima, a Medicina que possuía 14,6% (1.257) dos grupos em seu quadro nacional no ano de 2004 segundo o CNPq, contava em 2006 com 0,8% (10) deles envolvidos com pesquisas que fazem algum tipo de referência às questões de gênero; em segundo lugar apareceu a Educação com 13,87% (1.194) no total de grupos e destes 5,95% (71) ocupavam-se da temática gênero; a Saúde Coletiva em terceiro possuindo 6,05% (521) para 8,25% (43) de grupos ligadas/os a estudos que se preocupam com o gênero; na quarta posição estava a Psicologia somando 5,27% (454) para 9,47% (43) dos grupos; ocupando a quinta colocação Letras aparecia com 4,82% (415) para 8,19% (34) de grupos atuando em pesquisas que envolvem as discussões em torno do gênero; a Linguística tinha 4,47% (385) para 3,12% (12); assumindo o sétimo lugar a História surgiu com 4,23% (364) grupos e destes 1,59% (58) engrossam na somatória de grupos que tomam o gênero como parte de suas preocupações.

Já a área da Sociologia tinha 3,44% (296) para 2,2% (65); por sua vez a Economia ficou com 3,79% (326) para 1,84% (6) de grupos; a Enfermagem com 3,5% (301) para 5,98% (18); a área do conhecimento Administração com 5,71% (492) possui 2,24% (11); a Antropologia 2,1% (181) para 1,77% (32); a Filosofia de 2,67% (230) grupos para 1,30% (3); Comunicação somava 3,13% (270) para o percentual de 1,85% (5); Planejamento Urbano e Regional contava com 1,39% (120) para 1,67% (2); Arquitetura e Urbanismo despontava com 2,38% (205) em 2004 para 0,98% (2) em 2006; Ciência Política contribuía com a quantidade de 1,49% (128) de grupos para 7,03% (9); Direito com 4,25% (366) para 1,91% (7).

Na continuidade Educação Física continha 3,11% (268) grupos para 5,6% (15) dos que mergulham na temática gênero; Geografia com 1,74% (150) para 2% (3); Artes somava 2,94% (253) para uma relação de 0,4% (1); Serviço Social com 1,79% (154) para 1,82% (28); Ciência da Informação sobrevinha com 1,19% (103) para 2,91% (3), Demografia com 0,35% (30) do total brasileiro dos grupos de pesquisa para 10% (3) de grupos que perscrutam o gênero; Desenho Industrial com 0,6% (52) para 1,92% (1); Economia Doméstica com 0,06% (5) para 60% (3); Teologia 0,63% (54) para 9,26% (5) e Arqueologia que manifestava 0,43% (37) na somatória dos grupos em nível nacional, apontou para 2,7% (1) dos que declararam perquirir a respeito da temática.

Em que pesem as diferenças, no aspecto geral, a relação do total numérico dos grupos de pesquisa brasileiros e o quantitativo nacional dos que estão cadastrados como partícipes da construção de conhecimentos sobre a temática gênero, projeta o interessante revel que foram

²³ Os dados constantes nessa página se referem respectivamente ao percentual do total de grupos de pesquisa em 2004 e do percentual de pesquisas sobre gênero dentro desses grupos.

adquirindo os assuntos que privilegiam aquela temática no meio científico, sem contar que apesar dos vorazes encaixos, suas discussões se fizeram sentir com mais veemência no Brasil em meados da década de 1990. Com isto, em 2006 temos mais de um decênio daquele tempo e isso diante do tipo de incentivo que se dá para a pesquisa em nosso país, tem a representatividade da velocidade de um rastilho de pólvora.

Ressalta-se ainda que para se formar um grupo de pesquisa é necessário minimamente um projeto de pesquisa com qualidade, uma equipe de pessoas qualificadas, disponibilidade de tempo, gosto pelo tema a ser pesquisado e um bom financiamento a fim de que os estudos possam ser operacionalizados com tranqüilidade e segurança. Por vezes, essas peculiaridades do mundo acadêmico e científico absorvem bastante tempo e acarretam um menor número de grupos produzindo conhecimento.

É interessante perceber-se que a hierarquia posta em prática entre as 28 áreas do conhecimento, no que diz respeito à quantidade dos grupos de pesquisa que realizam estudos no âmbito de questões referentes ao gênero (Tabela 2), apresenta ligação direta com o número total de grupos vinculados em cada área (Gráfico 1), ou seja, quanto menos grupos cada área possuir, menor é a possibilidade da existência de grupos que objetivam trazer contribuições para a produção de conhecimentos na seara do gênero, pois no cotejamento dos dados mencionados, das primeiras 10 áreas constituídas de grupos que estudam gênero, 07 delas estão entre aquelas que mais somam grupos de pesquisa no país.

2.1.2 No esboço assimétrico das regiões geográficas brasileiras, a temática gênero

Como sabemos, as regiões de nosso país passaram por processos que asseguraram desenvolvimentos diferenciados a cada uma delas. Para os propósitos dessa pesquisa nossa investigação averiguou que tal característica também invadiu as academias científicas. Com a finalidade de corroborar esta assertiva, passemos a visualizar no Gráfico 2 como se apresentou a distribuição dos grupos de pesquisa brasileiros por regiões geográficas.

Conforme os dados do CNPq, todas as regiões brasileiras apontam para o crescimento dos grupos de pesquisa no decorrer do período 2000-2004. Mas o que aflige é a notória discrepância entre as regiões, através da qual se torna manifesta a região Sudeste reinando absoluta durante todo o tempo em análise, chegando até mesmo a ostentar sozinha o maior número de grupos cadastrados, ou seja, nem mesmo a soma das outras quatro regiões é

suficiente para ultrapassar a marca que grafa historicamente um desenvolvimento largo e progressivo.

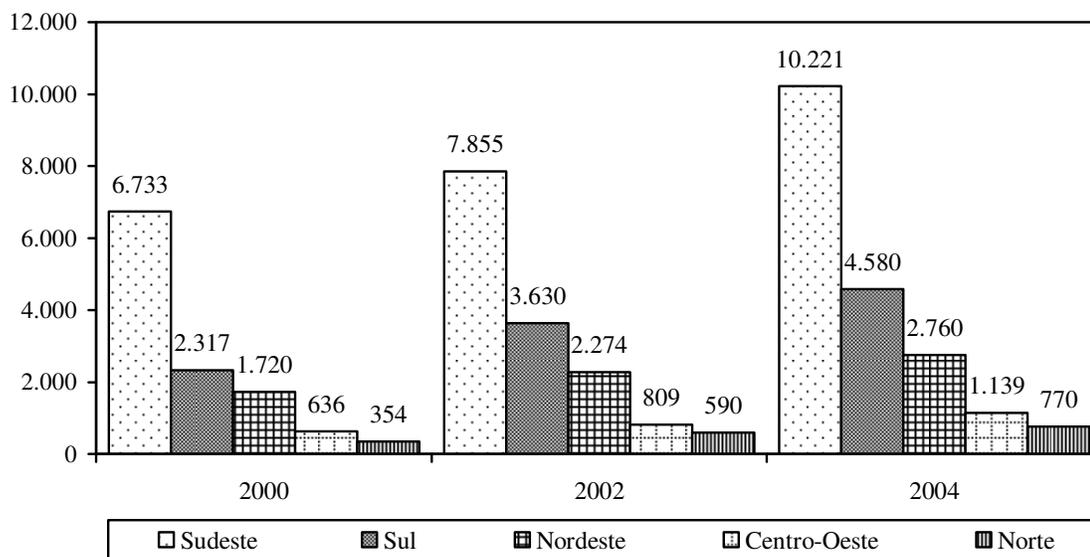


Gráfico 2 – Distribuição dos grupos de pesquisa, segundo a região geográfica, 2000-2004

Fonte: CNPq (2006)

Para se ter mais clareza da real situação, ao observar os níveis de diferença em termos de quantidade que a região Sudeste abriu em relação às demais, se nota a partir do total de grupos cadastrados (19.470), as seguintes gradações: com relação à região Sul que em 2004 possuía 23,5% (4.580) grupos de pesquisa expressava uma diferença de 29%; no que tange ao Nordeste com 14,2% (2.760) dos grupos no mesmo ano, demonstrava uma diferença de 38,3%, já com o Centro-Oeste que possuía 5,9% (1.139) daquela fatia, ou seja, menos da metade da região anterior, apareceu com 46,6% de prejuízo ao ser equiparada aos números da região Sudeste; e a Norte que contava com 4% (770) grupos de pesquisa, demonstra uma desarmonia de 48,5%. Neste sentido, lamentavelmente, nós, as/os nortistas contamos com uma presença mais reduzida de grupos atuantes no país.

Essa incômoda realidade parece colaborar para que as produções em torno do gênero se materializem de maneira a deixar transparecer uma ingente dessemelhança entre as regiões geográficas brasileiras. Nos períodos sob exame é destacável que os percentuais anunciaram um importante crescimento dos grupos em cada região brasileira, donde se nota que aquela ordem hierárquica se alterou demasiadamente, pois a região Norte alavancou para a primeira posição com o crescimento de 117,51%; o Sul continuou no segundo lugar porque cresceu

97,67%; o Centro-Oeste subiu para a terceira colocação com seus 79,09%; na seqüência a região Nordeste demonstrando 60,46% e por último o Sudeste que despencou em vista do índice de 51,80% de crescimento mais baixo em relação aos outros.

Esses índices de crescimento nos remontam a um conseqüente aumento no número dos grupos de pesquisa, especialmente nas regiões que possuem quantidades menores deles, mas é preciso advertir que essas proporções ainda continuam excessivamente discrepantes e que para uma região como a Norte serão necessários muitos anos de crescimento para que se atinja o patamar numérico da região Sul, e ainda assim, é possível que aquela permaneça com índices abaixo dessa pelo fato de que dificilmente seu crescimento cessará, uma vez que isso nem deve ser desejado caso se queira impulsionar o bom andamento da pesquisa e do desenvolvimento nacional.

Constatado o número dos grupos de pesquisa que realizam estudos acerca da temática gênero, procurou-se, através das instituições em que estes grupos afirmaram estar atrelados, concatená-los para descobrir em que regiões estavam situados. Vejamos então como estes números se comportam nas regiões brasileiras abaixo destacadas:

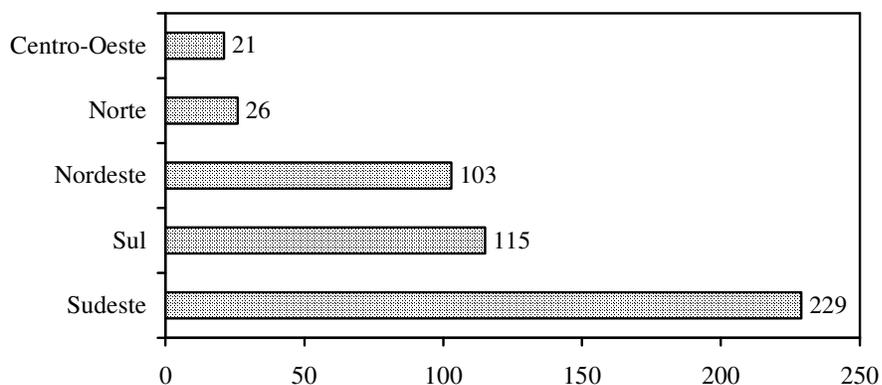


Gráfico 3 – Distribuição dos grupos de pesquisa no Brasil que abordam a temática gênero segundo a região geográfica, 2006
 Fonte: CNPq (2006)

Na dianteira dessa paisagem discordante, a região Sudeste com enorme vantagem em relação às outras alardeia 46,36% (229) dos grupos de pesquisa, sendo anunciada como o grande núcleo aglutinador de pesquisas envolvendo a temática gênero no Brasil; com uma diferença de 114 grupos, ao ser equiparada à região Sudeste, o Sul destaca-se em segundo lugar contando 23,28% (115) dos grupos; posteriormente declarando 20,85% (103) deles

encontraremos a região Nordeste na terceira posição; mostrando sinais de atipismo teremos região Norte ocupando uma posição à frente do Centro-Oeste, onde aquela soma 5,26% (26) e esta 4,25% (21) dos grupos cadastrados na base de dados do CNPq, entretanto o que se constata é uma diferença de apenas 5 grupos no entremeio da quarta e quinta posições, mas que não deve ser desconsiderada porque essas disposições entre Norte e Centro-Oeste parecem ser extraordinárias no cenário dos números que sondam a produção acadêmica nacional, posto que a região Norte é comumente localizada na última posição dos quadros estatísticos do CNPq.

Através dos dados contidos nessa representação o que se nota é a tradução de um mapa das desigualdades regionais, só que em pequenas proporções, pois o que vemos é uma cópia reduzida dos reflexos das disparidades e desenvolvimentos espelhados nas pesquisas científicas brasileiras, através do qual o território nacional aparece fragmentado com níveis gritantes de índices entre as regiões. Para adensar ainda mais essas desavenças numéricas entre Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, a porção de pesquisadoras/es atuantes em cada região igualmente supõe desníveis críticos que resvalam para a quantidade das produções que se ocupam de pesquisas relacionadas ao gênero.

No que se refere à distribuição de pesquisadoras/es cadastradas/os, observa-se que as cinco regiões brasileiras obtiveram um significativo crescimento na quantidade dessas/es profissionais ao longo dos anos 1995-2004. Entretanto, três regiões ganham destaque: a região Sudeste realça como a que mais possuiu percentuais quantitativos de 71,9% (10.170) de pesquisadoras/es no ano de 1995, o Sul que apresentou o índice de 13,2% (1.869) e o Nordeste com 9,7% (1.367). Posteriormente, aparecem as regiões com os índices menores de quantidade, como é o caso da Centro-Oeste que projetou 3,7% (520) e do Norte com apenas 1,6% (225).

Em 2004 a região Sudeste recrutou ainda mais pesquisadoras/es apontando para uma predominância dos valores numéricos com a indicação de 55,7% (28.838), seguida ao longe pelas regiões Sul e Nordeste com 19,9% (10.312) e 14,1% (7.294) respectivamente. Novamente se repete as dissimilaridades de grandes proporções onde teremos a região Centro-Oeste possuindo 7,0% (3.632) e a Norte com 3,3% (1.722) pesquisadoras/es.

Mais uma vez, em relação aos índices de crescimento no decorrer de 1995-2004, acompanha-se uma intensa modificação nos indicadores das regiões em destaque no gráfico abaixo, no qual o aumento quantitativo de pesquisadoras/es localizadas/os no Sudeste se comprimiu enquanto aqueles relativos ao Norte foram ampliados, formando uma nova seqüência na ordem das hierarquias que ganharam a seguinte formatação: em primeiro lugar a

região Norte demonstrou ter chegado a 665,33% de crescimento; em segundo o Centro-Oeste com 598,46% percentuais; o Sul se mostrou ocupando a terceira colocação atingindo 451,74% dos índices em questão; 433,58% representaram a região Nordeste na quarta posição e 183,56% de crescimento foram obtidos pela região Sul que passou assumir o último lugar na categoria indicada pelo Gráfico 4.

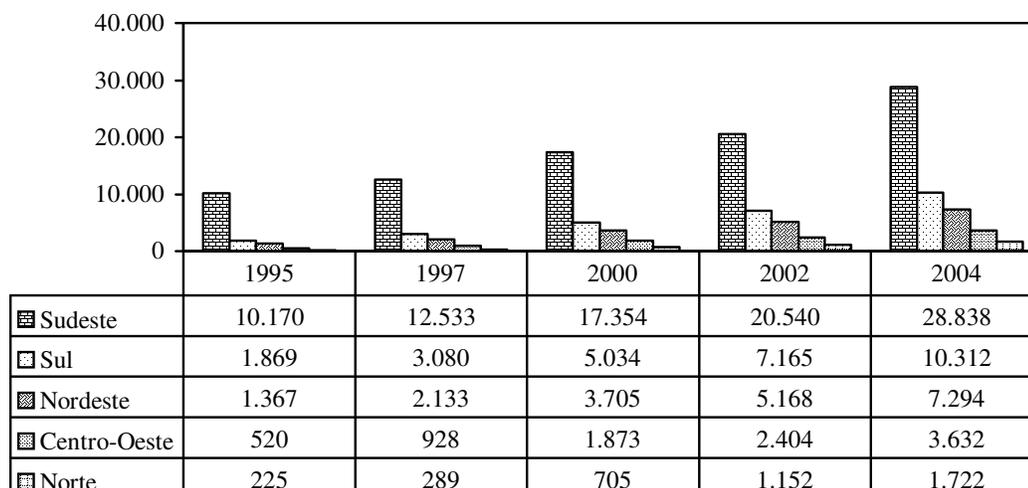


Gráfico 4 – Distribuição das/os pesquisadoras/es segundo a região, 1995-2004
Fonte: CNPq (2006)

Esses valores de crescimento podem ser os responsáveis por um aumento do número de produções que abordam aspectos relacionados às questões de gênero, uma vez que se crescem os números de pesquisadoras/es, podem se ampliar tanto as quantidades dos grupos de pesquisa quanto as da produtividade na esfera da temática gênero. Entretanto, há de se considerar que em relação às regiões detentoras dos maiores índices de crescimento, a região Norte precisará de muitos anos de trabalho e incentivos para chegar próximo aos valores exibidos pelas regiões mais dotadas de pesquisadoras/es.

Ao contrário do que se observa nos indicativos estatísticos de crescimento, esses dados revelam que durante o período 1995-2004 não houve modificações na quantidade assimétrica do número de pesquisadoras/es cadastradas/os junto ao CNPq, nas cinco regiões brasileiras, uma vez que o fato de a região Norte ter conseguido um salutar índice de elevação anual não lhe foi o bastante para alcançar a metade do índice quantitativo da região Centro-Oeste, a penúltima colocada em número de pesquisadoras/es no Brasil.

Ao procurar compreender onde se localiza o cerne que fez irisar tais desproporcionalidades, encontrou-se que esses índices têm relação com a distribuição dos Programas de pós-graduação reconhecidos pelas CAPES, logo as regiões que pouco oferecem qualificação de pesquisadoras/es em seu território, certamente contarão com um número reduzido delas/es atuando *in loco*.

É o que nos mostrou o estudo de Corrêa (2003) ao verificar a distribuição da oferta de programas de mestrado e doutorado reconhecidos pela CAPES segundo as regiões brasileiras. Conforme esse autor, os programas em nível de doutorado são necessariamente ofertados pelas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, enquanto que o Centro-Oeste e o Norte estão situadas na classificação das regiões que menos contribuem para o processo de qualificação das/os docentes-pesquisadoras/es no país.

Os números que escancaram um progresso desigual da pós-graduação brasileira também são consequência de uma repartição desproporcional de cursos e programas entre as regiões, uma vez que a partir dos dados disponíveis no V PNPG (BRASIL, 2004)²⁴ fica manifesto que a região Sudeste concentra sozinha 66,6% (689) dos cursos e programas de doutorado, a região Sul 17,1% (177), o Nordeste 10,3% (107), o Centro-Oeste 4,1% (42) e o Norte 1,8% (19). Logo, torna-se evidente a razão pela qual o Sudeste ultrapassa as outras regiões no quesito maior incidência de pesquisadoras/es.

Mas, o documento citado causa certo melindre quando ressalta que sob o foco analítico das taxas de crescimento, a região Norte é que concretizou o maior índice de crescimento chegando à marca de 15% ao ano, quando as regiões Centro-Oeste e Sul demonstraram 12%, o Nordeste 9,6% e o Sudeste 6,3%. O problema é que estes meandros não tiveram força o bastante para modificar o quadro da ausência de simetrias reinantes entre as regiões.

Como podemos notar é evidente a urgente necessidade de mais esforços no sentido de provocar maior participação das regiões menos favorecidas em número de pesquisadoras/es. Para superar esse quadro pouco alentador, Corrêa (2003, p. 290-291) explicita que “[...] é necessário que os docentes e os pesquisadores fixados nessas regiões estejam qualificados em nível *stricto sensu*, participem da coordenação de projetos de pesquisa, elaborem e publiquem os artigos, resultantes das suas investigações.”

Nesse viés a desigualdade na distribuição dos programas de pós-graduação em âmbito regional, segundo ele, pode ser solucionada através da inauguração e da habilitação para o

²⁴ Os dados se referem ao período de 1990-2004.

exercício de novos programas nos locais que se ressentem de vantagens acadêmicas e científicas, tal iniciativa deveria ser solidificada através de uma política que resultasse da proficiente articulação intra e interinstitucional.

Outro fator ligado aos desníveis regionais tem relação com a significativa concentração populacional nas regiões Sudeste e Sul, indubitavelmente bem mais desenvolvidas do ponto de vista econômico, que acabaram criando o ambiente propício para a concentração dos centros de produção econômica e científica. Assim, por razões historicamente estruturais e conjunturais, especialmente, a região Norte do país apresenta um nível de desenvolvimento menor em detrimento das regiões Sudeste e Sul, entendidas como superiormente ricas e desenvolvidas.

Se, nas políticas e discursos oficiais da pós-graduação, esta aparece sempre como fator indispensável ao desenvolvimento, desta realidade depreende-se que há que se fazer uma melhor distribuição dos programas sem prejuízo daqueles já instalados, incentivando a criação de novos centros de saber (ou estimulando os já existentes) nas áreas menos desenvolvidas no país. Depreende-se também a necessidade de usar o conhecimento produzido nos grandes centros para criar, desenvolver e estimular o desenvolvimento técnico/científico nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte (ROMÊO; JORGE, 2004, p. 43)

Ainda utilizando os autores em destaque, no excerto acima, outro motivo indicado como sintomático das assimetrias regionais tem ligação com os investimentos orçamentário-financeiros, uma vez que uma existência de um número mais elevado de docentes doutores ou maior Produto Interno Bruto (PIB), na mesma proporção se faz maior o valor dos investimentos absolutos, ainda que os aportes financeiros feitos por pesquisadora/r tenham similitudes de uma região para outra. Essa lógica, além de atrapalhar o desenvolvimento das áreas tradicionalmente relevantes nas regiões poucos favorecidas, ainda prejudica o surgimento de outros programas e novas áreas do conhecimento.

Todavia, reduzir os investimentos nos grupos mais qualificados é uma atitude que, incontestavelmente, causará sérias lesões ao sistema. Na opinião de Barreto [2004 ou 2005] é uma possibilidade que não deve ser aventada. Contudo, torna-se vital pensar em outras soluções para estimular o desenvolvimento dos grupos de pesquisa instituídos em regiões que possuem um menor volume deles. Na ocasião, o autor em questão aproveita para lembrar que os governos estaduais deveriam admitir que o desenvolvimento do estado e da região, também é provocado quando estes espaços procuram garantir a qualificação de recursos humanos locais.

Para Ramalho e Madeira (2005) continuam lancinantes as batalhas a serem enfrentadas pela região Norte. Porém, a diferença que a atualidade conduz, em relação ao passado, é que a região possui capacidades instaladas para dar conta das demandas, mesmo com um desagradável histórico de desequilíbrios regionais e intra-regionais, que negativamente insistem em serem (re)produzidos na mentalidade e visão da própria academia. Mas, “De toda forma, percebe-se um amadurecimento no discurso das representações regionais. Antes, o enfoque estava muito mais nas discrepâncias regionais; hoje, volta-se de preferência para as políticas públicas da educação” (RAMALHO; MADEIRA, 2005, p. 74).

Todavia não se pode ignorar que a política institucional dos Planos Nacionais de Pós-Graduação²⁵ do I PNPG (1974-1979)²⁶ ao V PNPG (2005-2010) têm evidenciando a necessidade de mais investimentos na qualificação de pesquisadoras/es em todas as regiões do país, em virtude de que o Brasil obtenha no ano de 2010 o número de doutoras/es por 100 mil habitantes que a Coreia logrou desde 1985, ou seja, mais de 16.000 doutoras/es (BRASIL, 2004).

2.1.3 Os grupos no contexto das instituições de pesquisa e das unidades federativas

Conforme podemos depreender Tabela 3, os números das desigualdades regionais parecem buscar acolhida também no campo das instituições brasileiras que se firmaram como proscênio de pesquisas.

Contudo, é preciso que se leve em consideração que cada instituição abaixo especificada tem um determinado contexto de surgimento e trajetória, ademais também contam a seu favor a região e a cidade onde estão situadas, uma vez que se posicionar em locais mais avançados, em relação ao desenvolvimento econômico, é quase sempre garantia de maior prestígio, mais fomentos, elevação de pessoal qualificado, maiores índices de produção acadêmica, entre outros.

Verifica-se na Tabela 3 como essa dinâmica se comportou nas instituições de pesquisa, quando os eixos são os grupos que pensam o gênero no Brasil.

²⁵ Trata-se da formulação de políticas institucionais que visavam dentre outras coisas, a formação acadêmica das/os pesquisadoras/es brasileiras/os. Desde 1975 vêm sendo elaborados e postos em prática os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), através deles se objetivou a construção e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, conforme consta no documento oficial do Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 (BRASIL, 2004).

²⁶ Conforme Silva, Bittar e Veloso (2004), o I PNPG estava previsto para ser efetivado no transcorrer de um período que compreendia cinco anos, entretanto, prolongou-se até o ano de 1982, época em que foi aprovado o II PNPG, em plena vigência governamental do General e Presidente João Batista Figueiredo.

Tabela 3 – Distribuição institucional dos grupos de pesquisa no Brasil que realizam estudos concernentes às questões de gênero, 2006

INSTITUIÇÃO	GRUPO	INSTITUIÇÃO	GRUPO	INSTITUIÇÃO	GRUPO
USP	23	UFRRJ	5	UNOCHAPECO	3
Unesp	21	ULBRA	5	EST	2
UFRJ	18	UNICENTRO	5	UFPEL	2
UFPE	16	USS	5	FURB	2
PUC/SP	14	FURG	4	SEADE	2
UFSC	14	IS	4	PUC/RJ	2
UERJ	13	MACKENZIE	4	UEMG	2
UFBA	13	PUC/RS	4	UESB	2
Unicamp	13	UCG	4	UESC	2
UFRGS	12	UDESC	4	UFAM	2
UFES	10	UFC	4	UFRPE	2
UEL	9	UFT	4	UFSM	2
UFMG	9	UNIR	4	UFS	2
UFSCAR	9	UPE	4	UNEB	2
FIOCRUZ	9	UCS	3	UNEMAT	2
UFF	8	UFAC	3	UNESC	2
UNB	8	UFJF	3	UNIFRAN	2
UFMA	7	UFMT	3	UNIMONTES	2
UFPR	7	UEPG	3	UNIRIO	2
UEM	6	UFRR	3	UNIT	2
UFAL	6	UNIVERSO	3	UVA-CE	2
UFPA	6	UTFPR	3	FNH	2
UFPB	6	UNISINOS	3	UCSAL	2
UFPI	6	PUC/Campinas	3	UFG	2
UFRN	6	UECE	3	UNIPAR	2
UEPB	5	UEMA	3	URCA	2
UFU	5	UGF	3	URI	2
UFMG	5	UNIVALI	3	OUTRAS ²⁷	53

Fonte: CNPq (2006)

Do total de 494 grupos distribuídos de maneira dessimétrica por 136 instituições que realizam pesquisa no Brasil, em 2006 a Universidade de São Paulo (USP) com 4,67% (23) se mostrou como aquela que continha a maior soma em grupos de pesquisa que assumem também ou nomeadamente o gênero como uma de suas categorias fomentadoras. Para efeitos de comparação, conforme os índices divulgados pelo CNPq²⁸ no ano de 2004²⁹ dos 19.470

²⁷ CEBRAP, FBDC, FCC, FCMSCSP, FEAD, FEE, FIC, FTC, IAPAR, IBICT, MPEG, PUC/MINAS, UCAM, UCB-DF, UCB-RJ, UCPEL, UEFS, UEG, UENF, UEPA, UERN, UESPI, UFGD, UFJS, UFLA, UFMS, UFRB, UFSJ, UFV, UNAERP, UNC, UNESA, UNIABC, UNICEUB, UNIFAL/MG, UNIFESP, UNIFRA, UNIGRANRIO, UNIJUI, UNILASALLE, UNIOESTE, UNIPAC, UNISAL, UNISUAM, UNITAU, UNITINS, UNIVALE, UNIVATES, UNIVILLE, UNP, UPF, URCAMP, UTP, cada uma contendo 01 grupo de pesquisa, correspondendo a 0,2% do total.

²⁸ Consultar o site http://dgp.cnpq.br/censo2004/sumula_estat_index_grupo.htm 07/07/06.

²⁹ Em razão do CNPq não fornecer os dados de quantos grupos brasileiros atuaram no período correspondente a 2006 foram cotejadas as quantidades do total nacional dos grupos no ano de 2004 com os números dos grupos que estudam gênero cadastrados até o ano de 2006.

grupos de pesquisa brasileiros, essa academia já denteava 9,7% (1.884) deles, dos quais 1,22% (23) discorrem em torno da temática gênero, mostrando dessa forma, que os grupos de pesquisa também são responsáveis pela magnificente liderança que a USP ocupa no campo da produção científica nacional.

Ainda acompanhando as informações da Tabela 3, veremos que a Universidade Estadual Paulista (Unesp) segue de perto a USP, pois apresenta 2,93% (21) grupos que se esmeram no estudo das questões de gênero em 2006, possuindo no ano de 2004 o indicativo de 3,7% (716) grupos no total das instituições.

No ano de 2006 na terceira posição aparece a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que com o total de 4,9% (963) dos grupos vinculados a essa instituição em 2004, demonstrou a partir daquela estimativa, possuir apenas 1,87% (18) de grupos que se voltaram para preocupações em torno do gênero. Na quarta, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) declarou que na soma de 1,8% (354) grupos ligados à instituição 4,52% (16) deles abordam o gênero.

Já a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aparecem em quinto lugar na tabela acima que em meio a um total nacional de grupos 0,9% (182) e 2,0% (398), respectivamente, extrai-se que destes 7,69% (14) e 3,52% (14) dedicam-se a estudos que se relacionam à temática citada. Ao avançarmos um pouco mais nos dados da tabela avistaremos que a Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2006 apareceu, compartilhando com outras cinco universidades, a décima segunda posição, se equipararmos com o ano de 2004 quando a referida instituição contava com 0,8% (157) do total dos grupos de pesquisa brasileiros atuando, concluiremos que 3,82% (6) deles ocupavam-se das questões de gênero no ano de 2006.

Partindo de uma visão panorâmica, não deixa de ser animador que a UFPA tenha algum tipo de destaque na colocação dentre as instituições mencionadas na tabela acima, mormente se lembrarmos que estamos falando de 136 instituições brasileiras de pesquisa que juntas somam 494 grupos que declararam estarem debruçando-se sobre as questões de gênero em âmbito nacional. Sob esse enfoque, arrisco-me na assertiva que garante a UFPA como a representante dos estudos de gênero na região Norte, pois essa instituição é na atualidade a que mais abarca grupos de pesquisa sobre gênero. No estado do Pará essa Universidade ainda divide seus lauréis apenas com outras duas instituições: a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), ambas com 01 (0,2%) grupo de pesquisa atuando.

Não é demasiado reiterar que, com relação à distribuição institucional dos 19.470 grupos de pesquisa brasileiros, continuou-se vendo números ancorados nas desigualdades em que se deram os desenvolvimentos regionais, onde algumas instituições gozam de privilégios acadêmicos e científicos em detrimento de outras. Quanto às unidades da federação a que estas instituições estão atreladas fica evidenciado o predomínio do eixo São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ) sobre as demais unidades que parecem não conseguir alcançar os valores absolutos daquelas duas primeiras.

São Paulo toma para si 21,46% (106) dos grupos em foco, dessa forma nos declara que detém sozinha grande parte deles estando inclusive 24 grupos à frente da segunda colocada que é o Rio de Janeiro com 16,59% (82); na terceira posição encontra-se Rio Grande do Sul contabilizando 9,11% (45), na quarta Paraná 8,7% (43), na quinta Minas Gerais 7,7% (38), na sexta colocação Santa Catarina apontando para 5,47% (27), Bahia e Pernambuco sinalizam o sétimo e o oitavo lugar cada uma, marcando 4,45% (22) e 4,25% (21) separadamente. Após quatro posições, na décima terceira ordem situa-se o Pará revelando 1,82% (9) dos grupos sondados.

Tabela 4 – Distribuição dos grupos de pesquisa no Brasil que estudam a temática gênero, segundo as unidades da federação, 2006

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE GRUPOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE GRUPOS
São Paulo	106	Alagoas	8
Rio de Janeiro	82	Piauí	7
Rio Grande do Sul	45	Goiás	5
Paraná	43	Mato Grosso	5
Minas Gerais	38	Tocantins	5
Santa Catarina	27	Sergipe	4
Bahia	22	Rondônia	4
Pernambuco	21	Espírito Santo	3
Ceará	12	Roraima	3
Paraíba	11	Acre	3
Distrito Federal	10	Amazonas	2
Maranhão	9	Mato Grosso do Sul	1
Rio Grande do Norte	9	Amapá	-
Pará	8	BRASIL	494

Fonte: CNPq (2006)

Dentre as unidades da federação brasileira, pode-se inferir que os números mais altos dos grupos de pesquisa estão elencados na seguinte disposição: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. Essa seqüência itera aquela idéia das regiões Sudeste, Sul e Nordeste no comando expressivo dos estudos em

torno do gênero, enquanto as unidades pertencentes às regiões Centro-Oeste e Norte ficam timidamente posicionadas na composição desse quadro representativo que de maneira profusa cria unidades que não possuem grupos (no sentido aqui discutido) cadastrados no CNPq, como é o caso do Amapá que no mesmo espaço de tempo convive com unidades como São Paulo que pompeia 106 grupos.

A questão que preocupa em decorrência dessa realidade, é que ela delinea os lugares dos financiamentos, do crescimento e da projeção, criando e retroalimentando polêmicos “centros” de produção acadêmica. Para os que estão de fora desses centros parece restar a “periferia”, mas não se pode prescindir que esses lugares alavancam copiosos esforços para avançar em seus empreendimentos de pesquisa.

Portanto, urge que as regiões menos desenvolvidas absorvam mais investimentos, a fim de promover alguma proximidade com as mais avançadas. Em razão disso, o credenciamento de programas em municípios distantes dos grandes centros é muito bem vindo, por certo que isto deve acontecer sem abrir mão dos padrões de qualidade.

A respeito disso, segundo a Assessoria de Imprensa da CAPES³⁰, durante o ano de 2004, em meio às discussões do V PNPG surgiu o programa “Acelera Amazônia” com o objetivo de solucionar a equação que tem provocado desequilíbrios nos investimentos destinados às regiões. Para inaugurar as ações deste programa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) liberou para a região Norte a quantia de R\$ 2 milhões, para “[...] a concessão de bolsas de apoio a recém-doutores, bolsas de iniciação científica para jovens interessados em fazer a carreira científica e desenvolvimento de laboratórios” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2006, não paginado). Segundo o site da CAPES, José Fernandes de Lima, diretor de Programas da referida Coordenação, assegura que o Acelera Amazônia visa também a estimulação de mobilidade em instituições diferentes e entre grupos consolidados e emergentes.

Como parte da política que fomenta a criação de novos cursos, formação e fixação de mestres e doutores nos estados da região Norte, no ano de 2005, o sinal de positivo da CAPES legalizou o número de 23 novos cursos de pós-graduação (18 de Mestrado e 05 de doutorado), contribuindo para o saudável crescimento de 25% para os programas de mestrado e de 33% para os de doutorado, quando comparado com o ano de 2004.

³⁰ Informações disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/dez/N_14032006S.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

Com isso a partir do prisma regional, elevam-se as expectativas de um crescimento qualitativo e quantitativo do Sistema Nacional de Pós-Graduação como um todo, levando-se em conta uma política que inclua modelos possíveis e ações focadas nas vicissitudes de cada realidade, fomentando com isso o aumento de pesquisadoras/es e grupos de pesquisa, especialmente nas unidades rotuladas como “periféricas”.

2.2 NOS GRUPOS, AS/OS PESQUISADORAS/ES: O FRONTISPÍCIO DE UMA CIÊNCIA MASCULINA

A Ciência ao longo de sua existência tem nos provado que não é merecedora de acusações do tipo maniqueístas, pois como não é um ente individuado, foi/é resultado de ações humanas (de mulheres e homens) que a empregam para fins considerados bons ou maus, e longe de ser neutra, continua sendo objeto de caudalosas contendas envidadas por pessoas ou grupos sequiosos pela legitimidade da autoria de se falar e agir, pela autarquia que esse poder facultará a quem dele possuir.

Ao se pensar nestas alterações, não há dificuldades em se compreender que as mulheres entram nelas com largas desvantagens, ao passo que a Ciência permanece dominada por homens. Conforme a pesquisa de Carvalho (2006), até mesmo nas Ciências Humanas onde o contingente de mulheres é espantoso, “os grandes nomes” continuam sendo os da figura masculina.

Assim, a semelhança de outros espaços considerados masculinos, a penetração das mulheres no meio científico não foi obra de mera concessão ou casualidade, mas sim resultado de árduas batalhas travadas até os dias hodiernos. Como vimos, são diversas as áreas do conhecimento que realizam estudos e discutem a relevância das questões concernentes ao gênero e o quanto precisamos estar atentivas/os a esses debates em nossas relações científicas e cotidianas para que percorramos em direção da superação diária dos discursos e práticas misóginas, sejam eles sutis ou não, pois sempre são agressivos.

Na obra “A Ciência é masculina? É sim senhora!”, Attico Chassot (2006a) nos explicita que a inculcação continuada de uma Ciência masculina encontrou acolhida e robustecimento a partir de nossas raízes mais profundas, ou seja, de nossa tríplice ancestralidade greco-judaico-cristã que nos forjou com a ajuda de seu mais forte tentáculo, o religioso. Para cada uma daquelas três origens, emergiram tentativas de interpretações, onde na grega foram abordadas as concepções biológicas de fecundação propagadas por Aristóteles e as influências da mitologia; na judaica, a cosmogonia (em especial a criação de Adão e

Eva); e na cristã, as explicações advindas do judaísmo complementadas pelas explicações radicalistas de teólogos como Santo Agostinho, Santo Isidoro e Santo Tomás de Aquino.

Fatores históricos como estes aditados a outros refinamentos sociais, proporcionam não só a Ciência, mas também boa parte da produção intelectual, um fronte predominantemente masculino.

2.2.1 A segmentação na liderança científica: um quadro em mudança

No caso específico da quantidade de pesquisadoras/es cadastrados no CNPq, os dados mostram que a presença deles, os homens, é majoritária, conforme demonstrado na Tabela 5, observando os itens sexo e idade.

Os números expressam que na faixa etária balizada até 24 e de 25 a 29 anos de idade, durante o período 2000–2004 registra-se a presença de pesquisadoras em maior número, ao contrário do que se observa no caso dos pesquisadores. No entanto, na faixa etária de 30 a 65 anos ou mais, é estrondosa a predominância de pesquisadores, nesse sentido, durante o período em questão os homens confirmam sua presença majoritária na seara da pesquisa acadêmica.

Tabela 5 – Distribuição de pesquisadoras/es por sexo e faixa etária, 2000 – 2004

IDADE	FEMININO			MASCULINO		
	2000	2002	2004	2000	2002	2004
Até 24	158	172	499	117	131	388
[25-29]	1.116	1.453	2.454	972	1.187	2.297
[30-34]	2.539	3.015	4.704	2.987	3.232	4.819
[35-39]	4.070	4.890	6.221	4.985	5.678	7.114
[40-44]	4.085	4.879	6.811	5.014	5.625	7.458
[45-49]	3.985	4.855	6.136	4.832	5.304	6.498
[50-54]	2.727	3.574	4.749	3.850	4.648	5.820
[55-59]	1.285	1.917	2.680	2.240	2.754	3.656
[60-64]	536	819	1.180	1.126	1.351	1.816
[65 ou mais]	309	446	638	705	940	1.283
Total	20.810	26.020	36.072	26.828	30.850	41.149

Fonte: CNPq (2006)

A partir da faixa etária que demarca dos 30 aos 34 anos de idade, afora o ano de 2004 para o feminino, nota-se que houve uma duplicação na quantidade de pesquisadoras e pesquisadores, porém, ainda que o número de mulheres tenha sido bastante enriquecido na referida faixa etária, não foi o suficiente para continuar mantendo a marca que garantia posição à frente do número de pesquisadores, sendo a faixa de 35-39 aquela que testemunhou

um crescimento ainda maior de homens em relação às suas pares femininas, isso se dá “[...] provavelmente por coincidir com a fase reprodutiva da mulher, nessa categoria social” (TAVARES, 2005, p. 1).

Com relação à faixa etária anterior (35-39) no ano de 2002, dos 40 aos 44 do mesmo ano se registra uma subtração equivalente a 0,23% (11) para elas e 0,93% (53) para eles, porém nos outros biênios (2000 e 2004) esses percentuais voltaram a crescer, no caso das pesquisadoras fica a impressão de que após o alcance da maternidade, passados os difíceis estados do puerpério e os primeiros momentos que requerem uma maternagem muito mais diligente, elas procuram retornar às atividades que exigem a pesquisa.

Já no grupo etário que compreende dos 45 aos 49 anos começa a diminuir a quantidade tanto de pesquisadoras quanto de pesquisadores, todavia elas passam a nos prestigiar bem menos com sua participação nos espaços destinados à pesquisa brasileira. Além disso, é importante registrar que com o advento dessa faixa etária não mais veremos o incremento de pessoas dedicadas à pesquisa, mas sim um decréscimo de maneira gradual.

No decorrer dos tempos históricos 2000, 2002 e 2004 as pesquisadoras representavam 43,7% (20.810), 45,7% (26.020) e 46,7% (36.072) respectivamente, por seu turno os pesquisadores eram 56,3% (26.828), depois 54,2% (30.850) e 53,3% (41.149) mostrando-nos que apesar daquela queda denotada nos índices de pesquisadoras/es durante o decurso etático que tem seu início a partir dos 45 anos de idade, houve um constante aumento dessas/es profissionais.

Do ponto de vista vertical, fica a impressão de que este crescimento tem se efetivado na parte masculina da balança, porque eles ainda representam a maioria no campo da pesquisa científica, mas se o ângulo for o horizontal as mulheres ganham vantagem com um crescimento de 73,34% (15.262) em relação aos colegas de profissão com 53,38% (14.321), marcando uma diferença de 941 a mais para elas. Aqui o que se nota é que eles têm demonstrado que sua presença é majoritária no meio acadêmico-científico, entretanto é o sexo oposto que vêm apressando o passo nesse nicho ocupacional e conquistando os maiores indicativos de crescimento.

No ano de 2000 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³¹, embora estivesse apresentando um quantitativo diferente pelo fato de possuir instrumentos específicos de coleta dos dados, já apontava para fulgurações de um resultado bem parecido ao da Tabela 5 e procurava encontrar as razões do menor envolvimento profissional feminino na pesquisa

³¹ Ver site: <http://www.ibge.gov.br>.

brasileira pelo motivo de as mulheres, em grande número, até o presente momento ainda precisarem ratear seu tempo entre estudo, trabalho e família.

Talvez por esta razão Estumano (2004), quando procurou conhecer em pesquisadoras e pesquisadores que realizaram estudos acadêmicos a partir do eixo gênero viviam em seu cotidiano (familiar e profissional) as inevitáveis práticas sociais que apareciam revestidas por questões de gênero, traga como um dos resultados provenientes de sua dissertação, que as falas das mulheres pesquisadoras davam-se tendo como ponto de partida a família, em sentido oposto, as vozes masculinas norteavam-se a partir da referência no trabalho, isso ocorria ainda que todas/os as/os entrevistadas/os tivessem participações tanto na família quanto no trabalho. “Assim, para os homens, a família retira um tempo que poderia ser investido em trabalho e para as mulheres, o trabalho retira um tempo que poderia estar sendo dedicado à família” (ESTUMANO, 2004, p. 26).

De acordo com Sabbatini (1998) para as mulheres que desejam constituir uma família o ritmo de vida de uma pesquisadora se transformou em um grande desafio, pois se acaso entre suas aspirações estiver a manutenção de certo padrão de avanço profissional é necessário que ela tenha dedicação ao estudo por delongadas horas, durante alguns anos, o que seguramente causa sérios transtornos em sua vida particular.

Nesse sentido, raramente uma estudante de pós-graduação pode ter filhas/os antes dos 35 anos de idade, quiçá esta realidade seja responsável pelo não acompanhamento do crescimento quantitativo de pesquisadores a partir da faixa etária dos 30-34 anos de idade, porque algumas mulheres optam por ter filhas/os e, convenhamos, não parece nada fácil contentar uma carreira científica e docente com casamento e maternidade. Isso acontece porque as tarefas de organização doméstica ainda continuam sendo delegadas primordialmente às mulheres, mas é salutar trazer à memória que esse fenômeno não está restrito à jurisdição brasileira, posto que se espalhou inadvertidamente por outros países.

Ao discutir sobre os pesados encargos que a mulher cientista precisa superar, praticamente sozinha, em sua profissão a partir do advento da maternidade, Chassot nos propõe que:

Se com nossos esforços pudermos vencer aquela que se colocou como a *primeira* das explicações, a *histórica*, em que teremos que fazer continuado suplantarmos resquícios de uma latente misoginia, mesmo que esta ainda esteja fortemente entranhada em nosso imaginário masculino, e a *segunda* das implicações, a *biológica*, pela cada vez mais continuada valorização da maternidade, poderemos deixar de fazer dela um ônus à medida que, como homens, exercermos uma paternidade cada vez mais responsável. São utopias não impossíveis de se transformarem em realidades, por isso sempre

e cada vez mais devem ser recordadas olhando a história que tecemos (2006a, p. 92).

De modo oblíquo as estudiosas Santos, Ichikawa e Cargano (2006) instigam a pensar numa reinvenção da atividade científica, ao invés de se consumir demasiadamente com críticas diatribes em torno das posturas e subserviências femininas em busca de sobrelevar os entraves à sua carreira científica. A propósito disso, recriar a participação das mulheres no produzir científico é causar abalos no “modelo masculino” que vem ditando como fazer Ciência, uma vez que na compreensão das autoras esse “[...] modelo masculino de sucesso acadêmico envolve compromisso de tempo integral ao trabalho científico e as relações academicamente competitivas com seus pares” (2006, p. 15).

Na contramão desse modelo de êxito científico, que força uma consagração ao mundo do trabalho/acadêmico nos intimando a uma devoção total mesmo afora daquele cenário, há outro modelo possível de ser executado, que por sua vez, tem-se denominado de “feminino” porque objetiva ater-se também às demandas da vida particular.

Mas essa proposta pode ter duas faces, posto que a resistência aí colocada talvez tenha força para outras cintilações perigosamente reprodutivistas, pois:

[...] a *reprodução social* ocorre tanto com a complacência espontânea como com a recusa ativa de suas próprias vítimas - um exemplo impressionante de como a *hegemonia* é mantida pela classe dominante no *nível cultural* através da própria resistência [...] à lógica opressiva (MCLAREN, 1997, p. 235, grifos no original).

Nesse sentido, por não serem vítimas passivas elas:

[...] contestam ativamente a hegemonia da cultura dominante através da *resistência* [...] agem em oposição ao processo de reprodução social, mas, como resultado deste mesmo ato de oposição, tristemente cerram as poucas opções que lhes são disponíveis de romper sua condição [...] subordinada. (MCLAREN, 1997, p.235, grifos no original).

Noutra direção, o autor foi assertivo quando afirmou que não se pode refutar indiscriminadamente as resistências, em razão de não se fechar os olhos para a posição social de subordinação que os sujeitos preenchem e que foram resultado da tessitura histórica de “campos culturais” que se fizeram opostos e desiguais gerando relações conflituosas não só nas questões de gênero, como também raça e classe.

Porém o não reconhecimento, tanto por parte das mulheres quanto dos homens, de que há uma dominação que se quer hegemônica, faz com que elas e eles aceitem e até contribuam para fortalecer essa dominação que não obrigatoriamente vem de uma nação imperialista ou de um governo despótico, mas talvez de um movimento social organizado ou de suas pedagogias como panfletos, folhetins, palavras de ordem para conseguir mais adeptas/os sensibilizadas/os com a causa, porque esses movimentos clamam pela aquisição desse poder e também querem estar no topo prescrevendo as suas regras. Entretanto, não se pode generalizar que o fato de se ter consciência da existência dessas relações de dominação seja o bastante para combatê-las e alterá-las.

A tendência de uma menor presença de pesquisadoras nas academias brasileiras, ao contrário do que se observa no caso da presença de pesquisadores, é antagônica ao que vinha ocorrendo desde os últimos 25 anos nos EUA³², onde o número de mulheres que almejavam um lugar em carreiras acadêmicas granjeou enormes saltos, contudo, nos tempos atuais vem decrescendo em proporções surpreendentes, e muitas pesquisadoras estão abrindo mão de suas profissões em frações bem maiores que os pesquisadores.

No ano de 1972, segundo a *National Science Foundation* (SABBATINI, 1998) as pesquisadoras universitárias representavam menos de 9% do corpo docente, e grande parte das faculdades tradicionais como é o caso de Medicina, Engenharia e Direito tinham seu quadro docente constituído unicamente por homens (no Brasil, a Faculdade de Medicina da USP passou a ter duas professoras titulares em seu colegiado apenas em 1996). Somente nas décadas posteriores, com a liberação social e política das mulheres que se conseguiu visualizar um aumento gradativo na participação profissional feminina nas universidades, chegando a 22% na década de 1990. Este acontecimento ficou conhecido como o fenômeno “supermães”, pois aquelas mulheres congraçaram suas carreiras científica e docente com o matrimônio e a condição de mãe, mas certamente essa escolha exigiu um rigor frenético de trabalho regado a grandes doses de sacrifícios.

Na atualidade esses números vêm cada vez mais sofrendo uma decaída, isso se deve tanto no caso dos EUA como no do Brasil (resguardadas as especificidades da cada país) ao fato de que a carreira científica é cada vez menos atrativa para jovens egressas das universidades, devido aos baixos salários ofertados às iniciantes e ao longo tempo para que ocorra uma progressão profissional por conta da sucessão dos anos exigida no investimento da devida qualificação. Esses fatos contribuem significativamente para afugentar as mulheres

³² É meritório lembrar que este país é considerado o mais avançado quando o assunto é o fomento aos programas afirmativos de recrutamento de professores e cientistas do sexo feminino.

do meio acadêmico, logo elas passam a procurar o mercado de trabalho fora das universidades e que lhes proporcione uma vida melhor em um espaço de tempo mais reduzido e talvez menos atribulado.

A tendência é nefasta, pois a universidade é o espelho da sociedade e, ao mesmo tempo, um de seus principais agentes de transformação social. Centenas de estudos têm comprovado que a condição feminina melhora espetacularmente em proporção ao grau de instrução, afetando desde o salário que a mulher ganha, até o número de filhos que ela escolhe ter. Uma universidade precisa ter uma proporção representativa de mulheres em seu corpo docente, para ser dinâmica e conectada com a sociedade, além disso dar um bom exemplo para as conquistas profissionais pelo corpo docente feminino (SABBATINI, 1998, não paginado).

Um estudo coordenado por Velloso (2004) concluiu que o período transcorrido entre o término da graduação e a obtenção do título de doutoramento no Brasil é de aproximadamente 11 anos, isso sem contar com as intempéries de ordem pessoal que podem colocar em suspensão temporária a continuidade do trabalho de pesquisa, sujeitando atrasos no tempo de formação, como bem nos lembra Corrêa (2006) ao citar Machado e Lehmkuhl quando se referiu aos obstáculos no processo de orientação de teses e dissertações; e Velloso (2000) ao constatar, em outra pesquisa, que a trajetória do tempo aplicado para o ápice da formação acadêmica das/os “sempre bolsistas” é de mais de uma década antes das/os “nunca bolsistas”.

Em contrapartida, as nações centrais do ponto de vista científico demonstram que a qualificação de pessoas em nível acadêmico é realizada com mais brevidade de tempo.

Obstáculos como os preconceitos ainda são desferidos contra mulheres que procuram galvanizar uma carreira científica, um exemplo disso ocorreu em janeiro do ano de 2005, quando em uma palestra o reitor Lawrence Summers da famosa Universidade de Harvard, fez a polêmica declaração de que as diferenças inatas entre os gêneros poderiam explicar por que menos mulheres são bem-sucedidas na Ciência. É espantoso como se buscam explicações científicas para que preconceitos ineptos continuem sendo legitimados nos mais variados campos.

[...] a procura de um fator biológico – um gene ligado ao sexo, um hormônio ou uma diferença cerebral, por exemplo – que pudesse estar na base da alegada capacidade inferior natural das mulheres para se dedicarem à execução de atividades científicas continua ainda hoje, malgrado o repetido insucesso de quaisquer investigações em demonstrar que a biologia torna as mulheres menos capazes que os homens no que respeita às aptidões – visuo-espacial, analítica ou matemática – associadas com a capacidade científica (SAYERS apud CHASSOT, 2006a, p. 82).

A afirmação de Sayers que data de 1989, não está desatualizada, mesmo quando ela afirma “ainda hoje”, posto que na atualidade continua-se a vivenciar repetidas miradas em asserções que dizem estar fundamentadas nos estudos e discursos androcêntricos para aumentar o fosso das diferenças e inferioridades sexistas.

Recentemente foi a vez da revista *Veja* (2007), ao trazer uma reportagem jornalística que divulgou descobertas sobre as diferenças fisiológicas entre mulheres e homens que possivelmente podem suscitar distintos tipos de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças em consonância com o sexo da/o paciente. Entretanto, no meio da matéria, escrita por mulheres (PASTORE; NEIVA, 2007), aparece um grande quadro com o seguinte título: “É uma questão de natureza: Muitas das diferenças entre o comportamento feminino e o masculino são determinadas pela genética – e não por questões culturais”, os comentários que vieram abaixo desse título foram inspirados no estudo de um neurologista e nos livros de “auto-ajuda” direcionados para o público feminino intitulados de “Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?” (PEASE; PEASE, 2000) e “Por que os homens nunca lembram e as mulheres nunca esquecem?” (LEGATO, 2005).

A soma destes referenciais resultou em um texto, que chegou às mãos de leitoras e leitores da citada revista, alicerçado em afirmativas generalizantes e essencialistas que ligam biologicamente as mulheres a um corpo inferior, problemático e que precisa ter controlado seus impulsos naturais a fim de viver melhor em um mundo que é masculino. As mulheres ainda foram relacionadas à maternidade, vínculos afetivos veementes, dificuldades de localização espacial por conta do hemisfério direito do cérebro ser menos desenvolvido que o masculino, entre outros.

Para completar, a capa da revista destacou o seguinte título: “Enfim a Ciência entendeu a mulher”, mas na foto estampada por aquele veículo de comunicação e formação de opiniões há uma mulher completamente despida. Diante desse tipo de imagem faço um adendo ao retomar o estudo de Felipe (2000) quando afirmou que as pedagogias culturais em circulação se valem também desses cenários como contextos educacionais, que fazem parte das produções culturais a nos interpolar avidamente, intentando nos persuadir a partir de sua visão de mundo. Nessa linha de raciocínio, essas diversas pedagogias culturais existentes têm contribuído assustadoramente para a produção de sujeitos femininos, que pautados em um ideal de insistente apelo à beleza estética correm sérios riscos de vida submetendo seus corpos a procedimentos cirúrgicos que no mínimo são duvidáveis; a doenças como anorexia e/ou bulimia; arriscadas aplicações de substâncias sobre ou dentro da pele, que nem sequer têm sua

eficácia ou mesmo nível de salubridade assegurado cientificamente; ao consumo desenfreado de remédios ou produtos que se auto-anunciam como “alimentos”.

Buscando ser exemplo de beleza e sensualidade a todas e todos, alguns corpos femininos são expostos narcisicamente para o deleite de uma pedagogia que “[...] vincula um modelo de feminilidade onde o exercício do poder parece estar restrito apenas aos campos do erotismo e da sedução” (FELIPE, 2000, p.174). Esse corpo feminino, celebrado e coagido, concomitantemente, participa da (re)produção de um certo tipo de conhecimento que adequou a mulher em um determinado formato.

Conforme Osada (2006), outro anúncio foi emitido pela professora doutora Suely Villela, primeira reitora mulher da Faculdade de Ciências Farmacêuticas do campus de Ribeirão Preto da USP, quando em seu discurso de posse revelou “[...] não é porque sou mulher ou do interior que me tornei reitora [...]” preocupada em se referir conforme a importância de se dirigir numa perspectiva da Ciência masculina, pois, “[...] elementos contextuais, como *background*, gênero ou local de atuação – cidade ou campo – não devem ser levados em conta na construção de uma Ciência neutra, objetiva e universal” (OSADA, 2006, p. 5).

Pronunciamentos como estes nos fazem refletir que as desigualdades de gênero, dentre outras, também têm seu eco em instituições de pesquisa e ensino que acarretam dificuldades nesta carreira, funcionando como uma espécie de “Efeitos Matildas”³³ (OSADA, 2006), ou seja, obstruindo o progresso das mulheres nestes lugares que em alguns casos se tornam não-lugares.

Assim, é necessário e urgente se esclarecer que os embaraços ao prosseguimento de mais mulheres na carreira científica não estão somente fixados ao mundo privado, doméstico e familiar, caso contrário estaremos arriscadas/os a incorrer em descrições e interpretações omissas e sexistas que “[...] tendem a naturalizar construção social e histórica, alimento rico para a produção ideológica que, por sua vez, tende a reforçar dominação de gênero” (ROSEMBERG, 2001b, p. 531).

Como se pode perceber há uma necessidade premente de que sejam criadas políticas científicas que despertem o interesse de mulheres para o ingresso na pós-graduação brasileira, mormente no campo de formação para a atuação em pesquisa. Outra possibilidade é pensar

³³ A autora afirma tomar de empréstimo essa expressão, que foi utilizada em 1993, pela pesquisadora Margaret Rossiter quando abordou as dificuldades da mulher nas ciências; um paralelo ao efeito Matheus, pesquisado pelo sociólogo da ciência Robert Merton, para discutir em torno do reconhecimento de que usufruem cientistas que estão no ápice da profissão em prejuízo aos pesquisadores jovens. Merton então se auxiliou na bíblia, Matheus 13:12, “[...] àqueles que tem será acrescentado, àqueles que não têm, será tirado.”

em uma diminuição do tempo que se leva para concluir os estudos na pós-graduação, posto que esse período de dedicação provoca alguns conflitos na vida particular tanto para mulheres, quanto para os homens. Isso traria benefícios principalmente às mulheres, pois se elevariam as chances de angariar um emprego fixo antes dos 30 anos, e para aquelas que almejam ter filhas/os ficaria salvaguardada a idade reprodutiva que se considera adequada.

Também seriam bem vindas políticas de incentivo ao retorno de mulheres ao mercado de trabalho acadêmico, dessa forma, as IES reabririam espaços àquelas que inicialmente optaram pela dedicação familiar e maternal, para posteriormente trilhar o caminho de volta à vida acadêmica, investindo no aperfeiçoamento profissional e atuando em suas carreiras docente e científica. Mas, paralelo a essas sugestões é de importância capital que a militância feminina mobilize com mais frequência esse debate, tanto nas instituições acadêmicas, quanto na sociedade brasileira.

Rosemberg (2001b, p. 25), ao constatar nas universidades brasileiras a grande quantidade de mulheres pós-graduadas que produziam no período de vida familiar relacionados à idade de procriação, enfrentando enormes desafios para retomarem a carreira, dirige-se à premente “[...] necessidade de que as agências de fomento tratem com seriedade, humanidade e equidade a questão da licença-maternidade, questão omitida nos debates contemporâneos sobre eficiência da pós-graduação e da agenda feminista [...]”. Já a vulcanóloga brasileira Rosaly Lopes³⁴, em entrevista concedida a Pascoali (2005) advogou que as mulheres devem ser encorajadas a se tornarem cientistas. Para isso, o trabalho deve começar com as meninas a fim de que elas possam visualizar a profissão de cientista como algo viável, e a partir daí comecem a nutrir interesse pela carreira.

Desta maneira, além de se elevarem o número de pesquisadoras aumentariam as probabilidades de mais mulheres ocupando os cargos de liderança nos grupos de pesquisa, pois em se considerando a divisão de pesquisadoras/es conforme a assunção ou não da liderança junto aos grupos veremos a seguinte situação:

³⁴ Doutora em Geologia dos Planetas e pesquisadora da Nasa.

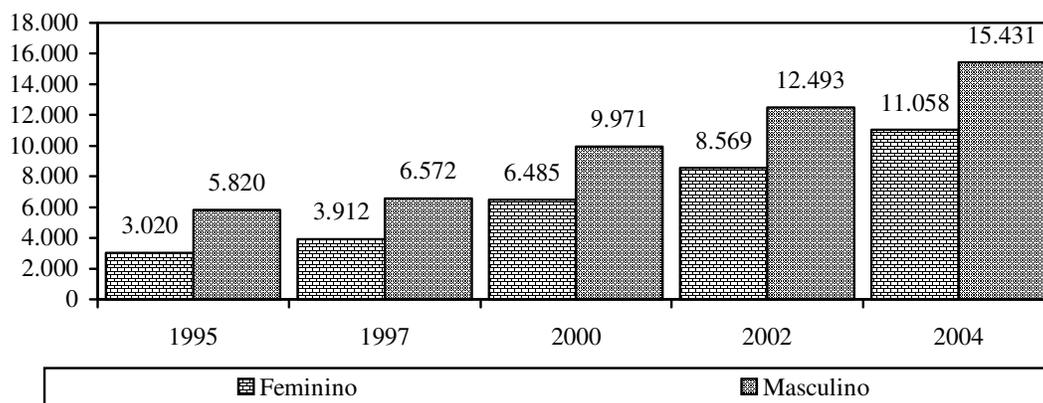


Gráfico 5 – Evolução de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os cadastradas/os como líderes nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 1995-2004
Fonte: CNPq (2006)

Trata-se de ponderável diferença que declara, nos biênios em questão, a preponderância contínua de homens na liderança científica. No detalhe, o *viriarcado*³⁵ exposto nos números é mais impressionante ainda: em 1995 as instituições brasileiras de pesquisa contavam 66% (5.820) pesquisadores líderes e 34% (3.020) pesquisadoras líderes; 1997 marca os índices de 63% (6.572) deles e 37% (3.912) delas; 2000 demonstrou 61% (9.971) para homens e 39% (6.485) para as mulheres; 2002 apontou 59% (12.493) contra 41% (8.569); 2004 apresentou 58% (15.431) para o sexo masculino e 42% (11.058) para o feminino.

Ainda assim, se focarmos mais de perto as lentes de nosso microscópio, há de se considerar que se por um lado os pesquisadores líderes denotaram um crescimento de 165,14% (9.611) e deliberadamente representam a maioria durante o período em análise, por outro as pesquisadoras cresceram 266,16% (8.038), ou seja, com esses valores o que se verifica é uma possível tendência ao aumento da liderança científica feminina no Brasil e se as pesquisadoras continuarem dando solidez a esses números, vertiginosamente poderá ocorrer uma inversão nos pilares da liderança de pesquisadoras e pesquisadores, turvando-se a intensa característica de segmentação sexual, sacudindo a idéia de Ciência como reserva masculina e provocando um deslizamento na fonte dos códigos e práticas vigentes nos campos das relações generificadas.

³⁵ Segundo Wenzler-Lang (2006) o termo viriarcado foi proposto por Nicole-Claude Mathieu em 1985, e definido como o poder dos homens, independente de serem pais ou não, de as sociedades se configurarem como patrilineares, patrilocais ou não.

Tal revolução poderia se refletir em outras esferas acadêmicas, como por exemplo, na composição dos Comitês Assessores³⁶ que julgam os projetos de pesquisa via CNPq, que atualmente tem em seu grupo apenas 3 (4%) mulheres de um total de 75 membros que formam os comitês das Engenharias, Ciências Exatas e da Terra. As decisões coletivas são tomadas por 64 homens e 16 (20%) mulheres nas áreas de Ciências da Vida, mas em comitês como os de Agronomia e Genética são preenchidos somente por homens. Lamentavelmente, só nas Ciências Humanas e Sociais é que se notam ambos os sexos com participações equivalentes, onde eles somam 20 e elas 21 (51,22%).

Avalizar a relevância dos CA e dos CD a partir do papel que desempenham, designadamente nos processos de análise e avaliação das propostas de apoio à pesquisa e à formação de recursos humanos enviados ao CNPq pelas/os pesquisadoras/es, pode ser elucidativo para se chegar a uma conclusão a respeito das situações que se assomaram para o triunfo masculino nos grupos de pesquisa e nas lideranças da Ciência, pois essas instâncias, conforme Tavares (2005), têm perseverado em composições majoritariamente de pesquisadores do sexo masculino.

Similarmente, outros incontáveis exemplos podem ser propalados acerca do modesto envolvimento de mulheres pesquisadoras nos círculos que emanam poder de decisões, mas por hora é suficiente procurar entrevermos quem ocupa os cargos das reitorias, pró-reitorias, diretorias, conselhos superiores das agências de fomento, que as evidências chegam a ser truísmo.

Para Velho e Prochazka (2003) hierarquia implica em poder de deliberação, que é vital para a seleção de temáticas de pesquisa e alocação de recursos, mas para nossa desventura, é nesse domínio que a posição das mulheres deteriora sensivelmente.

Grossi³⁷ (ComCiência, 2003, p. 3) denominou estas ausências femininas de “teto de vidro”, pois para a pesquisadora “as mulheres têm a ilusão de que elas podem subir, mas em algum momento alguma coisa impede” isso faz com que os cargos de remuneração e *status* mais elevados nas instituições científicas ainda permaneçam em sua maioria esmagadora sendo ocupados por homens.

Ao se averiguar o intenso avanço do ponto de vista quantitativo, deve-se acautelar com antecipação que tais índices podem encobrir certos aspectos de exclusão e segmentação aplicados nos processos femininos de entrada e expansão no ramo da pesquisa, pois a

³⁶ Os Comitês Assessores (CA) são constituídos por pesquisadoras/es designadas/os por associações acadêmicas, mas selecionadas/os pelo Conselho Deliberativo (CD) que, por sua vez é a instância máxima do CNPq.

igualdade numérica não se traduz obrigatoriamente em uma equidade de gênero, nesse prisma as pesquisadoras têm presença minoritária em cargos de alta superioridade dentro das estruturas hierárquicas do meio científico e acadêmico. Isso nos leva a pensar que o sistema androcentrista ainda perdura para assegurar a preeminência masculina nos postos mais elevados da Ciência.

Quando se considera pesquisadoras/es que não ocupam liderança científica nas instituições teremos a seguinte representação (Gráfico 6):

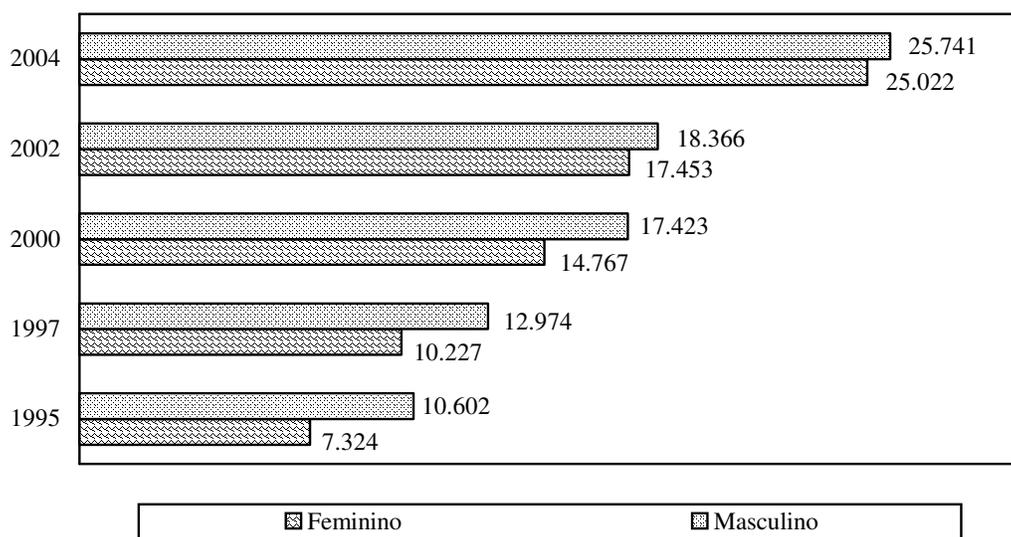


Gráfico 6 – Distribuição de pesquisadoras e pesquisadores não-líderes cadastrados nos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 1995-2004

Fonte: CNPq (2006)

A visualização gráfica oportuniza afirmar que o triênio formado pelo conjunto 1995, 1997 e 2000 remontaram aos índices mais altos de diferenças entre os sexos na categoria não-liderança, respectivamente as quantias foram de 59% (10.602) para pesquisadores do sexo masculino e 41% (7.324) para as pesquisadoras; 56% (12.974) entre eles e 44% (10.227) entre elas; 54% (17.423) no intervalo correspondente aos homens e 46% (14.767) às mulheres. Já 2002 e 2004 balizaram menor diferença em torno de pesquisadoras e pesquisadores não-líderes, nessa direção esse biênio estava composto por 51% (25.741) homens e 49% (25.022) mulheres em 2002, e aquele no ano de 2004 por seu turno tinha 51% (18.366) entre os homens e 49% (17.453) entre as mulheres.

³⁷ Grossi é uma das 3 mulheres, dentre 20 pessoas, que ocupam cargos de representação nos Conselhos Técnicos Científicos (CTC) pertencentes à CAPES.

A exemplo do Gráfico 5, houve também indicativos de crescimento, só que nesse caso em comparação ao anterior a expansão foi menor, no qual os números de homens pesquisadores se elevaram a 143% (15.139) e as pesquisadoras novamente demonstraram alcançar mais vantagens quando 242% (17.698) delas contribuíram para que se vislumbre maior inclinação à igualdade e posteriormente a superação dos quantitativos masculinos nessa categoria.

No cotejamento dos dados organizados nos Gráficos 5 e 6, nota-se que o número de pesquisadores é sempre mais elevado do que o de pesquisadoras, entretanto, ao realizar um levantamento no DGP brasileiro (Censo CNPq, 2004), depois de um laborioso trabalho de catalogação, observou-se que a situação anteriormente posta sofre um abalo frontal, quando se volta o olhar para os grupos que envolvem, de uma maneira ou de outra, discussões em torno das questões de gênero em seus esforços de pesquisa. Com esse parâmetro procurou-se verificar qual o sexo que predominava nos cargos de liderança dos grupos citados, no processo, detectou-se nomes que suscitavam dúvidas a respeito do sexo, nestes casos recorreu-se ao currículo *lattes*, na secção *dados pessoais*, para dirimir as dúvidas e o resultado final foi surpreendente, conforme podemos evidenciar no Gráfico 7.

Chama a atenção o número bastante superior que marca a presença de pesquisadoras que estão na liderança dos grupos de pesquisa investigados, além do mais é no mínimo curioso o esboço que o gráfico abaixo revela mostrando-se às avessas do Gráfico 5 que apresenta uma dominância masculina na liderança assumida por pesquisadores homens. Portanto, pelo menos nessa amostra de grupos espalhados pelas plagas nacionais, reside a certeza provisória de que a mulher/cientista rompeu barreiras no espaço dominado pelo universo masculino.

Nos pormenores da representação abaixo, a área da Educação possui 87,32% (62) mulheres e 12,68% (9) pesquisadores, portanto, até a data de realização da coleta de dados, era a que mais acumulava pesquisadoras na escala nacional dos grupos de pesquisa que realizavam estudos em torno do gênero; Sociologia veio em segundo lugar quando somou 83,08% (54) pesquisadoras e 16,92% (11) pesquisadores, seguida de perto por História com 79,31% (46) delas e 20,69% (12) deles, depois avistávamos a área da Saúde Coletiva em quarto lugar demonstrando 86,05% (37) e 13,95% (6); no quinto Psicologia exibindo 74,42% (32) de mulheres e 25,58% (11) homens; dando prosseguimento aparecia a área do conhecimento Serviço Social que mostrava ter 96,43% (27) de pesquisadoras nos grupos e 3,57% (1) de pesquisadores; posteriormente Letras apontou para o percentual de 73,53% (25) e 26,47% (9); na oitava posição Antropologia tinha 71,88% (23) e 28,12% (9); Enfermagem

94,44% (17) e 5,56% (1); Linguística 91,67% (11) e 8,33% (1); e Administração 90,91% (10) e 9,09% (1).

Apareceram ainda outras 16 áreas que projetaram menor quantidade de pesquisadoras: dentre elas Medicina revelando-se no décimo segundo lugar com 60% (6) pesquisadoras e 40% (4) pesquisadores; no mesmo encaixe vimos Ciência Política expondo 66,67% (6) e 33,33% (3); a área do Direito sinalizando 71,43% (5) de mulheres no comando e 28,57% (2) de homens; a Educação Física com os índices de 26,67% (4) para as profissionais e 73,33% (11) para os profissionais; Economia 66,67% (4) e 33,33% (2); Comunicação 80% (4) e 20% (1); Teologia 60% (3) e 40% (2).

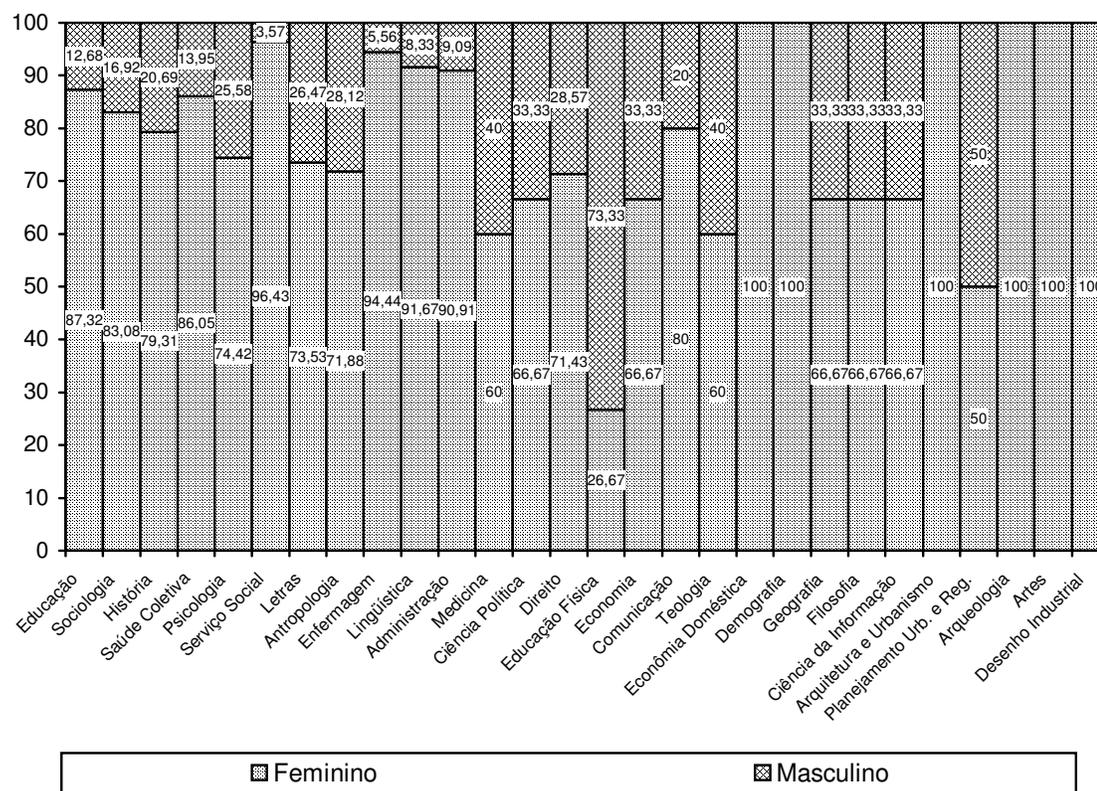


Gráfico 7 – Área de estudo e liderança agrupada por sexo nos grupos de pesquisa que adotam a temática gênero no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 2006

Fonte: CNPq (2006)

Economia Doméstica e Demografia manifestavam-se cada uma somente com mulheres equivalentes ao percentual estatístico de 0,7% (3); Geografia, Filosofia e Ciência da Informação 66,67% (2) das mulheres e 33,33% (1) dos homens; Arquitetura e Urbanismo cadastrou 0,5% (2) de pesquisadoras apenas; Planejamento Urbano e Regional 50% (1) do sexo feminino e 50% (1) do masculino; e finalmente Arqueologia, Artes e Desenho Industrial

igualmente confessavam estar ocupando a liderança de seus respectivos grupos de pesquisa 0,2% (1) de pesquisadoras.

Outro fato perspicuo é que, com exceção da área de Educação Física, em nenhum outro momento o número de pesquisadores chega a ultrapassar o de pesquisadoras, na medida em que na maioria extensiva dos casos a supremacia feminina é bastante robusta, pois como está comprovado, as pesquisadoras atraíram 78,29% (393) dos cargos de liderança existentes nos grupos que lidam com as questões de gênero. Os pesquisadores, por seu turno, preencheram apenas 21,71% (109) da liderança.

É somente a partir da décima segunda posição, ocupada pela Medicina, que se inicia um equilíbrio entre os índices de mulheres e homens. Há casos, como os de Serviço Social, Enfermagem, Linguística e Administração que chegam a contar com apenas um pesquisador do sexo masculino, em cada área, para proporções consideradas altas do sexo oposto. Existem ainda conjuntos de grupos que simplesmente não possuem participação alguma de pesquisadores na liderança, é o que sucede com as áreas de Economia Doméstica, Demografia, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Artes e Desenho Industrial.

Este fato também foi perceptível quando se reviu as autoras e os autores utilizadas/os, até o momento, na condução do 1º e 2º capítulos desta dissertação. À vista disso verificou-se que dos textos utilizados 74,73% deles são de autoria feminina e apenas 25,27% de autoria masculina. Isso impõe a provisória conclusão de que as discussões em torno das relações de gênero ainda vêm sendo materializadas majoritariamente por mulheres pesquisadoras e os homens pesquisadores aos poucos marcam sua participação nessa promissora arena de debates.

O interesse científico em torno da temática gênero estrema de modo inequívoco os sexos, donde se contempla uma maioria de pesquisadoras inquirindo sobre gênero em várias áreas do conhecimento como visto anteriormente. Cabe lembrar que os sexos parecem ter sido a única experiência largamente compartilhada por pesquisadoras/es brasileiras/os e as veredas que as/os impulsionaram ao estudo dessa temática são bastante díspares, sem embargo de já existirem em programas de pós-graduação linhas de pesquisa direcionadas ao tema, mas como se traduzem os dados do Gráfico 7, no universo do DGP-CNPq, ainda não bastaram para aumentar a participação de pesquisadores nesses grupos e conseqüentemente nas produções.

Diante da reduzida cota de pesquisadores do sexo masculino na autoria de produções acerca do gênero, Costa, Barroso e Sarti (1985) já assinalavam que a princípio, pode ser ressonância tanto dos tempos em que foi apregoado a esse tipo de pesquisa o fardo do desprestígio intelectual, quanto resultado da auto-referência destes estudos que implicaram

também no “adulto-centrismo”³⁸, somados a posturas radicais de algumas pesquisadoras que imbuídas de militância fervorosa proclamavam a exclusão dos homens como ponto capital.

Bruschini e Unbehaum (2002) ao confirmarem a atuação majoritária de mulheres nas produções que demarcam preocupações com o gênero, ponderam que um tipo específico de mulheres (brancas e educadas em humanidades) foram responsáveis pelo amálgama fundante desta temática que ainda se mostra aliançada naqueles princípios que decerto não atuam mais com a mesma intensidade do começo.

Jardim e Abramowicz (2005, p. 105) ao citarem Sorj e Heilborn, comentaram que os fortes laços que cingem a área dos estudos de gênero ao movimento de mulheres podem estar barreirando uma participação mais volumosa de pesquisadores, porém “[...] é preciso reconhecer que foram elas a questionar as relações de poder e a denunciar as desigualdades às quais estão historicamente submetidas.”

Distanciando-se dos argumentos de caráter essencialista e ingênuo, estribada em Silva (2005), afirma-se que em qualquer campo de atuação humana faz diferença significativa quando o sujeito que fala é do sexo feminino ou masculino, pois essas vozes, longe de serem insulares, advêm a partir do que fazemos e do lugar que ocupamos na sociedade em que vivemos sendo ainda configuradas/os segundo as clivagens produzidas nas relações sociais de poder que aí foram e estão (re)constituindo-nos incessantemente.

Ao rastrear nos dados difundidos pelo CNPq até que ponto as questões de gênero reverberaram em produções científicas realizadas por grupos de pesquisa brasileiros tendo como apoio os tempos históricos de 1995 a 2006, tornou-se manifesto que esses grupos dispõem de um respeitável contingente intelectual de pesquisadoras/es que empreendem estudos sobre gênero, espalhadas/os por 494 grupos, 28 áreas do conhecimento, 5 regiões brasileiras, 136 instituições de pesquisa, 26 unidades da federação e 502 componentes assumindo as coordenações. Esses números testemunham que as pesquisas articuladas à temática em exame não se mostram tímidas no Brasil mesmo que o desenvolvimento e a expansão da pesquisa no país, e mais tarde os estudos de gênero, só tenham chegado depois de um delongado tempo e mesmo assim essa categoria acabou enfrentando muitas resistências na academia para poder se estabelecer enquanto conhecimento válido.

No quadro das regiões geográficas brasileiras onde estão localizados os grupos de pesquisa que afirmaram realizar abordagens acerca do gênero, o Norte ocupava a quarta posição nacional com 5,26% (26) deles, quando a análise se estreitou ainda mais visualizamos

³⁸ Onde mulheres adultas estudam sobre mulheres adultas (LOURO, 2001, p. 26)

que o Pará se posicionava no décimo segundo lugar possuindo 1,82% (9) dos grupos dentre as demais unidades da federação e por fim, no interior desse estado a UFPA apareceu em décimo primeiro lugar quando a comparação foi realizada entre as instituições de pesquisa que atuam em território nacional.

Os índices apresentados nos apontam que existe um interessante quantitativo de produções acadêmicas que tratam do gênero no interior da UFPA, essa constatação nos garante projeção no disputado cenário nacional, apesar das imensas desproporcionalidades numéricas em decorrência dos desníveis que incidiram no desenvolvimento, expansão e financiamento da pesquisa nas regiões e nas instituições brasileiras.

Na trilha desse rastreamento, notou-se que a Ciência apresenta um caráter evidentemente masculino que edificado historicamente parece não somente ser a causa da dominância quantitativa de produções acadêmico-científicas, em termos da autoria de pesquisadores, como também esse aspecto viesado ressoa na ocupação dos cargos de liderança nos grupos de pesquisa e dos que dizem respeito às posições de topo na carreira acadêmica. Logo geralmente são atribuídas às mulheres funções que reportam, mesmo de forma remota, à definição tradicional de atividades qualificadas como femininas.

Partindo do ponto de vista que entende a Ciência como uma linguagem é possível vislumbrar que ela, assim como foi inscrita, inscreve pessoas a partir de seu legado histórico e entrever isso pode nos ajudar na compreensão de nós mesmas/os. Nesse contexto o fazer Ciência sorve as complexas relações de gênero porque o sujeito da ação foi feito (e se fez/faz) generificado, feminino ou masculino.

Em razão disso, a produção do conhecimento por excelência é uma realização social profundamente lesionada por elementos socioculturais, políticos, econômicos e de gênero que de maneira alguma podem ser examinados como simples contaminadores externos à produção científica, mas ao contrário merecem ser lidos como fatores que dão forma ao seu exercício, às suas contradições. Diante dessa constatação talvez fosse mais interessante que grande parte das diferenças entre os sexos, conformadas pela Ciência, tivessem vindo com prazo de validade previamente definido, pois os que tinham (têm) autoridade para ditar tais diferenças foram produto e produtores de um determinado contexto que seguramente sofreu alterações e sucumbiu mediante a inexorável sucessão dos tempos históricos, ganhando outras gradações na tentativa de continuar atuando.

As questões de gênero no campo da produção científica explicitam que as lutas para conquistar poder e dominação, também vigoram nas instituições acadêmicas através das relações entre mulheres e homens nos fazeres da Ciência. Nesse lugar, as relações humanas

procuraram tornar implícitos os preconceitos, que no limiar do terceiro milênio ainda provocam impedimentos fazendo com que as invisibilidades permaneçam a ponto de usualmente não serem valorizadas de maneira significativa as contribuições femininas. Lamentavelmente, as ações discriminatórias contra o sexo feminino se repetem no mundo da Ciência, onde se acreditava ser orientada por critérios universalistas e meritocráticos que em tese consideravam unicamente a qualidade do trabalho realizado e não a idiosincrasia de quem o concretizou, ou seja, características relativas ao gênero, raça, religião, classe social, cultura e poder.

CAPÍTULO III

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA GENERIFICADA NOS GRUPOS DE PESQUISA SEDIADOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

De fato, se não se tiver em conta a historicidade dos indicadores científicos e suas análises, e dos desafios colocados às mulheres que se aventuram no mundo das ciências, da tecnologia, da inovação continuaremos '*sempre*', como exceções à regra, tentando '*vencer barreiras*'.

(LOPES, 2003)

Neste capítulo, verifica-se em que medida os grupos de pesquisa da UFPA (Belém-PA) deram vazão aos estudos que manifestavam inserções científicas em torno das relações de gênero, a ponto de torná-las parte de seus problemas e objetos de pesquisa. As estatísticas do CNPq e os dados registrados nos currículos *lattes* de pesquisadoras e pesquisadores vinculadas/os aos grupos referenciados deram a cristalização necessária frente a uma realidade paraense que foi palmilhada nos anos de 1995 a 2006.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi fundada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, aprovada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que concedeu sua sanção após terem decorrido cinco anos de tramitação legislativa da referida Lei. Desde o ano que marca a criação desta instituição de nível superior, pelo menos até o ano venturo de 2009, 10 homens já assumiram o cargo de Reitor e somente 1 mulher conseguiu tal proeza.

De acordo com o portal eletrônico da UFPA³⁹, essa instituição federal de ensino superior encontra-se ordenada sob forma de autarquia, ligada ao Ministério da Educação (MEC) através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). A pedra fundamental da UFPA é o tripé ensino-pesquisa-extensão, o que lhe tem garantido grande notabilidade social, acadêmica e científica na região Norte, bem como no Brasil.

Portanto, a UFPA consolidou-se como uma das universidades que mais se expandiu no Pará e adquiriu imensa relevância entre as instituições do Trópico Úmido, acolhendo aproximadamente 42.000 pessoas entre 2.170 professoras/es (efetivas/os do ensino superior e do ensino básico, substitutas/os e visitantes); 2.133 servidoras/es (técnico-administrativas/os); 37.712 alunas/os (nos cursos de pós-graduação, graduação, no ensino fundamental e médio da

³⁹ Consultar o endereço eletrônico <<http://www.ufpa.br/portallufpa/historicoestrutura.php>>

escola de aplicação e dos cursos livres oferecidos pelo Centro de Letras e Artes (CLA), Núcleo de Arte (NUAR), Escola de Teatro e Dança, Escola de Música e Casa de Estudos Germânicos). A instituição oferece 76 cursos de graduação e 31 de pós-graduação *stricto sensu* (23 de mestrado e 8 de doutorado).

Sua existência vem garantindo que mais pessoas usufruam do acesso e das benesses de uma formação de qualidade, onde também são consubstanciadas atividades de pesquisa convidativas ao aprofundamento de ações investigativas em níveis cada vez mais elevados de qualificação profissional. Nesse bojo, (re)surgem grupos de pesquisa que movimentam uma rede de produções acadêmico-científicas que chegam a transbordar os limites do nacional, além de evidenciar que pesquisadoras e pesquisadores paraenses também produzem conhecimentos que devem ser tão considerados como os do Centro-Sul, porque também são resultados de investigações sérias e pertinentes, muitas vezes avigoradas por preocupações em torno da realidade nortista.

Em consonância com o aumento do incentivo à pesquisa nas instituições de ensino superior brasileiras, houve uma variedade de grupos de pesquisa que buscaram atuação na UFPA, contribuindo com a produção, a socialização e a legitimação de conhecimentos principalmente na região Norte, dentre eles destaco os grupos localizados do Campus de Belém, que produziram saberes relacionados à temática gênero no período de 1995-2006, buscando mapear, através dos filtros do CNPq, como estão projetadas tais pesquisas no cenário local.

3.1 MAPEANDO O PERFIL DA PESQUISA GENERIFICADA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Como visto no capítulo anterior, os índices apontados pelo CNPq demonstraram que a UFPA ocupa um lugar de destaque, em âmbito nacional, no que se refere à produção científica que sonda as questões de gênero. Doravante, mergulharemos nos universos responsáveis por esse relevo no conjunto nacional das instituições de pesquisas.

Assumindo como referência os anos de 2000 a 2004, a Tabela 6 coloca à mostra que, através da quantidade de pesquisadoras e pesquisadores doutoras/es na UFPA, a demanda de mulheres e homens na instituição citada assumiu contornos que nos remetem a parâmetros nacionais, como fica visível nos indicadores abaixo:

Tabela 6 – Número de pesquisadoras/es doutoras/es por sexo na UFPA, 2000-2004

ANO	TOTAL DE PESQUISADORAS/ES	PESQUISADORAS/ES	
		FEMININO	MASCULINO
2000	209	56	153
2002	349	115	234
2004	488	176	312
TOTAL GERAL	1.046	347	699

Fonte: CNPq, 2007

Conforme as informações da Tabela 6, pode-se deduzir que na transcorrência do período em questão, a quantidade total de pesquisadoras/es doutoras/es vinculadas/os à UFPA veio adquirindo constantes somas. Essa realidade faz parte do quadro de crescimento regional de pesquisadoras/es qualificadas/os em nível de doutorado que acompanhamos anteriormente no Gráfico 4 do capítulo II e que vem se traduzindo como um reflexo da distribuição irregular de programas de pós-graduação *stricto sensu* nas regiões e instituições brasileiras, porque foram erigidos em meio a uma realidade composta de contradições e conflitos que marcaram a dinâmica social brasileira, nesse sentido a UFPA não se fez exceção à regra.

Em relação ao sexo das/os pesquisadoras/es doutoras/es lotadas/os na UFPA e cadastradas/os no CNPq, observa-se que os pesquisadores representavam a maioria totalizando 66,83% (699), enquanto que as pesquisadoras 33,17% (347), entretanto, apesar de eles demonstrarem um quantitativo bem mais elevado do que o delas, a Tabela 6 evidencia que essas últimas vêm emplacando um crescimento maior com 214,30% enquanto que eles cresceram 103,92%.

Essa constatação não deixa de ser interessante porque os índices da presença de mulheres pesquisadoras na UFPA, durante os biênios em questão, foram reincidivamente bem menores quando comparados aos da presença de homens pesquisadores, como podemos constatar quando em 2000 os índices apontavam para 26,79% (56) delas e 73,21% (153) deles; por sua vez em 2002 trouxeram 32,95% (115) para elas e 67,05% (234) para eles; por fim 2004 acrescentou aos índices de pesquisadoras da instituição mencionada 36,07% (176) e para os pesquisadores 63,93% (312).

Ao que tudo indica, os biênios que compreendem 1995-1996, 1997-1998 e 2005-2006 possivelmente tenham registrado aquela tendência que anunciava um aumento quantitativo de pesquisadoras na UFPA, provavelmente com outros índices de crescimento. Todavia a análise

temporal do diferencial de participação de mulheres e homens neste âmbito acadêmico não pôde ser realizada, uma vez que o Censo dos biênios acima não estavam disponíveis para consulta virtual no CNPq. Em contra partida o Departamento de Informações Institucionais da PROPLAN e PROPESP, apesar de possuírem o quantitativo de pesquisadoras/es com titularidade de doutoras/es, alegaram não dispor de estatísticas desagregadas por sexo, o que demonstra a limitação desses sistemas em relação aos dados que dizem algo a respeito das questões de gênero na UFPA.

Em vista desta ausência ficou apenas a promessa, por parte do responsável pelo Departamento de Informações Institucionais da PROPLAN, de que futuramente este importante órgão tenha à disposição tais índices, uma vez que conforme o portal eletrônico da UFPA, a tarefa fundamental do departamento citado é formar o banco de dados, alimentando dessa forma o processo decisório nos diversos níveis, além de elaborar e divulgar o relatório anual, o anuário estatístico e outras informações, de maneira a colaborar com a avaliação institucional.

Retomando a discussão anterior, nota-se que a elevação da quantidade de pesquisadoras doutoras na UFPA é coerente com o que vem mostrando o quadro nacional do crescimento das taxas femininas na maioria das áreas e em todas as titulações formativas, academicamente falando. Nesse contexto, não se pode deixar de considerar que o crescimento de pesquisadoras e pesquisadores, em âmbito nacional, também foi resultado da expansão do ensino superior como um todo, o que contribuiu para a geração de oportunidades tanto para mulheres, quanto para homens.

Na leitura de Bruschini (2000) as mudanças na participação de mulheres e homens em cada carreira universitária são decorrentes de alterações que irromperam a arena cultural e provocaram modificações no processo de escolarização feminino. A título de exemplificação destes fenômenos temos a perda gradual e intensa de prestígio do Curso Normal, assim como a maior diversificação de carreiras para as quais as mulheres realizam o exame do vestibular e são aprovadas. Nesses novos desenhos é possível flagrar entre um traço e outro a pertinência de algumas continuidades, porém em todas as áreas se assiste a um maior ou menor alargamento da presença de mulheres.

Guedes (2006) ao analisar a participação feminina nos cursos universitários e pós-graduações brasileiras destacou que o fato de os programas de mestrado e doutorado estarem caracterizando-se como redutos femininos, pode ser reflexo das poucas oportunidades no mercado de trabalho que acabam rendendo uma opção feminina pela continuidade de seus estudos, destarte, elas se projetam para além dos patamares da graduação. No caso masculino

a desistência do curso universitário ou a diminuição do alcance à pós-graduação pode estar se manifestando em decorrência da necessidade de trabalhar. Esta exigência se articula a uma construção tradicional que vê homem como o “provedor” da família e para isso precisa abdicar dos objetivos que requerem formação profissional por tempo delongado.

Certamente, estas apreciações requerem um olhar que se direcione para este estrato educacional em busca da relativização da idéia de que a carreira científica funciona como o lugar masculino e o não-lugar feminino. Sendo assim,

Apesar da conclusão de um curso de mestrado ou doutorado não representar diretamente melhores salários no mercado de trabalho e deste ser um nicho ocupacional cada vez mais procurado diante da escassez de empregos mesmo para uma mão-de-obra qualificada, como a que estamos trabalhando, o acesso crescente de mulheres a esses espaços representa um avanço se considerarmos a educação como um bem intrínseco estruturador de novas relações de poder (GUEDES, 2006, não paginado).

Assim, o avanço da participação de mulheres pesquisadoras no contingente populacional da UFPA que concluiu o doutorado, reforça a teoria de que a seara acadêmica estaria despontando como um setor que vem passando por processo de feminização, logo, diante dos dados expostos, parece próximo os tempos em que a Ciência contará com maior massa de intelectuais de rosto feminino, talvez num processo parecido ao que o país vivenciou na ocasião em que o Curso Normal passava de exclusividade masculina à prioridade feminina, no ínterim de cinco décadas, conforme explicitou Villela (2000).

Tomando como mote os dados disponíveis no site do CNPq, pois conforme esse banco de dados somente é possível buscar informações sobre os grupos contidos na base corrente (atual) do Diretório, verifica-se então como esse quadro de pesquisadoras/es esteve comportando-se em relação aos grupos de pesquisa⁴⁰ que produzem acerca da temática gênero na UFPA.

⁴⁰ Na página virtual de cada grupo do DGP consta que as informações ali disponíveis foram atualizadas no ano de 2007 para dois deles e em 2006 para 3 dos grupos.

Tabela 7 – Grupos de pesquisa da UFPA que contribuem para produções em torno da temática gênero distribuídos por ano de formação, área do conhecimento e sexo, durante o ano de 2006

GRUPOS	ANO DE FORMAÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO	PESQUISADORAS/ES ⁴¹	
			FEM	MAS
Grupos de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes Sobre Mulher e Relações de Gênero	1994	Ciência Política	13	0
Cidade, Aldeia e Patrimônio	1999	Antropologia	4	1
Grupo de Estudos Eleitorais e Legislativos do Estado do Pará (GEELPARÁ)	2000	Ciência Política	3	4
Antropologia, Relações Raciais e de Gênero	2000	Antropologia	1	0
Constituição do Sujeito, Cultura e Educação (GP ECOS)	2002	Educação	4	2
TOTAL			25	7

Fonte: CNPq, 2006

Ao realizar uma busca virtual no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil cadastrados no sítio do CNPq, encontrou-se que de um total de 157 grupos de pesquisa que a UFPA possuía, apenas 3,18% (5)⁴² deles declararam pôr em prática discussões que fazem alusão à temática gênero. Entretanto, é importante que se esclareça que alguns deles fazem isso com bastante intensidade porque as questões relacionadas ao gênero dizem respeito a preocupações que têm presença fundante no grupo; e outros de maneira não tão copiosa, pois a temática não se configura como a grande força motriz do grupo, mas se constitui como um dos eixos paralelos que podem ou não compor as pesquisas desenvolvidas pelas/os seus integrantes.

Todos os grupos rastreados estão compondo a grande área do conhecimento Ciências Humanas que por si só já é um forte indicativo de predominância feminina, área em que segundo Barbosa (2005) os percentuais de mulheres que entram na graduação permanecem até a pós-graduação, onde a quantidade de bolsas concedidas para pesquisas em Ciências

⁴¹ Houve dupla contagem, pois 4 pesquisadoras participam de até dois dos Grupos citados.

⁴² Na Tabela 3 do capítulo II indicou-se que a UFPA possuía 6 dos grupos de pesquisa cadastrados que realizavam estudos concernentes às questões de gênero, porém neste momento é preciso esclarecer que um desses grupos se encontra localizado no *Campi* da UFPA do Baixo Tocantins, mais precisamente no município de Abaetetuba, e apesar de estar cadastrado no CNPq e ter sido fundado em 2006, o “Grupo de Pesquisa Gênero e Educação-GEPEGE” não fez parte das análises aqui postas, uma vez que este estudo visou apenas os grupos situados na UFPA do *Campus* do Guamá (Belém-PA).

Humanas pelo CNPq é predominantemente feminina como mostram os índices de 2001 a 2005 do referido órgão de fomento com a soma de 18.346 bolsas liberadas para elas e 11.016 para eles (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2006).

Nessa direção, os números representados na Tabela 7, com relação ao sexo de pesquisadoras/es também são majoritariamente femininos com percentuais em termos da totalidade de 78,13% (25) para elas e 21,88% (7) para eles. Em sentido restrito, nota-se que apenas um grupo possui maioria masculina, porém com vantagem de apenas um componente a mais em relação às pesquisadoras do mesmo grupo. Outro detalhe que merece consideração é o fato de dois grupos de pesquisa não contarem com participações de pesquisadores homens com titulação de doutorado e ainda um desses (o mais antigo) ostentar um quantitativo de 13 pesquisadoras que produzem conhecimento na temática gênero.

Em relação às/aos pesquisadoras/es que dão materialidade a esses 5 grupos em cada área, percebe-se que na Ciência Política havia um maior número delas, pois nessa área estavam contabilizadas 20 pessoas das quais 80% (16) somavam para o sexo feminino e 20% (4) para o masculino; a área da Antropologia foi contemplada com a presença de 6 doutoras/es, destas/es 83,33% (5) são mulheres e 16,67% (1) homens; já a Educação também estava dispondo de 6 pessoas qualificadas em nível de doutorado, porém se encontrava galardoada com 66,67% (4) de doutoras e 33,33% (2) de doutores.

Os Grupos localizados estão organizados em três áreas do conhecimento que abrangem Ciência Política e Antropologia, ambas possuindo 40% (2) dos grupos e Educação com 20% (1). É bom iterar que, ao contrário do que se percebe na UFPA, a área da Educação aparece em destaque na paisagem nacional com a primeira posição alardando 71 grupos de pesquisa brasileiros que discutem gênero (Tabela 2).

Nesse panorama é preciso considerar também que a diferença entre uma e outra área do conhecimento, no que tange à quantidade de grupos de pesquisa e de trabalhos científicos produzidos acerca da temática gênero, pode ser resultado de singularidades inerentes a cada área e que, por vezes, inspiram uma demanda maior de tempo no decorrer processual de execução da pesquisa.

A interpretação de qualidade, volume e regularidade da produção científica pode variar entre áreas. [...] enquanto em certas áreas a natureza do trabalho científico pode estimular a produção mais rápida de artigos, em outras, uma pesquisa exige anos de trabalho experimental ou de campo, sujeito a todas as

vicissitudes inerentes a uma atividade desta natureza (JÚNIOR; LOURENÇO apud MARCHELLI, 2005, p. 8).

Olhando para a plêiade representada na Tabela 7, percebe-se que essa rara constelação de 5 grupos que se organizaram principalmente ou também em torno da temática gênero tendo como *habitat* a célebre UFPA, caracterizam-se de maneira bastante diferente apesar de todos estarem situados na grande área do conhecimento chamada de Ciências Humanas, de alguns dos seus grupos comungarem das mesmas sub-áreas do conhecimento, pesquisarem muitas vezes juntos. Essa peculiaridade nos revela que as produções resultantes de suas/seus pesquisadoras/es possuem um teor bastante diversificado posto que se originaram em meio às especificidades de cada grupo, que têm relação inclusive com o ano de formação porque vivenciaram determinados tempos históricos e a quantidade de mulheres e homens de cada grupo, que também trazem consigo suas vivências subjetivamente generificadas.

Ao mirar a atenção para a maneira pela qual estavam organizados os postos de liderança nos grupos que produzem em torno da temática gênero na UFPA, mais uma vez deparou-se com a situação produzida pelos dados nacionais (Gráfico 7) expostos no capítulo anterior, no qual as pesquisadoras assumem consideravelmente a maior fatia das lideranças em grupos de pesquisa que tratam das questões relacionadas ao gênero. Observemos então a tabela que se segue:

Tabela 8 – Grupos de pesquisa na UFPA distribuídos por área de atuação e liderança segundo o sexo, 2006

ÁREA DE ATUAÇÃO	LIDERANÇA	
	FEMININO	MASCULINO
CIÊNCIA POLÍTICA	3	1
ANTROPOLOGIA	3	0
EDUCAÇÃO	2	0
TOTAL GERAL	8	1

Fonte: CNPq, 2006

Dentro dos grupos elencados acima, verifica-se que na área de Ciência Política havia 75% (3) de mulheres exercendo a liderança nos grupos até então atuantes, mas esta área também conta com a liderança masculina que na altura representava 25% (1); Por seu turno, Antropologia e Educação apresentaram uma predominância absoluta de pesquisadoras em relação aos homens, porém a primeira somava o quantitativo de 3 pesquisadoras e a segunda 2. A quantidade de pessoas do sexo feminino que atuam na liderança naquelas três áreas,

corresponde à maioria. Em se tratando de porcentagem elas expressam 88,89% (8) contra 11,11% (1) do sexo oposto que rateia a liderança com 1 mulher no mesmo grupo, evidenciando claramente a predominância do sexo feminino no exercício da liderança nos Grupos que tematizam o gênero na instituição em questão.

Estes números certamente fazem muita diferença para uma instituição da envergadura da Universidade Federal do Pará, localizada em uma cidade que possui 1.280.614 habitantes, sendo 672.361 do sexo feminino e 608.253 do masculino (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000)⁴³, dos/as quais aproximadamente 347 mulheres e 699 homens usufruíram do título de doutoramento (Censo CNPq, 2004), ou seja, de 1.046 pesquisadoras e pesquisadores um percentual de 2,46% (26) demonstraram algum tipo de produção voltada para a temática gênero, lembrando que nos grupos analisados, averiguamos que 8% (2) das pesquisadoras e 57,14% (4) dos pesquisadores não continham em seus respectivos currículos *lattes* qualquer indício de produções voltadas para essa preocupação.

Para compreender a composição de uma geografia dos estudos de gênero na UFPA é necessário que se considere também o campo formativo no qual as/os intelectuais em evidência estiveram ligadas/os (observar as informações contidas no Gráfico 8):

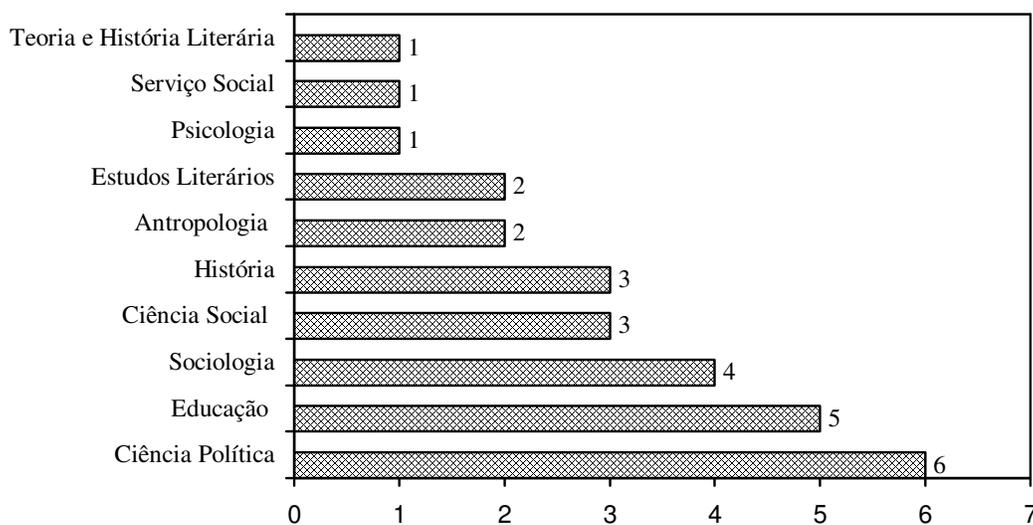


Gráfico 8 – Área de formação das/os pesquisadoras/es doutoras/es dos grupos que discorrem sobre gênero na UFPA

Fonte: CNPq, 2007

⁴³ O IBGE define como unidade de coleta principalmente o estabelecimento de domicílio, em razão dessa particularidade, possui instrumentos específicos de coleta que o diferencia dos que o CNPq elege para a produção de seus dados.

Ciência Política se destacou como a área do conhecimento que mais somou pesquisadoras/es que asseguraram a titularidade doutoral com 21,43% (6) delas/es, Educação contou com a preferência formativa de 17,86% (5), já a Sociologia garantiu para si 14,29% (4) de mulheres, em seguida a História ficou com 10,71% (3) delas, posteriormente apareceu Ciência Social apontando para 10,71% (3) de doutoras e doutor, Antropologia e Estudos Literários exibiram igualmente 7,14% (2) das/os intelectuais qualificadas/os para a pesquisa; por fim as áreas de Psicologia, Serviço Social e Teoria e História Literária conquistaram o índice de 3,57% (1) das pessoas do sexo feminino que alcançaram o título doutoral.

As áreas descritas no Gráfico 8 são de alta valia para compreendemos as entrelinhas da produção de pesquisadoras/es nos grupos de pesquisa da UFPA, pois são grandes as probabilidades dos estudos de gênero efetivados naquela Universidade terem recebido vigorosas influências, uma vez que cada uma das 10 áreas em destaque pode ter atribuído um ou vários tipos de composições nos respectivos objetos investigativos das/os estudiosas/os em debate, essas tonalizações diferenciadas são acometidas em função das próprias constituições científicas em que foram banhadas cada área do conhecimento.

Nos currículos analisados, nossas/os pesquisadoras/es, registraram que a temática gênero pouco transitou como eixo central de suas dissertações e teses. Essa afirmativa teve como base os títulos e palavras-chave anunciados na seção *formação acadêmica/titulação*, revelando que 7 das produções mencionadas abordaram o gênero, sendo que 2 o fizeram somente no mestrado e as demais garantiram essa discussão tanto no mestrado quanto no doutorado. Com isso, nota-se que o interesse científico pela temática parece ter surgido, principalmente, após o doutoramento, entretanto, é possível que o gênero tenha atravessado de alguma maneira aquelas produções que aparentemente demonstraram não o ter considerado como o farol orientador das pesquisas que lhes conferiu títulos em nível de pós-graduação.

3.2 A PRODUTIVIDADE GENERIFICADA NOS CURRÍCULOS LATTES DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES DOUTORAS/ES DA UFPA, DURANTE O PERÍODO 1995-2006

Segundo a página virtual do CNPq⁴⁴, o currículo *Lattes* caracteriza-se por ser um formulário eletrônico de importância singular a quem deseja conseguir bolsas e auxílios para efetivação da pesquisa, bem como subsídios à avaliação de trabalhos realizados na pós-graduação. Esse formulário é utilizado pelo ministério da Ciência e Tecnologia (MCT),

CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e CAPES/MEC para o cadastro de dados curriculares de pesquisadoras/es e usuárias/os em geral, via Internet.

Vale informar que dos 28 currículos visitados, 3,57% (1) contou com uma última atualização no ano de 2005; outros 21,13% (6) receberam novas informações de suas/seus autoras/es em 2006 e já em 2007 o índice de 75% (21) dos currículos em questão, receberam dados atualizados pelas/os respectivas/os pesquisadoras/es.

3.2.1 Projetos de investigação desenvolvidos pelos grupos de pesquisa sobre gênero na UFPA

Ao seguir com a análise de cada currículo *Lattes*, junto ao cadastro do CNPq, das/os pesquisadoras/es aqui evidenciadas/os, tornou-se patente que estas/es intelectuais tiveram 123 projetos de pesquisa aprovados na UFPA no decorrer dos 11 anos abaixo especificados e organizados em três categorias. Na primeira teremos a visão do total de projetos aprovados, na segunda, daqueles que não tiveram relação com a temática analisada e na terceira, os que versavam sobre questões concernentes ao gênero.

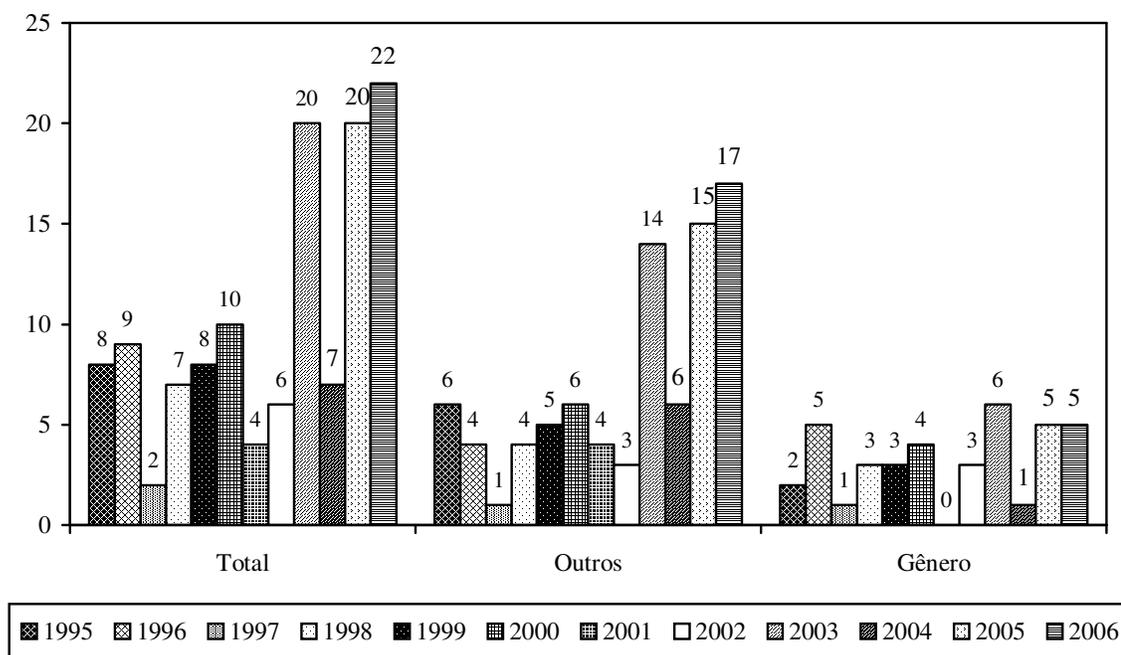


Gráfico 9 – Projetos de pesquisa (aprovados) de pesquisadoras/es integrantes de grupos que fazem interlocuções em torno da temática gênero⁴⁵ na UFPA, 1995-2006

Fonte: CNPq, 2006

⁴⁴ Consultar em: <http://lattes.cnpq.br/curriculo/curr_apresent.htm>

⁴⁵ Houve dupla contagem no âmbito dos projetos de pesquisa aprovados, posto que uma/um mesma/o pesquisadora/r pode participar de mais de um projeto.

Depreende-se do Gráfico 9 que, no período de 1995-2006, registraram-se mais projetos que tematizaram em torno de outros assuntos, o que corresponde ao índice de 69,11% (85) do total das pesquisas aprovadas durante os anos em destaque. Observa-se também que em todos os anos, com exceção de 1996, 1997 e 2002, as opções por outras temáticas realizaram-se com maior frequência, em detrimento dos assuntos relacionados ao gênero.

A diferença de projetos acolhidos para recebimento de fomentos também é evidenciada por ano sendo que em 1995 apenas 25% (2) versavam sobre a temática gênero contra 75% (6) de projetos que privilegiaram outras discussões. Em 1996 aquela porcentagem cresceu para 55,56% (5) contra 44,44% (4). Em 1997 a quantidade em termos de porcentagem foi idêntica (50%), entretanto em termos de quantidade representou menos do que nos anos anteriores com apenas 1 projeto de pesquisa aprovado para ambas as categorias. Em 1998, apesar de a diferença ser pouca, 42,86% (3) para gênero e 57,14% (4) para outras temáticas, não se evidenciou um crescimento acentuado de projetos que contemplavam a temática em destaque nesta pesquisa.

Em 1999, para os projetos que contemplavam as questões de gênero, a quantidade continuou sendo a mesma que a do ano anterior com 3 projetos aprovados contra 5 de outras inspirações, o que representou em termos percentuais 37,5% para os primeiros 62,5% para os segundos, dessa forma, evidenciando um aumento maior de interesses por outras temáticas que os do ano anterior.

Em 2000 houve um aumento em termos de quantidade no trato com a temática gênero e outras temáticas, aumentando as duas em sua quantidade para 1, o que representava uma diferença percentual de 40% (4) para uma e 60% (6) para outra. Já em 2001, assistiu-se a uma baixa, pois não houve nenhum projeto aprovado sobre gênero pelas/os pesquisadoras/es partícipes dos grupos em exame, voltando-se a vislumbrar projetos sancionados em 2002 que somente registrava 3 deles equiparando-se em quantidade e em porcentagem com projetos compostos por outras temáticas.

Para o ano de 2003, apesar de não ser a temática preferencial das/os pesquisadoras/es houve um aumento em relação ao ano anterior de 3 pesquisas aprovadas, somando-se 6 (o maior número de pesquisas aprovadas até então ao longo dos anos anteriores e posteriores) que representaria apenas em termos de porcentagem 30% contra 70% (14). A diferença percentual de um para outro continuaria a ser acentuada em 2004, registrando-se 14,29% para gênero e 85,71% para outras temáticas, porém em termos de quantidade e em relação ao ano anterior o número de pesquisas aprovadas tanto para aquela quanto para essa diminuíram acentuadamente, respectivamente, para 1 e 6, voltando esse número a crescer em 2005 para 15

e 5, representando 25% para as produções aprovadas que dizem respeito ao assunto gênero contra 75% para outras temáticas. Finalmente em 2006, quantitativamente o número de projetos aprovados sobre gênero permaneceu o mesmo, ou seja, 5 projetos, entretanto, o interesse por outros assuntos emplacou sua maior quantidade ao longo dos anos anteriores, registrando-se 17 (77,27% contra 22,73%).

De modo geral, os projetos de pesquisa habilitados para o financiamento que tematizaram acerca de preocupações em torno do gênero foram bastante significativos no decorrer do tempo supracitado, posto que seus 30,89% (38) têm força de aproximadamente 3 projetos com aprovações concedidas ao ano, considerando-se que nem todos os projetos submetidos à avaliação dos órgãos competentes recebem obrigatoriamente pareceres positivos e ainda a inconveniência que os escassos recursos financeiros acarream para a solidificação e aprovação dos projetos de pesquisa, paradoxalmente, acirrada pela elevação do nível formativo de pesquisadoras e pesquisadores na UFPA. Esse aspecto foi confirmado na pesquisa de Corrêa que publicou a seguinte assertiva:

Esta nova realidade institucional vem desencadeando o surgimento de situações no mínimo curiosas, pois o crescimento do número de professores com mestrado e doutorado parece estar criando uma crise institucional no âmbito da produtividade científica, uma vez que a aprovação dos projetos de pesquisa entra em colisão com os limites financeiros da instituição para prover a demanda existente (2003, p. 303).

Nessa ancoragem outros projetos podem não ter logrado os auspícios dos órgãos financiadores e por isso mesmo terem sido engavetados no aguardo de outras oportunidades mediante o surgimento de novos editais ou dos, neste caso, difíceis patrocínios. Acrescento ainda outras inserções ao reiterar que, como é patente na Tabela 7, os grupos de pesquisa alvo do exercício de compreensão aqui proposto, não foram consolidados ao mesmo tempo, talvez por essas circunstâncias verifica-se um crescimento surpreendente no total de projetos aprovados a partir do ano de 2003, já que o último dos grupos formou-se em 2002.

Apoiando-se nas palavras de Barbosa, também ratifica-se que falar de gênero no Brasil não é tão óbvio como o é na Europa e nos Estados Unidos, pois na “[...] América Latina ainda estamos construindo esse conceito, principalmente dentro das áreas científicas” (2005, não paginado), sem esquecer ainda que as invasões dos estudos de gênero só recentemente aportaram em nossa plaga nacional. Portanto, é com base nestas informações que considero excelente o nível de aprovação dos projetos voltados às questões de gênero na UFPA.

Tendo como ponto de partida os projetos de pesquisa (aprovados) elaborados por pesquisadoras/es integrantes dos grupos que inspecionam o gênero na UFPA, tratados no Gráfico 8, verifica-se de que maneira estavam distribuídas/os as/os pesquisadoras/es que participaram destes projetos a partir da desagregação por sexo.

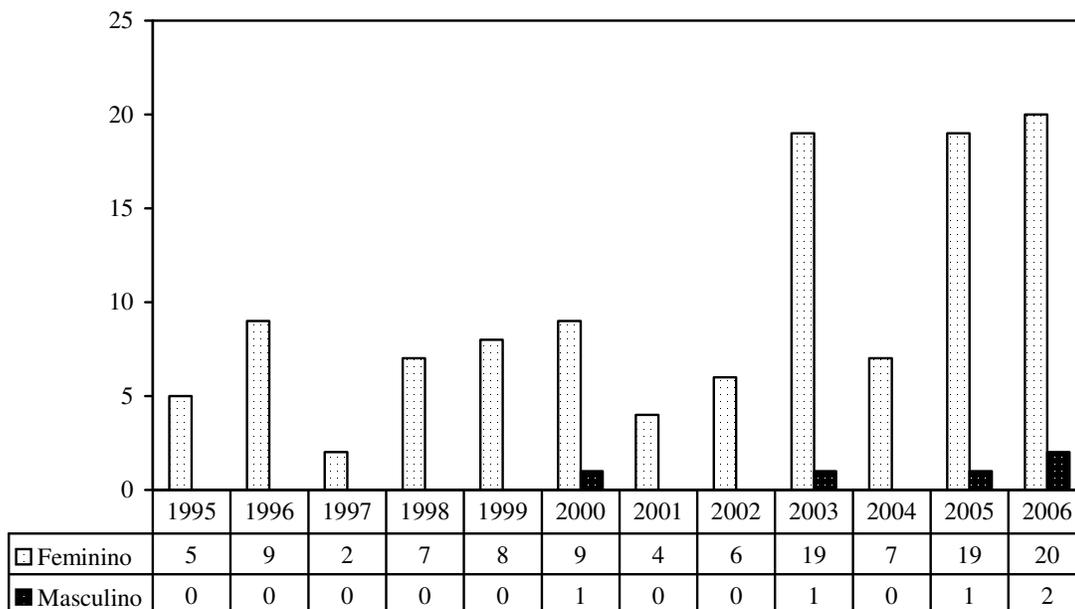


Gráfico 10 – Distribuição de pesquisadoras/es, partícipes dos grupos que discutem gênero, nos projetos aprovados na UFPA durante o período de 1995-2006

Fonte: CNPq, 2007

A julgar pelas informações dispostas no Gráfico 10, a quantidade de mulheres pertencentes a grupos que discutem gênero e que tiveram participações em projetos aprovados na UFPA, no decorrer de 1995 a 2006, mostrou-se bem maior do que os números alcançados pelo sexo oposto, considerando-se que a maior quantidade registrada para elas foi no ano de 2006 com a participação de 20 das mulheres cientistas e a menor quantidade aponta para o ano de 1997 com apenas 2 pesquisadoras.

Quando a questão volta-se para as raras e baixas colunas que representam o sexo masculino, a soma mais elevada de pesquisadores que tiveram presença cadastrada naqueles projetos admitidos para o financiamento dos órgãos competentes foi de 2 no ano de 2006, em contrapartida as mais baixas espalharam-se entre os anos de 1995 a 1999 e 2001, 2002 e 2004 que denunciaram o total apartamento dos intelectuais em questão.

No delineamento das participações expressadas no Gráfico 10, torna-se irrefutável que o número de mulheres pesquisadoras, seja em maior quantidade ou não em relação ao ano

anterior, evidencia-se de maneira que as mesmas sempre representaram uma superioridade numérica em relação aos homens pesquisadores, através das quais as cientistas chegaram a ostentar 95,83% (115) de participação, convivendo com os diminutos 4,17% (5) percentuais masculinos⁴⁶.

Sem perder de vista as exposições dos Gráficos 9 e 10, passemos a visitar os aspectos relacionados com a assunção ou não da coordenação daqueles projetos de pesquisa em debate, assumindo o ponto de vista da divisão por sexo.

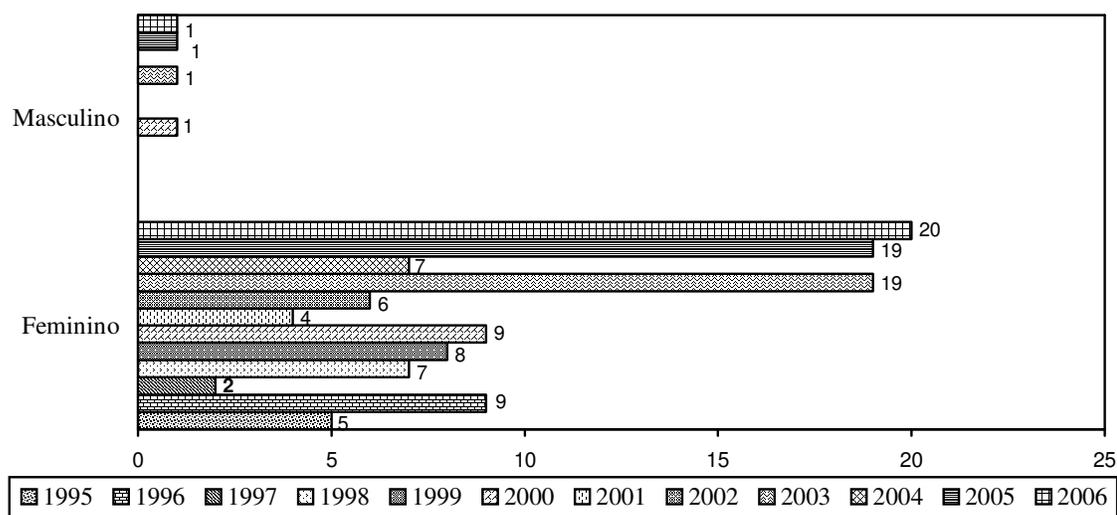


Gráfico 11 – Coordenação⁴⁷ dos projetos de pesquisa aprovados na UFPA, por sexo 1995-2006
Fonte: CNPq, 2007

Através do Gráfico 11 se evidencia que nos anos de 1995 a 2006, existiu uma predominância feminina nos postos de coordenação na maioria esmagadora dos projetos de pesquisa aprovados e que contaram com a participação de pesquisadoras/es que versam sobre a temática gênero, representando em muitos anos (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2004) a totalidade (100%) em termos de coordenação dos referidos projetos.

Somente em 2000, 2003, 2005 e 2006 é que se observa a participação masculina na coordenação desses projetos, com 10% (1) naquele primeiro ano e 5% nos demais anos dos índices de homens atuando na coordenação, contra 90% (9) das pesquisadoras no ano de 2000; 95% (19) em 2003 e 2005; e no ano de 2006 elas abraçaram 90,91% (20) dos

⁴⁶ É oportuno lembrar que o quantitativo elevado destes sujeitos reside no fato de uma/um mesma/o pesquisadora/r ter participado de mais de um projeto aprovado, assim como houve aquelas/es que participaram de apenas um.

⁴⁷ Houve dupla contagem, uma vez que a/o mesma/o pesquisadora/r coordenou mais de um projeto de pesquisa.

percentuais de mulheres trabalhando na coordenação dos projetos vinculados à Universidade Federal do Pará.

Pelo Gráfico 11 se verifica também que o ano de 2006 apontou para o crescimento de mulheres atuando na coordenação de tais projetos, registrando-se aí a maior quantidade até então com 20 delas. Quanto aos homens, ao longo do período de 1995-2006, desempenharam uma presença pequena em relação ao contingente feminino, pois de 123 projetos aceitos para financiamento apenas 2,44% (3) foram coordenados por pesquisadores, em direção oposta 97,56% (120) tiveram a coordenação assumida por pesquisadoras. Aliás, é oportuno que seja dito, quanto se trata da coordenação dos projetos de pesquisa, que granjearam as decisões positivas para o logro da aprovação, relacionados com interesses em torno das questões de gênero, definitivamente não houve cientistas do sexo masculino avocando a coordenação.

3.2.2 A produção científica alusiva aos grupos de pesquisa sobre gênero na UFPA

Olhando para a produção teórica das/os cientistas ligados à UFPA através das lentes do currículo *Lattes*, localizado no site do CNPq, percebe-se que grandes esforços foram empreendidos no sentido de se elevarem os topos da qualidade e da quantidade das produções que discorrem acerca do gênero. Ficou evidenciado também que essa instituição federal de Belém, por conta de suas/seus pesquisadoras/es, não ficou atrás de uma discussão que se espraiou pelo país principalmente no final da década de 1980, e embora essa dissertação não abrace aquela década é meritório ressaltar que foram detectadas algumas produções, dentro das categorias do instrumento de coleta indicadas abaixo, que falavam sobre a mulher e daí ficou visível o engajamento nos anos posteriores em discussões focando o gênero.

Na ilustração que se segue compreende-se o nível de produção acadêmica da temática gênero na categoria artigos completos publicados, tanto em periódicos de alcance nacional quanto internacional.

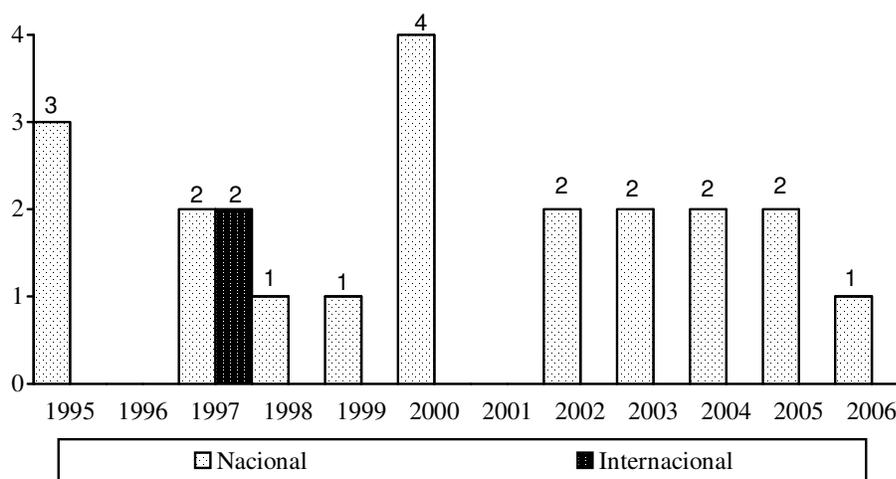


Gráfico 12 – Artigos completos sobre gênero publicados em periódicos especializados de circulação nacional e internacional, 1995-2006
Fonte: CNPq, 2007

A produção de artigos publicados em periódicos nacionais no período de 1995 a 2006 exerce um domínio sobre os artigos publicados em internacionais, como se vê no Gráfico 12, totalizando no final do período 20 artigos em periódicos nacionais contra apenas 2 dos publicados em veículos internacionais, evidenciando-se dessa forma que ainda existe um déficit em termos de divulgação internacional de tais artigos e até nacional, tendo em vista que a quantidade anual, daquele período, de artigos publicados sobre o assunto gênero é bastante escassa, não ultrapassando a média de aproximadamente 2 publicações anuais, a exceção se destinou a 1995 e 2000 cada ano com 3 e 4 artigos publicados no país.

Quando se trata de divulgação internacional a situação é ainda mais rarefeita. Como se observa no Gráfico 12, somente em 1997 é que se registraram duas produções de artigos completos sobre a temática gênero em periódicos internacionais. Se for considerado que os grupos de pesquisa em pauta contavam com 32 pesquisadoras/es cadastradas/os ao todo, perceber-se-á que a publicação de artigos completos, ao advir da soma total de 22 textos, não esteve contado com a cumplicidade de todas/os, uma vez que aproximadamente 10 pesquisadoras/es aparentavam não estar publicando nessa importante categoria.

Esse quadro de produção inspira cuidados por parte dos grupos, que talvez nem saibam, mas carregam a responsabilidade de representar a UFPA junto aos estudos de gênero que se realizam na região Norte, pois, como está comprovado na Tabela 4, esta instituição é a que mais possui grupos de pesquisa atuantes nas produções daquela temática. Mas é preciso

alertar para o fato de que o quantitativo de 6 intelectuais que adensavam o grupo das/os 32 retro-mencionadas/os não registraram em seus currículos *Lattes* qualquer participação em produções que privilegiassem a temática gênero, uma vez que nem todas/os as/os integrantes dos grupos localizados têm por interesse primordial as questões sitiadas nesse âmbito.

Até mesmo as relações sociais, sejam elas de gênero, raça, naturalidade regional, nacionalidade entre outras, que vão se estabelecendo no meio acadêmico-científico devem ser averiguadas no sentido de se perceber até que ponto houve uma “escolha” em se produzir menos artigos completos em periódicos especializados ou existiu uma recusa de tais textos. Como foi exposto em vários momentos desse estudo, a produção científica sobre o gênero tem sido fundamentalmente de autoria feminina, porém para as pesquisadoras da UFPA, parece haver mais um agravante, pois a expressiva maioria delas é nortista.

O cientista reconhecido obtém com mais facilidade o financiamento para suas pesquisas, tem acesso fácil aos meios de informação, atrai os recursos humanos e tem a possibilidade de escolher os melhores talentos. Aqueles que são pouco ou nada reconhecidos vêm muito reduzidas as suas possibilidades mesmo quando o talento e a capacidade de trabalho não lhes faltam. Esse mecanismo de vantagens cumulativas, pelo qual aquele é reconhecido como meritório, tem possibilidade de aumentar mais rapidamente a sua produtividade, tem sido denominado de *efeito Mateus*, pois no Evangelho de São Mateus está escrito: [...] *porque ao que tem ser-lhe-á dado e terá em abundância, mas ao que não tem ser-lhe-á tirado* (TOSI, 1987, p. 48, grifos no original).

Assim, para conseguir manter uma determinada posição já alcançada, sobretudo as pesquisadoras deverão trabalhar em demasia para superar os efeitos de uma segregação milenar, buscando assim superar o retardamento a que foram/são submetidas no escopo de vê-las distante da mais remota possibilidade de alcance do poder nos territórios incontestáveis do mundo científico. Nos pungentes redemoinhos dessa competitividade voraz, fazer parte de uma região desprestigiada, economicamente falando, pode representar ter um peso a mais de negatividade.

Em relação à publicação de livros ou capítulos de livros que percutiram em torno de temáticas relacionadas ao gênero, a realidade dos dados coletados e organizados na próxima ilustração traz um novo fôlego para os estudos de gênero no âmbito da Universidade Federal do Pará.

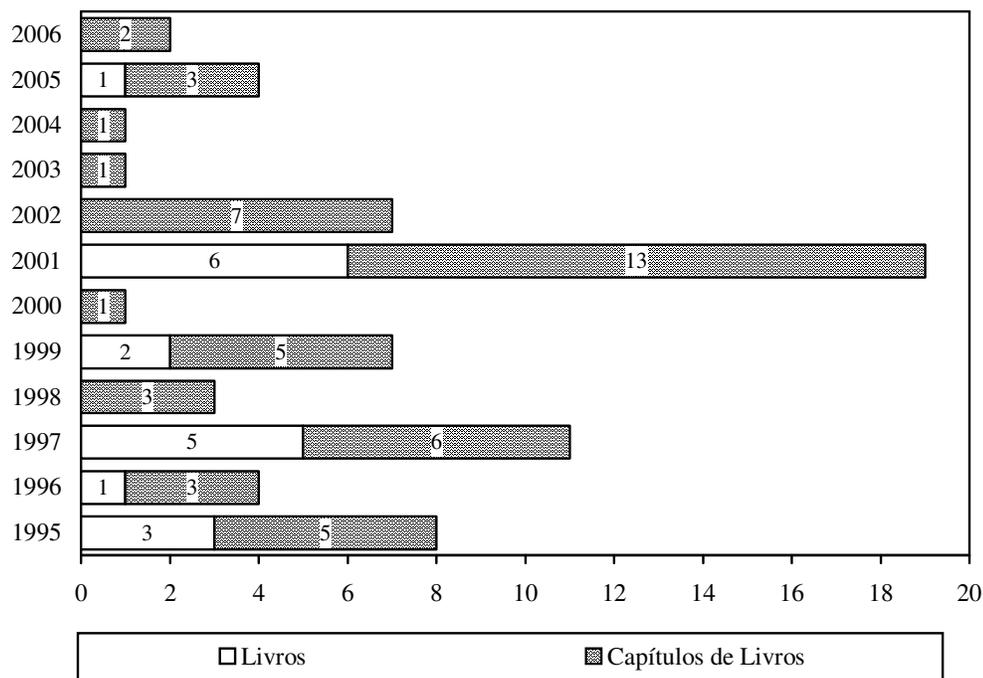


Gráfico 13 – Capítulos de livros ou livros publicados/organizados ou edições referenciados por questões de gênero, relativos aos grupos de pesquisa da UFPA, 1995-2006

Fonte: CNPq, 2007

Em se tratando da categoria acima especificada, o Gráfico 13 aponta que a quantidade de livros publicados em relação à quantidade de capítulos de livros publicados que tratam sobre a temática supracitada é relativamente inferior ao longo dos anos, com 3 em 1995 contra 5 capítulos de livros, 1 livro e 3 capítulos em 1996, 5 contra 6 em 1997, nenhum livro publicado em 1998 e 3 capítulos de livro; 2 contra 5 em 1999; não houve publicação de livro em 2000 ao contrário da publicação de 1 capítulo de livro; em 2001 tivemos 6 livros e 13 capítulos; nos anos de 2002, 2003 e 2004 não foram registradas publicações de livros, mas nestes mesmos períodos, respectivamente, 7, 1 e 1 capítulos contam como publicados; 1 e 3 em 2005 e finalmente em 2006 encontramos apenas 2 capítulos de livros que foram contabilizados nas listas de publicações.

O Gráfico 13 evidencia também que o ano de 2001 apresenta a maior quantidade em termos de publicação de livros e capítulos, mostrando nessa escala 6 livros publicados e 13 capítulos de livros, o que corresponde, em se tratando de porcentagem a 33,33 % de livros publicados ao longo do período de 1995 a 2006, e 26% dos capítulos de livros circularam durante esse mesmo íterim.

Outrossim, verifica-se que ocorreu uma totalização de 18 livros e 50 capítulos de livros publicados sobre o assunto. Esse nível de produção revela atitudes voltadas à elevação desse tipo de publicação e não obstante os percalços e o tempo que se demanda para materializar um livro em terras paraenses, aqueles 68 trabalhos tornados públicos podem ser indicativos de que mais adiante teremos outras produções aditadas naquele escalão.

A partir do intervalo histórico utilizado como referência, observa-se que pequenos movimentos pendulares fizeram-se presentes entre os biênios localizados na barra inferior do Gráfico 14. Após serem submetidos às inspeções das comissões avaliadoras de eventos científicos, os trabalhos podem ou não contar com a anuência para divulgação em anais científicos, no caso dos textos que discutem gênero publicados na íntegra, de autoria das/os pesquisadoras/es pertencentes aos grupos aqui sondados, veremos como se comportaram nas coortes localizadas no interior da representação gráfica número 14.

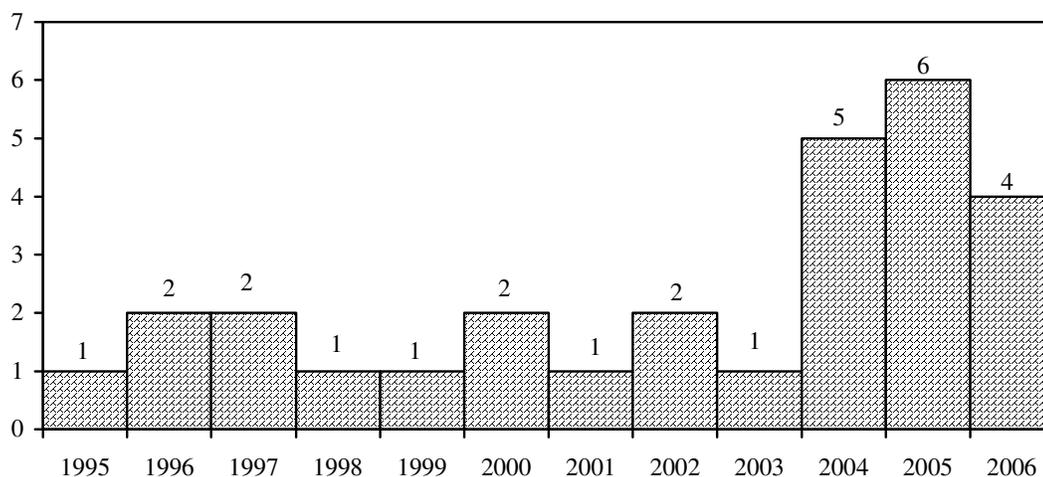


Gráfico 14 – Trabalhos completos publicados pelas/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero em anais de eventos, 1995-2006

Fonte: CNPq, 2007

A quantidade de trabalhos publicados em anais de eventos foi demasiadamente branda em sua média, cerca de 2,33% ao ano, totalizando ao final de 11 anos apenas 28 trabalhos inteiramente publicados. Entretanto, apesar da divulgação de poucos textos em anais de eventos, nesse período se pode enxergar que a partir de 2004 começou a sobrevir um acentuado crescimento em termos de publicação, com isso demonstrando que provavelmente houve uma preocupação mais assídua por parte das/os pesquisadoras/es que atuam sobre a temática gênero em participar de tais encontros científicos.

A título de confirmação, verifica-se a quantidade de 5 trabalhos publicados em 2004, 6 em 2005 e 4 em 2006 totalizando nesse triênio a quantidade de 15 textos que corresponderiam em termos de porcentagem a 53,59 %, ou seja, somente neste três últimos anos do período mencionado publicou-se mais trabalhos integralmente em anais de eventos, do que em todos os anos anteriores (que juntos indicam o valor percentual de 46,41%), revelando um maior interesse, apesar do decréscimo de 2005 a 2006, pela participação em tais eventos.

O triênio 2004-2006 revelou-se o mais acerrado diante de uma realidade em que se está configurando ao confirmar a preocupação de algumas/ns cientistas em participar das discussões nos eventos que procuram colaborar com a produtividade de saberes que envolvam a temática na qual estão engajadas/os as/os pesquisadoras/es. Esses últimos espaços de tempo parecem trazer consigo a impressão de que nos anos vindouros seremos contempladas/os com mais crescimentos nas coortes seguintes.

Mas há questões que não podem passar incólumes quando o assunto é a publicação de trabalhos, como no caso da necessidade de financiamentos destinados às apresentações dos mesmos em eventos de cunho científico, tendo em vista que a UFPA, assim como grande parte das instituições que estão sob a égide do poder público, concede a liberação de verbas que incluem passagens e diárias para a participação de nossas/os pesquisadoras/es em um único evento durante um ano todo. Nesse sentido, mesmo diante da evidente importância formativa que eventos daquela natureza acarretam para a produção e circulação de conhecimentos, torna-se oneroso para os bolsos das/os investigadoras/es marcar presença nos locais que sediam tais eventos. Talvez por essa nada agradável vicissitude é que haja certo desestímulo para o envio de publicações portadoras de tão extrema relevância.

Enquanto que as publicações demonstradas acima transpareceram certas oscilações durante boa parte dos períodos tratados, no caso dos resumos publicados em anais de eventos encontraremos na evolução gráfica (Gráfico 15) traços que tinham por singularidade os estudos das questões de gênero, ao longo do período de 1995 a 2006, observou-se que no início da série foram publicados apenas 2 resumos; em 1996 publicou-se 6; em 1997 registrou-se 5; nos dois anos que se seguiram 7; no ano de 2000 foram declarados 10; em 2001 apareceram 15; posteriormente no ano de 2002 estavam cadastrados 9; em 2003 havia 3; no ano seguinte 4; no próximo espaço de 12 meses ganharam destaque 11 resumos e mais tarde em 2006 foram anunciados somente 5 daquelas produções.

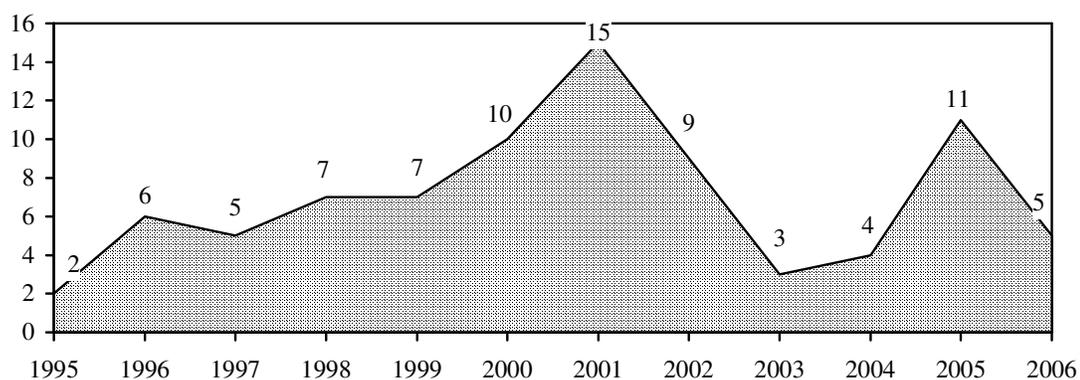


Gráfico 15 – Resumos publicados pelas/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa de gênero em anais de eventos, 1995-2006
Fonte: CNPq, 2007

Dentre aquele mesmo período, o triênio de 2000 a 2002 demonstrou ser o mais produtivo em se tratando da quantidade de publicações, apontando para 34 resumos o que representou na tradução para valores de porcentagem 40,47% do total do período apontado no gráfico, ou seja, mais da metade da soma de todos os demais anos.

Os anos de 2000, 2001 e 2005 mostram os maiores números em termos de publicações de resumos em anais de eventos, com, respectivamente 10, 15 e 11, que correspondem a 11,9%; 17,86% e 13,1% de publicações no período de 132 meses, evidenciando-se nesses anos um maior interesse em participações de publicações na categoria resumos tornados públicos em anais de eventos.

Comparativamente, percebe-se através da análise dos Gráficos 14 e 15 que uma maior ou menor publicação de trabalhos ou resumos completos em anais de eventos não seguem emparelhadas. Por exemplo, nota-se pelo Gráfico 15, que em 2001 houve 15 publicações (a maior quantidade do período) de resumos nos anais de eventos científicos e no mesmo ano apenas 1 trabalho completo publicado, conforme mostra o Gráfico 14. Essas constatações comprovam que embora os resumos divulgados em anais de eventos tenham um peso menor, para as avaliações da CAPES e principalmente no aspecto concernente à cessão de auxílio financeiro para a participação efetiva de quem teve produções aprovadas, materializam-se em quantidades muito mais elásticas do que os trabalhos completos destinados ao conhecimento público por meio dos anais produzidos por ocasião dos eventos que contam com o rigor científico.

Partindo do ponto de vista de que os resumos são a sinopse das produções consolidadas, o que ocorreu com os textos completos que serviram de útero para dar vida a esses resumos publicados? Porque não foram divulgados em anais de eventos? Para quem também se dedica aos estudos da temática gênero essas produções “invisíveis” representam dúvidas homéricas que não poderão ser profligadas por mais pontificados que estejam os resumos manifestados.

Na próxima categoria em evidência no currículo *Lattes* das doutoras e doutores que se dedicam às atividades de pesquisas relacionadas ao gênero, encontrou-se uma sinuosidade interessante das linhas que indicam os níveis da produção técnica daqueles sujeitos.

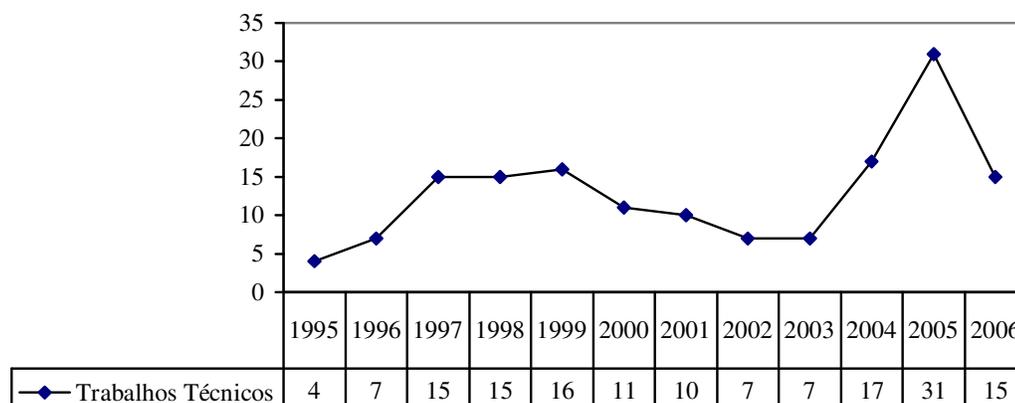


Gráfico 16 – Trabalhos técnicos realizados por pesquisadoras/es dos grupos de pesquisa, sobre gênero na UFPA 1995-2006
Fonte: CNPq, 2007

O Gráfico 16 demonstra como evoluiu ao longo dos anos a quantidade de trabalhos técnicos realizados por pesquisadoras/es dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, totalizando 155 atividades. O período mencionado acima aponta acréscimos e decréscimos na quantidade de pesquisadoras/es trabalhando com os assuntos ligados ao gênero, revelando que o ano de 2005 apresentou a maior produção em termos de trabalhos técnicos com 31 deles realizados, correspondendo a 20% (maior porcentagem entre os períodos no gráfico) do total.

Em geral, percebe-se que o ano de 2005 despontou como aquele que mais contribuiu em termos de produção e publicação de textos completos, resumos e trabalhos técnicos que envolveram os estudos de gênero, conforme se verifica nos Gráficos 14, 15 e 16 analisados anteriormente. Até o momento nesta pesquisa, esse ano ainda se revela como o grande

marcador solitário da maior quantidade por ano de produções anunciadas pelas/os pesquisadoras em seus respectivos currículos *Lattes*.

Outra questão merecedora de registro é que dentre todos os dados apresentados até aqui, particularmente os pontuados no Gráfico 16 são os mais avolumados, manifestando poucas alterações bruscas de um ano para o outro, porém esse não parece ter sido o caso dos biênios 1996 e 1997; 2003 e 2004 que trouxeram bons auspícios à produção na área passando de 4,52% (7) dos trabalhos técnicos a 9,68% (15) deles e 4,52% (7) para 10,96% (17). Todavia, a exceção se fez sentir para os anos de 2005 e 2006, onde aquele que continha 20% (31) de trabalhos técnicos efetivados, no ano seguinte despencou para 9,68% (15), numa baixa de um pouco mais da metade daqueles trabalhos, mas ainda assim, saindo na frente de todos os outros tipos de publicações analisadas nas páginas que antecederam o Gráfico 16.

Irrefragavelmente os números organizados na insinuação gráfica acima são bastante significativos, uma vez que mediante o adstrito tempo de que dispõem as/os pesquisadoras/es em questão por conta das inúmeras atividades que envolvem a profissão que ocupam na UFPA, torna-se um desafio ainda conseguirem produzir relatórios de pesquisa, pareceres, pronunciar palestras, articular eventos, fazer parte de comissões científicas, bancas avaliadoras, entre outras práticas que igualmente exigem tempo e cuidadosa dedicação. Por outro lado, para o quantitativo de pesquisadoras/es aqui anunciadas/os é preciso que sejam encontradas outras maneiras de engrossar também as produções representadas junto a atividades categorizadas como trabalho técnico.

Outros instrumentos do conhecimento, como os jornais e as revistas, que contam com um tipo de circulação bastante acessível através da qual muitas pessoas independente no nível formativo podem usufruir, também foram aquilatados à lista de produções acerca do gênero, é o que se abordará no Gráfico 17.

Durante todo o período de 1995 a 2006 ocorreram 14 publicações de textos sobre o assunto gênero em jornais de notícias e revistas, sendo que os anos de 2001 e 2006 declararam ser detentores das quantidades mais elevadas de publicações orientadas naquelas categorias, com respectivamente 3 e 4, correspondendo a 21,43% e 28,57%, ou seja a metade (50%) de todas as publicações exibidas no período mencionado.

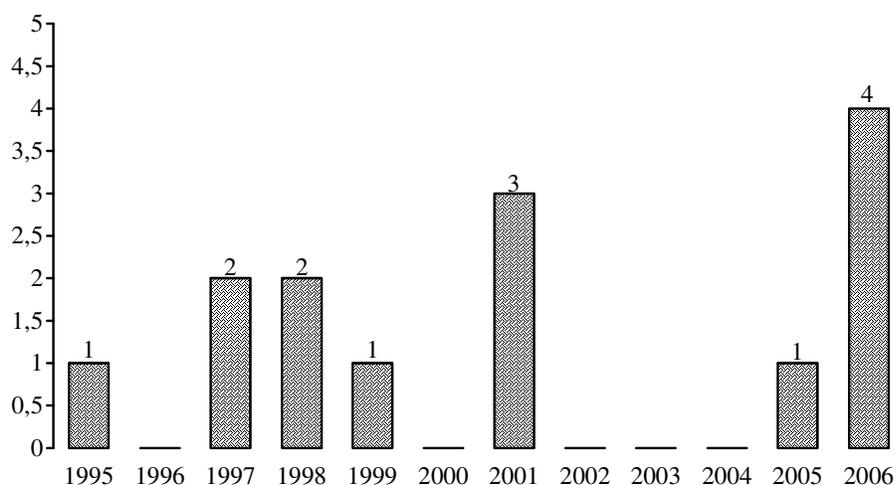


Gráfico 17 – Publicação de textos das/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero em jornais de notícias/revistas, 1995-2006

Fonte: CNPq, 2007

Os anos de 1995, 1999 e 2005 contribuíram cada um com apenas 7,14% (1) das publicações e somente não demonstraram ser o desempenho mais moderado, porque os anos de 1996, 2000, 2002, 2003 e 2004 não cadastraram nenhuma publicação de texto em jornal ou revista revelando-se uma deficitária produtividade em termos de publicação naqueles veículos de comunicação. Já os anos de 1997 e 1998 consignaram 2 publicações de textos que corresponderam, tão-somente, cada qual isoladamente a 14,29% de toda publicação dispensada ao período em questão.

No dedilhar do item relativo aos dados de outras produções de expressivos alcances populacionais como é o caso da artística e cultural, a visualização estatística adquiriu a paisagem desenhada no Gráfico 18.

As produções artística e cultural em torno do assunto gênero, promovidas por estudiosas/os que se reúnem em grupos de pesquisa na UFPA, foram temerosamente baixas demonstrando no quadriênio de 1998, 1999, 2001 e 2002 apenas uma produção por ano divulgando a temática gênero. Os anos de 1995, 1996, 1997, 2000, 2003 e 2006, entretanto, sequer apontaram para qualquer tipo de produção naquele sentido; e foi somente no biênio de 2004 e 2005 que se verificou uma pequena intensificação da produção artística e/ou cultural já que ambos anunciaram 3 produções. No cômputo geral da categoria em análise observaremos que a instituição em voga soma apenas 10 produções.

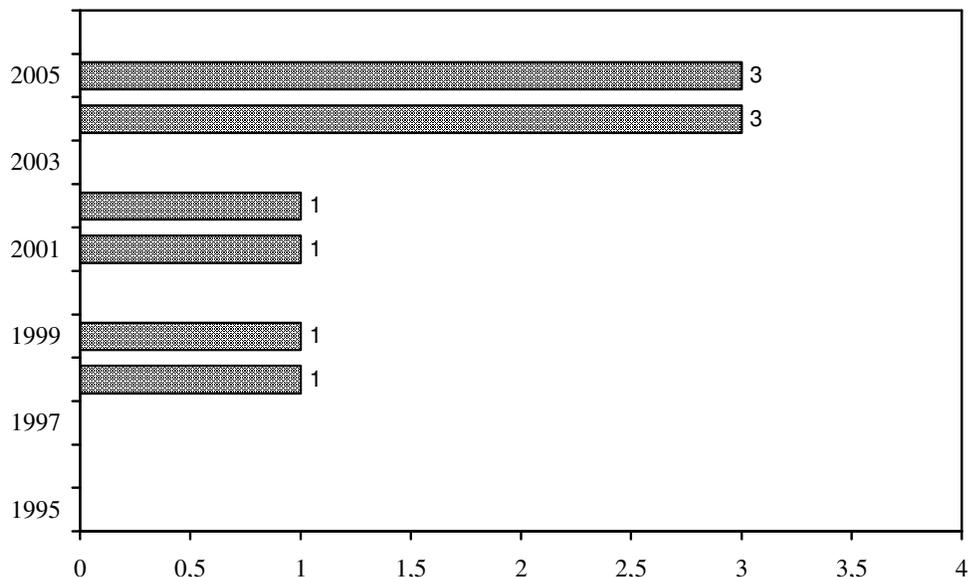


Gráfico 18 – Produção artística e cultural das/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero, 1995-2006
Fonte: CNPq, 2007

As produções classificadas nos Gráficos 17 e 18, a meu ver, são as que possuem um nível de abrangência muito maior de público em relação às demais produções, isso porque elas chegam a atingir corpulentas parcelas populacionais simultaneamente, com uma admirável imensidade de caracteres que incluem raça, etnia, gênero, sexualidade, classe social, faixa etária, naturalidade, deficiências físicas e mentais, nacionalidade, nível de formação, religião, entre muitos outros que parecem pouco tocados pelas discussões no campo do gênero.

A calcular pelos tênues índices seja no que tange às publicações de textos em jornais de notícias e/ou revistas, seja na seara das produções de cunho artístico e cultural, a relevante discussão de gênero parece distante de muitos estratos da sociedade. Essa questão, incontestavelmente, é digna de passar a ser encarada como um vital objeto de desvelo não somente por parte de quem pesquisa e publica sobre gênero, como também por aquelas/es que gozam da prerrogativa de criar oportunidades para a ampliação do referido assunto naqueles meios de divulgação.

A participação em orientações é o próximo item a ser observado, nele constam informações dessa “aventura compartilhada”, nas palavras de Zilbermann (2002), que podem ter como resultado outras investigações futuras, seja em nível de pós-graduação ou de

participação em grupos de pesquisa, assumindo o posto de pesquisadora ou pesquisador com titularidade doutoral.

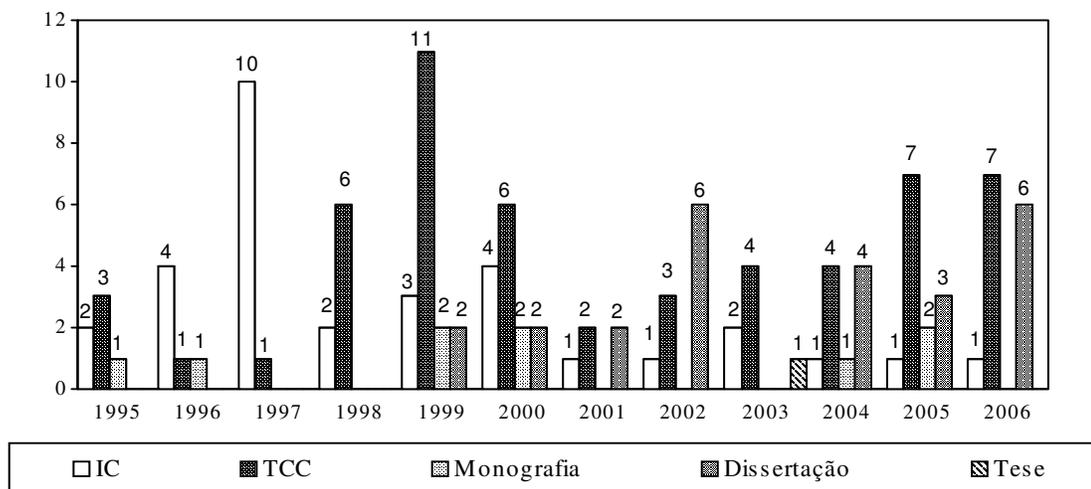


Gráfico 19 – Participação das/os pesquisadoras/es ligadas/os aos grupos de pesquisa sobre gênero em orientações de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso de graduação, monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, 1995-2006
Fonte: CNPq, 2007

As coortes acima revelam a quantidade de participações realizadas em orientações nos níveis de iniciação científica (IC), trabalho de conclusão de curso (TCC), monografias, dissertações e teses, que privilegiaram a temática gênero, ao longo do período de 1995 a 2006. As coortes citadas deixam patente que o ano de 1997 arrebanhou a maior quantidade de participações em orientações de IC com 10 dessa envergadura, correspondendo a mais de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de todas as participações em relação à orientação nos espaços de tempos históricos explicitados, com exatos 31,25% de participações.

Já no ano de 1999, a coorte relativa às orientações de TCC aponta o mais alto vértice do Gráfico 19, com 11 participações que correspondem ao índice percentual de 20% do total no período vigido. Os anos de 2002 e 2006 tomam como alvo da maior participação em orientações de dissertações que solicitaram 24% (6) das participações em cada ano. Essa quantidade é considerada razoável, levando-se em conta que o gráfico em análise manifesta também que em termos de monografias e teses a participação daquelas/es orientadoras/es é mínima, não chegando a mais de 2 participações em orientações ao ano. O gráfico também registra apenas uma participação em tese, mais precisamente no ano de 2003, o que nos leva a deduzir o quanto são raras as produções acadêmicas sobre gênero nesse tipo de nível formativo empreendido na UFPA.

No somatório geral de todos os tipos aqui especificados de orientações se chegará a um total de 122 orientações gerenciadas por quem faz e produz conhecimentos acerca da temática gênero na UFPA, que corresponde ao caráter aproximativo de 11 orientações realizadas por ano. Com relação às hierarquias numéricas ilustradas nas coortes gráficas teremos as seguintes ordens: com 45,08% (55) na primeira posição estão as orientações que foram registradas a partir das produções dos TCC; na segunda com 26,23% (32) as de IC; em terceiro lugar a coorte que mais se destaca é a que corresponde às orientações em nível de mestrado possuindo o índice de 20,49% (25); posteriormente veio as de monografias contando com o percentual de 7,38% (9) e em última colocação avistaremos os 0,82% (1) da orientação que se efetivou em nível de doutorado.

Esse foco observado na graduação e no mestrado possivelmente ocorre em razão de 75% (21) dessas/es orientadoras/es assumirem vínculos profissionais junto a programas de pós-graduação; permanecerem atuando na graduação e terem participação marcada em grupos, onde desenvolvem projetos de pesquisa convocando bolsistas em nível de IC, que por sua vez acabam dando prosseguimento àqueles estudos no TCC demonstrando preferência pela/o mesma/o orientadora/r.

A soma dos escores individuais que incluem o desempenho de pesquisadoras/es vinculadas/os aos cinco grupos de pesquisa da UFPA, que contribuem para o avolumamento quanti-qualitativo das produções que problematizam as questões de gênero, mais uma vez nos coloca frontalmente no abismo que separa as pesquisadoras dos pesquisadores que estudam na linha temática das questões de gênero, só que dessa vez o cenário não é o nacional, mas sim o de uma instituição pública federal da cidade de Belém do Pará.

O Gráfico 20 revela a predominância do número de mulheres pesquisadoras na UFPA que tratam de assuntos concernentes ao gênero no interior dos grupos de pesquisa. Pode-se observar que em todos os ramos de produção abordados até o presente momento neste capítulo, as cientistas são veementemente maioria, porém apenas nas produções que se referem à presença nos grupos de pesquisa é que se apresenta uma quantidade razoável de homens pesquisadores onde se delimitaram na quantidade de 7 contra 25 do sexo oposto.

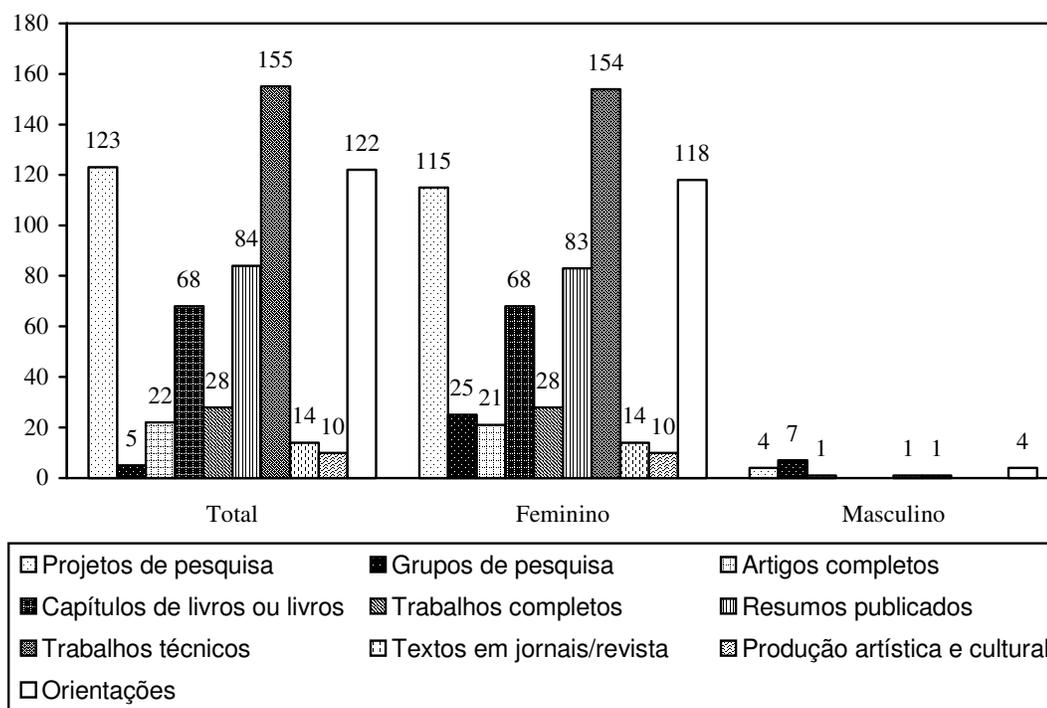


Gráfico 20 – Participação geral de pesquisadoras/es que discutem gênero em grupos de pesquisa na UFPA, distribuída por sexo, 1995-2006
 Fonte: CNPq, 2007

No contexto das participações em projetos de pesquisa e orientações que versavam sobre a temática aqui estudada, os intelectuais masculinos marcaram quantidades relativas a 4, quando as intelectuais sinalizavam, respectivamente, para 115 e 118 das produções com participações femininas.

Já nas categorias concernentes às produções de artigos completos publicados em periódicos especializados, resumos publicados em anais de eventos e trabalhos técnicos, os cientistas representaram de maneira pouco vigorosa 1 produção para cada categoria, enquanto suas colegas de profissão registraram a caprichosa rubrica de 21 na primeira, 83 na segunda e 154 na terceira categoria em análise.

Para completar as colunas do conjunto das categorias que incluem publicações de livros e/ou capítulo de livros, trabalhos completos em anais de eventos, textos em jornais/revistas e produções artística e cultural, eles não declararam qualquer participação, contudo, elas contribuíram com respectivamente 68, 28, 14 e 10 inserções. Logo, infere-se

que das 631 produções que assumem a temática gênero, há uma marca de 636 delas para as pesquisadoras em detrimento da enumeração de 18 para os pesquisadores⁴⁸.

Como podemos notar, certamente, a temática em debate não está adstringida somente aos interesses de pessoas do sexo feminino, todavia esses estudos ainda se ressentem de uma presença mais intensa de homens também na UFPA, para que se possa fortificar mais os elos dessa temática que outrora já foi retirada dos laços de um gueto (COSTA, BARROSO; SARTI, 1985) para poder se expandir e alçar outros vãos.

Essa imensa vantagem protagonizada por mulheres pesquisadoras é bastante notável dada sua entrada tardia no meio acadêmico-científico brasileiro que data de 1879 na área de Medicina. Aliás, conforme um estudo realizado por Tanuri (2000) e Villela (2000) o direito de a mulher ter acesso à educação formal no Brasil, só foi instituído em 1827 através da primeira Lei Geral do Ensino que as restringiu ao curso primário e estabeleceu limites nos conteúdos curriculares que diferenciavam os currículos voltados para a educação feminina daqueles destinados à formação masculina.

A concentração feminina nos estudos de gênero também foi descrita por Arilha, Unbehaum e Medrado (2001) explicitando que a intensa produção acadêmica e política resultante do feminismo, em meados da década de 1970, ao fertilizar um diálogo com as teorias marxistas estimularam proficuentes debates em torno da mulher trabalhadora. Através desse tema, privilegiou-se a condição feminina nas relações sociais, porém, o sexo oposto era citado apenas como contraponto nos estudos sobre a mulher, mas habitualmente ele era excluído (ou os próprios homens se insentavam) dessas reflexões.

O patente interesse feminino por abordagens que contribuam para a averiguação particularmente da realidade vivenciada pela mulher e das relações de gênero, tem sido distorcido pelo androcentrismo que subsiste na Ciência, visto que são consideradas como o pólo negativo e colocadas pelo mundo social como o Outro, logo suas produções sofrem de acusações que visam o menoscabo da comunidade científica.

[...] as realizações daqueles que são assim – como o “Outro” – nem sempre são menosprezadas; frequentemente elas são até apreciadas, mas sempre em seu lugar especial e periférico: o lugar da diferença. Assim, há ‘história’ e também há ‘história das *mulheres*’ e a história das mulheres – à diferença da história militar, por exemplo – é localizada fora do que é considerado como história propriamente dita. Existem as críticas pós-estruturalistas da razão, que

⁴⁸ Embora esses valores pareçam discordantes, eles estão organizados dentro de uma lógica que considerou como total os 5 grupos de pesquisa que atuavam com a participação de 25 pesquisadoras e 7 pesquisadores. Nesse sentido, o número total de produções se mostrou menor que a quantidade de pesquisadoras e pesquisadores.

são de interesse ‘geral’, e também as críticas feministas, de interesse àqueles que se preocupam com o gênero (BORDO apud CARVALHO, 2006, p. 4, grifos do original).

Para as autoras citadas acima é apenas nessa zona de alteridade que as pesquisadoras, sobretudo as feministas, conseguem se inserir na produção científica, pois as mulheres muitas vezes são até desestimuladas a conseguirem espaço dentro dos grandes debates científicos ou dos campos considerados de mais *status* no interior da esfera acadêmica, da mesma forma como algumas nem sequer cogitam essa possibilidade.

É o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Não há ‘escolha’ científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar da publicação; [...] – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares concorrentes (BOURDIEU, 1983, p. 126-127).

Em grande medida, os sujeitos são reiteradamente coagidos a admitir que devam ocupar determinada posição inclusive em relação à produção do conhecimento científico, e isso ocorre de maneira latente uma vez que não há um termo legalizado que apregoe esse tipo de distinção entre pesquisadoras e pesquisadores. Ao se mencionar tal ponto de vista, não se quer aqui afirmar que os estudos de gênero apresentam menos complexidade porque contam com uma espantosa adesão de mulheres e que não representam contribuições às questões sociais mais amplas, mas sim que essa condição de marginalidade está laqueada ao plano falocêntrico, onde a figura feminina só aparece como um Outro constituído em relação ao masculino, o seu contrário, seu inferior.

De acordo com esse posicionamento, as cientistas de alguma forma têm conhecimento daqueles arranjos que se fazem funcionar no ambiente acadêmico-científico e da posição que ocupam nele. Em função das probabilidades de retorno que elas possam vir a ter, são “escolhidos” os ramos no qual possam atuar, pois entre receber um limitado reconhecimento pelo trabalho realizado ou não ter nem a possibilidade de que este seja apreciado, é compreensível que elas escolham a primeira opção, mesmo que isto, às vezes, represente navalhar a própria carne.

Nos termos dessa discussão, a produção intelectual na UFPA rastreada a partir dos indicadores da pesquisa científica do CNPq, que apontaram a preferência dos estudos referentes às questões de gênero, realizados por grupos de pesquisa do Campus de Belém nos períodos de 1995 a 2006, revelou-se muito bem colocada com quantidades de produções para além das expectativas, uma vez que foram catalogados apenas 5 grupos, dentro do universo de aproximadamente 157.

É preciso destacar que a vivacidade declarada pelos índices da produtividade generificada na UFPA, ganha mais aplausos quando se nota que nem todas/os as/os pesquisadoras/es participantes (32) declararam realizar análises pautadas na temática gênero; algumas/alguns produziram mais e outras/os menos; as produções materializadas por pesquisadoras/es com titularidade de especialização e/ou mestrado (25) e estudantes da graduação e pós-graduação (32) não foram selecionadas como objetos deste estudo, apesar de se encontrarem inseridos nos grupos em questão, caso contrário veríamos um quantitativo ainda maior.

Há de se considerar que algumas categorias examinadas no currículo *Lattes* deixaram a desejar em termos quantitativos de produtividade. Por outro lado a sobrecarga de trabalho a que essas/es profissionais são submetidas/os, nomeadamente, pode ser responsável por algumas baixas na produção. Esse acúmulo de trabalho, para as/os cientistas que estão vinculadas/os a programas de pós-graduação é essencial para a manutenção ou elevação das notas desses Programas, caso contrário as punições serão enérgicas. Nessa “selva do impresso” (EVANGELISTA, 2002) as conseqüências para pesquisa e pesquisadora/r⁴⁹ funcionam como fator inibidor da produtividade científica que sofre abalos em decorrência do ritmo incomensurável de atividades.

A prospecção dos indicadores estatísticos, articulados a partir das informações do CNPq, deixou transparecer que a composição dos grupos de pesquisa sediados na UFPA apresentou-se de maneira assimétrica, especialmente no número de pesquisadoras e pesquisadores e na área em que essas pessoas possuem qualificação doutoral.

Esse aspecto ressoa também na produção generificada das/os doutoras/es perscrutadas/os, pois embora seus trabalhos científicos sejam premiados com freqüente divulgação, durante o período de 1995 a 2006, aparecem desníveis tanto de ano para ano, quanto nos números de produções publicadas, uma vez que nem todas/os as/os

⁴⁹ Consultar no site do Professor Dr. Leopoldo de Meis (UFRG) questões acerca dos dados psicológicos e físicos que chegam a abalar profissionais intensivamente envolvidas/os com o sistema de pós-graduação.

pesquisadoras/es integrantes dos grupos de pesquisa analisados consideram o gênero como norteador de suas investigações.

Os efeitos que essas dessemelhanças operam no espraiamento da temática gênero transitam por uma produtividade massivamente feminina, nuançada por influências de diversas áreas do conhecimento, contando com doutoras/es que se desdobram de maneira admirável na participação da produção de conhecimento acerca do gênero, estes estudos na UFPA carecem do envolvimento de outras áreas do conhecimento, posto que em sua recente composição predominam as áreas de Ciência Política, Antropologia e Educação, ou seja, somente essas 3 áreas das Ciências Humanas dominam essa discussão na instituição citada, porém outros olhares deveriam contribuir no campo da produtividade generificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre as questões de gênero na literatura científica brasileira comprovaram que, durante a leitura dos resumos contidos nas produções selecionadas por meio do Banco de Teses da CAPES, os estudos em torno da temática gênero ganharam espaço nas mais diferentes áreas do conhecimento. No caso específico da amostra aqui selecionada esses estudos apareceram nas áreas de Educação, Serviço Social, Sociologia, História, Psicologia, Letras, Educação Física, Teologia, Economia Doméstica, Tecnologia, Direito, Geografia, Literatura Brasileira, Lingüística, Filosofia, Ciências Sociais, Antropologia, Administração e Sexologia.

Também ficou claro que a maioria das dissertações se revelou presa à idéia de gênero como sinônimo de mulher. Isto pode ser reflexo do atrelamento histórico da categoria gênero ao movimento feminista que inicialmente tratou de estudar eventos relacionados às mulheres na tentativa de retirá-las da penumbra histórica, porque trazê-las para os focos da ribalta significava transfugir dos seculares séculos de lancinante degrado feminino ao silêncio.

Ainda que estudiosas como Scott (1995), Weeks (2000), Louro (2001), Rosemberg (2001), Jardim e Abramowicz (2005), tenham procurado disseminar que existe uma diferença crucial ente sexo biológico e sexo social, a maioria das dissertações discutidas no primeiro capítulo, aparentemente ainda consideram que a categoria gênero é equivalente ao termo mulher. Nesse contexto, a amostra das dissertações aqui exploradas permitiu verificar que embora os títulos, palavras-chave ou resumos anunciem que seu referencial adota o gênero para fomentar as discussões travadas no corpo do trabalho, é flagrante naqueles elementos que a abordagem apoiou-se nas questões alusivas à mulher. Essa constatação foi traduzida em termos da inegável quantidade avaliada, pois das 69 dissertações que tiveram alguns elementos analisados apenas 24 deram pistas de que estudam gênero de fato.

A utilização de obras como as de Louro (1994, 1995, 1996, 1997, 2001 e 2004) e de Scott (1992 e 1995) não aloca esta produção em caminhos de cunho pós-estruturalistas, assim as contribuições dessas autoras foram proveitosas no sentido de auxiliar no esclarecimento dos objetivos e questões norteadoras desse trabalho, uma vez que não houve aqui a proposta de incursionar nos meandros de tal teorização.

É preciso (re)conhecer antes de tudo que o gênero é uma categoria que lida com o engendramento social de mulheres e homens, levando-se em consideração a feitura histórica por meio da qual uma dada cultura instala ou elege tipos bem definidos e inconfundíveis de pessoas em relação aos seus respectivos sexos. Sob a égide dessa concepção, os estudos de

gênero abordam mulheres e homens em seus mais diferenciados aspectos (classe, idade, raça, sexualidade, etnia e religião), onde não mais se aceitam estudos que isolam os sujeitos (femininos e masculinos) para dissecá-los melhor e ao final tratá-los inadvertidamente como opostos, e com isso tentando profligar outras potencialidades de expressividade humana.

Extensivamente, o percentual de 92,75% de autoras chama a atenção nessas produções que denunciam a forte ligação entre mulheres e a categoria gênero. Na corrente dessa mútua contaminação, as protagonistas desse processo parecem ainda ter preferência por orientadoras, entretanto estas últimas em relação ao número de orientandas apontam para uma queda de 18,75%, uma vez que a quantidade de orientadores demonstra não ser tão diminuta quanto a de orientandos, o que pode estar evidenciando uma das várias situações ancoradas na dominação de gênero, só que neste caso, reaclimadas no mercado de trabalho.

O uso de uma linguagem amarrada a termos genéricos masculinos foi uma prática recorrente nos trabalhos analisados, mesmo quando o foco da pesquisa era a mulher. A busca de uma linguagem universal para falar de mulheres e homens é resultado de uma Ciência masculina androcêntrica que partia do princípio segundo o qual o homem era o referencial, nesse sentido a escrita também (re)produz essa lógica.

De modo a garantir o caráter imaculado das expressões e, por conseguinte não causar opróbrio ao brio dos homens, emprega-se o masculino para designar não apenas as pessoas do sexo masculino, como também toda espécie humana deixando de fora quem eventualmente não se adequar naquele perfil, embora na compreensão de uma conformidade social, seja obrigatória aceitação dessa ditadura gramatical como algo natural e, portanto, não sujeita a mudanças. Logo, todas/os temos que nos sentir incluídas/os (escondidas/os) nesse tipo de linguagem tradicional que normatiza e normaliza nossas relações, veiculando limitados arquétipos de mulheres e homens.

Ao tangenciar em que universidade cada dissertação está ligada, observou-se que as 40 instituições estavam distribuídas de maneira desigual, conforme a seguinte ordem de produtividade regional: Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Na escala das disparidades regionais, os estudos em torno das questões de gênero parecem esboçar um pequeno mapa do fornecimento brasileiro de pesquisadoras/es pelos programas de pós-graduação. Como corolário, verificou-se mais investigações relacionadas ao gênero nas regiões que somam um maior número de programas de pós-graduação aprovados pela CAPES.

Sob a ótica de um modelo que historicamente imprimiu um determinado parâmetro de crescimento econômico e social, o gritante desequilíbrio regional da pós-graduação parece

tão-somente o reflexo dos vários desequilíbrios substanciados em um país que se fez injusto e desigual, tanto em termos de estrutura quanto de conjuntura. Para tentar promover revoluções nesse quadro aterrador, inúmeras declarações têm obtido ressonâncias no sentido de impulsionar ações eficazes através de um punho governamental que faça frente à incômoda presença de assimetrias entre as regiões brasileiras, sob pena de acirrar ainda mais a problemática da situação.

As reflexões que emergiram a partir do levantamento de referenciais balizados pelos estudos das questões de gênero, revelaram que o campo da pesquisa se ressentia da falta de estudos que apontem como os grupos de pesquisa brasileiros têm projetado investigações em torno das relações de gênero, pois as pesquisas que envolvem esse objeto, mormente no campo da educação, aparecem restritas ao terreno do magistério feminino e do estudo de professoras. Quando o campo específico é a educação em nível superior as análises falam no circuito da licenciatura plena em Pedagogia ou do doutoramento, porém as pesquisas aquilatadas neste nível também estão aportadas em investigações que se referem às mulheres.

O gênero ainda vem sendo avolumadamente estudado, não apenas nas dissertações, mas também em outros meios de produção acadêmica levando-se em conta apenas os debates em torno do feminino. Como já verificado tal empreendimento pode ser explicado pela própria origem dos estudos de gênero que, como demonstra Louro (2001), umbilicalmente amalgamado ao movimento feminista na sua fundação ganhou notoriedade a partir das discussões sobre as mulheres, exigindo o rompimento de sua invisibilidade, descrevendo e denunciando suas ultrajantes condições de vida e trabalho.

Ao revisitar a maneira pela qual feminino e masculino foram constituídas/os de maneira diferenciada e desigual a partir do discurso científico, compreendeu-se que no século II a.C. mulheres e homens embora tivessem socialmente comportamentos diferentes, eram entendidos como fisicamente iguais uma vez que possuíam o mesmo aparelho reprodutor, este era, evidentemente, masculino. Nesse parâmetro, afirmava-se que as diferenças anatômicas dos órgãos sexuais, davam-se em decorrência da imperfeição feminina, pois seu corpo não era dotado o suficiente para garantir que seus testículos estivessem localizados na parte externa, logo a vida teria dado uma solução colocando esse órgão nas entranhas femininas.

A disrupção do modelo que propugnava a existência do sexo único, porém hierárquico se deu a partir de 1836 com a dissociação entre orgasmo e concepção, quando então se passou a repensar a tal natureza feminina. O século XIX acabou por colocar um ponto final às especulações que apoiavam a absurdez do sexo único e por força de interesses políticos, as

diferenças anatômicas e fisiológicas foram ressaltadas com a finalidade de que testemunhassem a favor das diferenças e contra as igualdades.

Novamente entrava em cena o referencial biológico que apoiado no ponto de vista naturalista da diversidade sexual almejava entalhar mulheres e homens cotidianamente de forma a garantir tipos aspiráveis de pessoas. Essa constatação evidenciou a força produtiva dos eventos rotineiros, fazendo-os tão diferentes no que diz respeito aos gêneros e parecidos ao mesmo tempo no campo do grupo a que estes personagens sociais pertencem.

No rastro do argumento biologicista das diferenças sexuais, intentava-se estabelecer que a relação entre os sexos fosse decursiva daquela distinção e, por conseguinte cada lado, o superior (homem) e o inferior (mulher), deveria cumprir um papel previamente determinado, estando assim cientificamente fundamentada a desigualdade social.

Todos estes acontecimentos provocaram clivagens nas construções e nas aplicações dos sentidos que eram atribuídos pelos sujeitos que experienciaram a ocorrência de todo um aparato que culminava na produção de ações “generificadas” e apreendidas no *modus operandi*, inculcando inapelavelmente feminilidades e masculinidades ao sabor de um modelo predefinido e diagnosticado por um discurso científico.

Renascido de movimentos sociais dos anos 60/70 do século XX, o feminismo ansiava pelo desejo de transformações sociais que incluíssem a mulher como protagonista de uma história da qual foi negada. Decepcionadas com as grandes teorias, as feministas irromperam as até então intransponíveis muralhas acadêmicas para corromper o fazer científico e contagiá-lo de maneira extensível com procedimentos de pesquisa e metodologias não-convencionais.

Mas, nos dias hodiernos o feminino ainda se ressentia de sua não integração à história e também ao gênero, nesse sentido, não se trata de criar uma espécie de história específica das mulheres, mas de derrotar dicotomias como produção/reprodução, público/privado, dominador/dominada, provedor/procriadora, que irrompem as análises em torno das diferenças entre elas e eles.

A princípio o movimento feminista reivindicava por questões referentes à mulher e somente algum tempo depois, as feministas resolveram incluir os homens em suas análises e assim deram início aos estudos que privilegiaram ambos os sexos, porque falar de mulher era remeter a uma abordagem que também fizesse relação ao homem pois era premente colocar em dúvida o paradigma da biologização dos sexos. Dessa simbiose nasceram os estudos de gênero.

A partir dos estudos que relacionavam os sexos houve a necessidade de se diferenciar conceitualmente a palavra sexo e o termo gênero, mesmo que os limites entre ambos não fossem considerados engessados, para que as discussões não ficassem suscetíveis ao viés biologicista que em nada contribuía para a compreensão da construção generificada dos sujeitos baseada na dinâmica das relações sociais. Nesse sentido, sexo se refere à identidade biológica de cada pessoa, por sua vez o gênero tem ligação com os enleios sociais.

O conceito de gênero foi adotado para afirmar algo mais extenso que sexo e também como uma invenção social que tem o poder de ser legitimado e transmitido para várias gerações. A categoria gênero engloba duas afirmações: a primeira diz respeito à ineficiência de uma explicativa biológica para dar conta do diferenciado comportamento de femininos e masculinos; a segunda parte da constatação de que o poder é distribuído de forma não semelhante entre os sexos.

A díade relacional mulher-homem nos indica que os gêneros devem ser compreendidos de maneira não polarizada onde estes personagens além de assumir posições de sujeito, demonstram outros atributos que se ligam a questões religiosas, raciais, étnicas, sexuais, classistas que diferenciam não somente mulheres de homens, mas também mulheres de mulheres e homens de homens, exortando-nos a não permitir que se absolutizem as questões de gênero.

Nesses movimentos de objetividade que produzem modos de ser, não há uma condição natural e essencializada de ser homem ou mulher, pois o somos no plural, lapidadas/os historicamente não fomos sitiadas/os em um único modelo. Dessa forma, ser mulher índia, negra ou branca, criança, adolescente ou adulta, ouvinte ou surda-muda, no Brasil, na África ou no Japão, atribui tipos diferentes de ser mulher (ou homem) (VASCONCELOS; ANDRADE, 2006).

Na esteira desse raciocínio, vamos notar que essas instâncias de produção estão sempre atentas aos sentidos circunscritos na cultura e passam a atribuir-lhe outras conotações que serão arditosamente impostas com a aquiescência das movimentadas redes de poder que deixam transparecer que poder e resistência protagonizam na mesma cena (NETO, 2004). Essa prerrogativa assegura que de uma maneira ou de outra sejam (re)tecidas mudanças, através das quais se torna possível afirmar que não existe uma mulher ou um homem universal, transcendental.

Mas é preciso estar atentas/os ao fato das relações de gênero passarem por um refinamento social que procuram nos adjetivar renovadamente, (re)colonizando-nos, tomando-nos através de um conjunto de práticas que ensinam modos de ser que são

produzidos intensamente pelos modos como (re)apresentam as pessoas (SANTOS, 2000). Desta forma, estes sujeitos, que certamente gozam de possibilidades autônomas porque não estão inertes dentro de uma dada realidade, precisam ser problematizados no processo de construção histórica, lingüística, cultural, social e política, imersos em relações de poder.

Por meio da tentativa de dominação imposta pela sociedade vão sendo construídos, inconscientemente, modelos prontos de comportamento, pensamentos e sentimentos. Os modos de agir que possam pôr em risco a manutenção da sociedade, a estabilidade social, não são destruídos, mas reprimidos e impedidos de se manifestar através de ameaças, castigos, proibições e silenciamentos.

Com base nas afirmações acima, o indivíduo busca uma identificação com os demais. Esta simetria se torna tão obrigatória que ele abdica de seus desejos e passa a se auto-vigiar, nesse encaminhamento, seu inconsciente parece tentar garantir a disciplina, mesmo quando o sujeito está longe do alcance de olhares insidiosamente reprovadores e, de acordo com este posicionamento, na ânsia de ser aceitas/os buscamos seguir “modelos” de comportamentos mais “aspiráveis”, em geral, baseados em princípios religiosos e morais.

Evidentemente, estas atitudes não são inéditas e nem tampouco acontecem ao sabor do acaso, pois historicamente foram criados mecanismos para padronizar pessoas e gerar os efeitos desejáveis, um desses resultados é o de situar mental e corporalmente mulheres e homens, colocando-as/os em seus “devidos” lugares. É no mínimo curioso percebermos que embora as instituições sociais se caracterizem pela omissão patente de discussões em torno das relações de gênero, podem ao mesmo tempo garantir (e massivamente) com sucesso a assunção de papéis “ditos” masculinos ou femininos.

Mas, se de um lado a não ciência da estabilidade de algumas perspectivas ao não serem refutadas e que por isso mesmo passam despercebidas e se instalam, por outro não podemos perder de vista que é transversalmente no jogo social em meio às relações de poder que de maneira permanente se operam alterações, na medida em que novos sujeitos e práticas sociais habitam o social e as modificam.

Por excelência vivemos em uma realidade dinâmica, portanto em constante processo (re)ativo, provocando renovadas interações, que por sua vez nos metamorfoseiam e nos fazem ser como somos. Por essa razão, diversos interesses e grupos constituíram e constituem sujeitos e como as relações de poder estão imbricadas em todas as instâncias sociais, temos o profícuo trunfo de conformar ou não tais preceitos, também levando em consideração que posições cada sujeito ocupa em relação ao poder e quais são as condições circunstanciais em que ele está envolvido, estejam elas no campo científico que procura imputar conhecimentos

“verdadeiros”; na seara dos movimentos sociais que impulsionam certas ações e discursos que igualmente buscam aquilatar poder; ou no lugar dos conhecimentos tácitos, não regulamentáveis, de mulheres e homens.

Os efeitos que legamos dessa construção generificada de pessoas foi um viés masculinista na Ciência que alimentada nesses princípios excluiu a mulher de seus afazeres, colocando máscaras como a neutralidade considerada precipuamente característica masculina. Esse afastamento feminino ainda gera um número baixo de produção para elas, principalmente nas áreas do conhecimento tidas como redutos da suposta neutralidade e objetividade.

Tornou-se comum que as pesquisadoras fossem vistas como exceções à “regra” (diga-se de passagem, que essa tal regra tem como parâmetro o homem), na qual elas, as supermulheres (ou supermães), conseguiram surpreendentemente vencer as barreiras impostas inclusive às suas próprias subjetividades. Mesmo relegadas a atuações realizadas às escondidas elas procuravam canais de atuação que as levassem para além da domesticidade, embora tivessem sua participação muitas vezes escamoteada, ousaram estar presente também em práticas científicas, talvez já pretendendo promover uma desadjetivação da Ciência (masculina).

Esse painel de marcadores generificados na Ciência constitui um conjunto de parâmetros úteis relacionados à identificação da produção científica, sobre gênero, de pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os em atividade nos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, desenvolvido pelo CNPq.

Ao realizar um mapeamento do lugar que as produções científicas relacionadas ao gênero ocupam no panorama nacional relativo aos anos de 1995 a 2006, averigou-se que os grupos de pesquisa que produzem na mencionada esfera advêm de 28 diferentes áreas de estudo. Destas, 53,57% (15) remetem àquelas relacionadas às dissertações de mestrado analisadas. Uma questão incidental que merece referência é o fato de a maioria dos grupos em foco estar atrelados à grande área do conhecimento Ciências Humanas.

A área que mais se destacou neste campo foi a Educação que também apresentou excelentes números quando a referência são os índices gerais de linhas de pesquisa, pesquisadoras/es e grupos de pesquisa, onde essa área mostra sua notoriedade ocupando o segundo lugar no país. Os resultados individuais para os marcadores numéricos de cada grupo de pesquisa brasileiro parecem apontar para uma relação de proporcionalidade numérica, onde quem possui mais grupos de pesquisa no cômputo geral, demonstra maior influência também no campo de discussão do gênero.

No aspecto geral, as instituições brasileiras de pesquisa demonstraram que são detentoras de um favorável número dos grupos de pesquisa que perscrutam gênero, mesmo diante de entraves como julgamentos preconceituosos aos movimentos de cunho feminista; pouco tempo em que vigoram estes estudos no Brasil; a própria consolidação da pesquisa acadêmica que se deu mediante o aparecimento da pós-graduação no país e as inúmeras dificuldades de se concretizar grupos de pesquisa que possam contar com todas as prerrogativas necessárias a sua existência e permanência.

Ao verificar a distribuição da temática gênero pelas regiões do país ficou franqueado que assim como o Sudeste, o Sul e o Nordeste historicamente vêm conquistando os melhores números em boa parte dos resultados estatísticos e as regiões Norte e Centro-Oeste ficam com as menores quantidades, o que se verifica nos grupos que se comprometeram com a temática é a repetição daquela hierarquia através dos índices disponíveis no DGP.

Entretanto, um fato que nos chama a atenção está relacionado ao aumento da quantidade dos grupos de pesquisa localizados na região Norte que registrou o maior percentual de crescimento em relação às outras regiões. Este fenômeno pode significar um futuro mais promissor ainda para os estudos de gênero nos domínios do Norte, embora se saiba da imensa sucessão dos anos e do esforço que será preciso empregar para lograr tal avanço.

Como os grupos de pesquisa são também formados por pesquisadoras/es com titularidade doutoral, o quantitativo delas/es segue a lógica posta anteriormente, na qual hierarquicamente vão se repetir Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte em suas velhas posições numéricas desiguais.

Para se contornar essa situação de dessintonia no cenário brasileiro, faz-se necessário e premente que novos programas de mestrado e doutorado sejam admitidos naquelas regiões menos favorecidas, do ponto de vista acadêmico e econômico, para que desponham novas/os pesquisadoras/es formadas/os sob a regência de uma batuta que prime pelo conjunto da obra qualidade-quantidade. Do ponto de vista do gênero, o investimento na qualificação e multiplicação de pesquisadoras/es no quadro das regiões Centro-Oeste e Norte podem desencadear o surgimento de outros grupos de pesquisa, novas produções ligadas ao gênero, mais investimentos na pesquisa em decorrência da maior demanda e um desenvolvimento mais acelerado das regiões.

No tocante à distribuição institucional dos grupos de pesquisa que realizam estudos concernentes ao gênero, notou-se que os 494 cadastrados no CNPq estavam dispostos em 136 instituições de pesquisa, que na maioria são de nível superior. Como numa espécie de reação

em cadeia, as primeiras instituições que se destacaram reiteravam a estrutura organizacional das regiões citadas anteriormente, mas em meio ao fosso dessas desigualdades, a UFPA surge como digna de aplausos, posto que na ordem de classificação das instituições de pesquisa aparece disposta na décima primeira colocação possuindo 6 grupos cadastrados (juntamente com outras cinco universidades) afigurando-se como a única instituição que está no cume da produção generificada científica da região Norte.

Com relação ao endereçamento dos grupos de pesquisa que estudam acerca da temática em questão, no âmbito das unidades da federação brasileira saíram na frente São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. As unidades em destaque continuam nos lembrando daquela reação em cadeia, diante disso, a grande questão que incomoda e preocupa é o fato de que embora haja um cuidado ativo com a avaliação por parte da CAPES, tem sido justamente essas discrepâncias que indicam para onde devem ser encaminhados os maiores investimentos, logo aqueles que já são grandes tendem a aumentar ainda mais, enquanto os pequenos seguem minguando apesar de suas recentes conquistas com a implantação de programas de pós-graduação.

Ressalte-se, contudo, que no aspecto lato o investimento aplicado em pesquisa pode estar refletindo que significado a educação e o desenvolvimento do país representam para o governo que vige, enquanto que no restrito, o contingenciamento de recursos pode conotar um gargalo para que os estudos de gênero ocupem mais espaço.

Ao verificar o lugar que ocupa a produção científica generificada nos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, não se pode esquecer que ela é resultado do labor de pesquisadoras e pesquisadores, estes sujeitos embora estejam envolvidos cientificamente com produções que privilegiam ou envolvem as relações de gênero, não estão livres dos enlaces sociais que objetivam e subjetivam as pessoas a partir de uma determinada acepção de gênero que apesar de sua conservadora e eloqüente eficiência não consegue impedir as resistências daquelas/es que optam por caminhos que se esquivam da “normalidade”.

Levando em consideração as formulações teóricas contidas nessa investigação, compreende-se que as produções científicas das/os pesquisadoras/es brasileiras/os estão profundamente balizadas por aspectos que contam ativamente com a cumplicidade de elementos sócio-culturais, econômicos, políticos e de gênero que des(a)fiam qualquer trajetória que se quer racional na seara da práxis científica.

A atuação desses elementos não deve ser considerada como mera “perfumaria”, posto que eles são parte constituinte dos sujeitos que produzem, academicamente falando, e têm o poder de imiscuir-se inclusive em nossas escolhas investigativas, porque também querem

possuir autoridade copiosa. Em meio a essas suturas que têm vontade de ser a verdade, a Ciência não é um rochedo localizado acima das batalhas pelo poder, mas ela está no centro dessas celeumas que também envolvem as relações de gênero. Nesse aspecto não se pode ignorar que as distinções de gênero se constituem como realidade que se faz sentir também na produção de saberes, bem como na (re)produção de práticas.

Apoiada em bases humanas a Ciência também é *habitat* das relações de gênero, por esse motivo ela repercute aquela dinâmica que diferencia mulheres de homens, (mulheres de mulheres e homens de homens). É o que vamos perceber quando o foco está na distribuição de pesquisadoras e pesquisadores por faixa etária em âmbito nacional, pois uma pesquisa levantada e divulgada pelo CNPq que retratava os períodos de 2000 a 2004 deixou claro que até os 24 anos de idade, bem como dos 25-29, as mulheres representam a maioria nesse campo profissional, todavia a partir dos 30 até os 65 anos ou mais se acusa uma presença majoritária de pesquisadores.

Embora se observe que o crescimento feminino não tenha deixado de ocorrer, ficou patente que o aumento masculino se deu de maneira mais incisiva. Por outro lado a elevação da quantidade de pesquisadoras atuando no meio científico não pode ser ignorada. Apesar de elas ainda não representarem a maioria, já se pode afirmar que sua ampliação numérica tende a se distender cada vez mais, pois apesar do sistema patriarcal ainda produzir ecos em nossas sociedades, estamos diante de tempos em que o envolvimento da mulher no mercado de trabalho e seu bom êxito na profissão são aspiráveis e considerados legítimos no campo social.

A participação feminina na Ciência não acontece de maneira tranqüila, pois as responsabilidades ligadas ao contexto familiar e doméstico ainda são atribuídas principalmente às mulheres, que devem encontrar maneiras habilidosas de conciliar a esfera familiar e a profissional com êxito. Mediante essa espinhosa tarefa a maioria das pesquisadoras parece eleger o período da faixa etária dos 30-35 anos para se tornarem mães. Esse fato talvez explique a queda no número de mulheres cientistas a partir daquela idade, caso contrário uma mulher poderá ter que cancelar definitivamente a possibilidade de gerar um bebê em seu útero.

Mas a grande questão é que uma pausa para a maternidade e a maternagem gera muitos problemas ao bom desempenho de uma carreira científica e acadêmica, mormente porque o conhecimento tem demonstrado que avança em marcha célere e não estar atualizada/o significa ficar do lado de fora das produções científicas e das demandas que a profissão necessita e exige. Contudo se reconhece que os constrangimentos profissionais

sentidos pelas pesquisadoras em decorrência de uma divisão desconforme do trabalho na seara familiar, vêm sendo à miúdo cauterizados, e para um país que tem suas raízes mais profundas fincadas na formação de uma cultura alçada em fenômenos sociais como o marianismo e o machismo, temos presenciado muitos avanços e mesmo diante da evolução de aproximadamente um milhão de anos protagonizados pela espécie humana, ainda nos causa surpresa os insistentes retrocessos.

Autoras como Santos (2004), Santos, Ichikawa e Cargano (2006) asseveram que tais constrangimentos ainda vigoram pelo fato de cultivarmos um modelo masculino de carreira científica em que ocorrem conflitos femininos entre trabalho e família, posto que esse parâmetro exige dedicação absoluta para uma carreira que se quer ininterrupta. Nesse lugar, parece não haver espaço para a vida fora do eixo profissional, em razão disso, o meio científico cuida de transmitir sutilmente mensagens para o não estímulo à maternidade, donde se conclui que a opção pela condição de mãe se torna incompatível com o parelhamento de uma carreira de sucesso. Essa reprovação faz com que as mulheres deixem para mais tarde ou mesmo acabem escondendo que de fato existe um projeto particular voltado àquele fim, de outro modo desistem temporária ou definitivamente da profissão.

Adicionalmente, os comportamentos e atitudes discriminatórias são prejudiciais mais para elas do que para eles, no que tange à carreira acadêmico-científica. Sob esse prisma a ausência de políticas científicas que tenham como escopo o apoio à família, penaliza com mais intensidade as mulheres. Nesse sentido, não é a suposta “inaptidão feminina” quer no contexto biológico, quer no cultural para lidar com o fazer científico que reforça ciclicamente um baixo índice de produtividade, mas sim a inapropriação das estruturas institucionais (SOARES, 2001).

Essas questões devem ser tocadas com certa cautela porque embora se tenha a melhor das intenções, pode-se estar incorrendo no erro de reforçar preconceitos e discriminações, uma vez que na ânsia de se demonstrar que é possível criar um modelo que negue o androcêntrico e que por isso mesmo tenha como eixo basal o ginocêntrico, pode-se estar afirmando que a mulher deve ser situada em parâmetros considerados unilateralmente femininos. A consequência pode ser a recolocação das mulheres em papéis considerados pouco relevantes e que acabam perpetuando fazeres de estigma sexista no terreno da Ciência, ou seja, novamente se volta para a referência masculina como regra.

A evolução correspondente a cada biênio compreendido durante os anos de 1995 a 2004, relativa à quantidade de pesquisadoras e pesquisadores que assumiram os cargos de liderança no interior dos grupos de pesquisa brasileiros, abrange ainda mais a discussão de uma

Ciência que possui uma frente masculina, pois a patrilineagem na academia faz pressentir que o sexo masculino constantemente tem garantido presença superior comparativamente às mulheres no decorrer daquele período, mesmo que elas deixem claro que numericamente alcançaram um crescimento mais acelerado e com isso começaram a dar mostras de que no futuro a Ciência não mais se configurará como um sítio dominado amplamente pelo gênero masculino.

Essa predominância masculina na liderança dos grupos de pesquisa, também é notada nos cargos de maior prestígio salarial no campo acadêmico, ou seja, quanto mais elevado é o grau que delega poder de decisão, menos mulheres serão encontradas assumindo posições de liderança. Autoras como Tavares (2005), Velho e Prochazka (2003) chegam a afirmar que a presença majoritária de homens nos cargos que demandam ações deliberativas tem íntima ligação com o fato de existirem menos mulheres compartilhando funções de autoridade máxima seja nos grupos de pesquisa, seja nos cargos considerados de altas atribuições.

Atentas/os a essas questões, pode-se declarar com firmeza que mesmo diante da constante dilatação dos números de crescimento que denunciam uma elevação participativa do sexo feminino na Ciência, não há de fato uma equidade de gênero, pois fica patente que existe ascensão limitada de pesquisadoras no setor acadêmico em vista dos impedimentos que vão desde uma responsabilidade doméstica que se absurdiza historicamente, até os entraves interventores que dificultam o galgar dos escalões mais elevados na profissão.

Tendo essa bipolarização desigual em mente, ao olhar com atenção para os grupos de pesquisa que trabalham com as relações de gênero, não restam dúvidas de que nesse espaço o quantitativo que aponta para a liderança feminina é admiravelmente superior em relação ao masculino, onde as pesquisadoras coordenam em maioria nos 26 (92,85%) dos 28 grupos catalogados no ano de 2006 através do site de responsabilidade do CNPq.

Um primeiro aspecto fundamental para justificar a massiva atuação de pesquisadoras em estudos sobre gênero, tem procedência na atuação excepcional de mulheres feministas quando se dava os passos iniciais em direção a um tipo de produção que retratasse apenas as mulheres, em decorrência de tão alienáveis tempos que promoviam ocultamento ao julgado refugio “não-masculino”. Outro fator interveniente pode ser representado pela própria condição de gênero vivenciada no cotidiano dessas mulheres pesquisadoras que procuram de alguma maneira (re)conhecer, compreender, explicar e superar tal realidade que conscientemente sabem não ter brotado das entranhas da academia, mas também que dela podem surgir outras conotações que colidem com as presunçosamente estabelecidas.

Ao navegar pela produção científica generificada, compreendeu-se que a Ciência é uma atividade inegavelmente humana. Nesse sentido, por ser erigida com pulsos femininos e masculinos ela descartou qualquer possibilidade de ser neutra e se concretizou como aquela que aceita algumas verdades transitórias (CHASSOT, 2006b).

Por não possuir a verdade a Ciência está longe de ser onipotente ou considerada a forma mais correta de lidar com a riqueza das relações humanas, posto que existem outras maneiras de se ler o mundo, como por exemplo através de mitos, religiões ou saberes populares, que igualmente não devem ser impostas como as mais adequadas, mas sim enquanto possibilidades que cada uma/um de nós pode se afeiçoar e aprofundar para dar conta da realidade que nos cerca. Sem qualquer intenção de lançar deméritos às demais formas de leitura do mundo, aqui o campo científico foi escolhido designadamente para pensarmos que as relações de gênero também animam essa instância.

Dessa posição decorre que as explicações científicas são fatos erigidos socialmente a partir de múltiplos alinhavos traçados por diferentes pessoas, que representam fortes influências sobre as motivações pessoais tanto no que diz respeito à escolha de uma determinada carreira científica como nos objetos e problemas a serem pesquisados. Nesse domínio participam gênero, raça, classe social, faixa etária, nacionalidade, etnia, local de moradia, tipo de escola freqüentada, relações familiares, princípios morais.

O itinerário desta investigação revelou que os grupos de pesquisa que de alguma maneira assumem a temática gênero em suas pesquisas, contribuem sobremaneira para que essa discussão ganhe mais corpo na produção científica do país. Os números apresentados neste estudo mostraram-se bastante elucidativos, no sentido de não deixar suspeitas no quanto os grupos estudados são relevantes para a produção e divulgação do conhecimento científico, seja no meio acadêmico ou não, uma vez que eles unem pessoas qualificadas em torno de um objetivo comum e mostram que têm força para colocar uma instituição ou um país entre os mais respeitados no meio científico.

Quando se direciona o olhar para o quanto se priorizou a temática gênero nos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará, leva-se em conta os dados que se encontram abertos para visita virtual nos sites do CNPq <http://www.cnpq.br/index.htm> e <http://lattes.cnpq.br/curriculo/htm>, através dos quais foram reunidas e analisadas informações a respeito das produções de pesquisadoras e pesquisadores da supracitada instituição.

Na vereda deste mapeamento desenhado por mulheres e homens qualificadas/os para a pesquisa, averiguou-se que a UFPA apontou para o crescimento quantitativo de

pesquisadoras/es em seus domínios. Essa realidade foi sentida de maneira desigual quando se torna mais amplo o nosso ponto de convergência em comparação a outras instituições do país.

Outra comprovação que demonstrou níveis de coincidência com paisagens nacionais teve ligação com o sexo de pesquisadoras/es, pois eles representavam maioria quando a categoria referiu-se à presença majoritária, no entanto elas alcançam o maior número no momento em que o crescimento numérico foi avaliado. Os números que sopram a favor de uma elevação cada vez maior de cientistas mulheres em atividade no lócus acadêmico indicam que elas persistem na busca de melhor qualificação profissional, de maneira mais intensa, e se continuarmos vendo tal crescimento não somente haverá mais produções de criação feminina, como uma Ciência tonalizada em grande medida por pesquisadoras.

Em busca de um material que fosse resultado do levantamento executado por pessoal qualificado da UFPA, solicitou-se à PROPESP e à PROPLAN o fornecimento dos números que assinalavam a quantidade de pesquisadoras e pesquisadores atuantes naquela Universidade. Para desapontamento da pesquisadora, foi informada a inexistência de tais dados em uma instituição de tão grande apreço para o país e, mormente para a região Norte. É preciso salientar que já passa uma década do tempo em que se resolveu abrir “a caixa preta dos indicadores” (COSTA, 2006, p. 4) e revelar quantas afinal nós somos. Esse processo teve seu início com a Conferência de Beijing em 1995, reiterada pela Conferência sobre Ciência em Budapeste, no ano de 1999.

Mas apesar desses acontecimentos, como se nota esse compromisso não parece ter sido assumido como um recorte necessário para todos os órgãos investidos da responsabilidade de construir indicadores estatísticos. Porventura, não há prioridade em se confirmar que as mulheres têm pouca representatividade na Academia e Ciência, muito menos haja preocupação em reconsiderar a carreira, mexer nas suas prioridades. Pensa-se que desagregar as estatísticas dos sistemas informativos brasileiros de maneira a consentir análises comparativas entre os gêneros, seria uma iniciativa básica a ser efetivada.

Ao fazer uma relação dos grupos de pesquisa pertencentes à UFPA e registrados junto ao CNPq, detectou-se que dentre 157 deles, 5 têm contribuído para a discussão das questões de gênero, todos estão incluídos na grande área do conhecimento intitulada de Ciências Humanas (Antropologia, Ciência Política e Educação) e exibem um número superior de pesquisadoras (25) em detrimento do quantitativo masculino (7). Nesse universo, a liderança feminina aparece representada em todos os grupos, onde elas assumem comando de 8 coordenações e eles de apenas 1, que ainda é compartilhada com outras (3) pesquisadoras. Com efeito, assim como esses intelectuais demonstraram estar em poucos números no

comparecimento de pesquisas que lidam com o gênero, eles também são pouco frequentes na assunção dos cargos de liderança nesses grupos.

De modo geral, esses grupos deram sinal de que realizavam diferentes abordagens às apreciações sobre o gênero, em razão dos objetivos que reuniram aquele conjunto de pessoas, do contexto que principiou seu início, área de atuação e interesses provenientes de cada componente do grupo. Em decorrência dessas peculiaridades, as/os paraenses têm um atraente mosaico de conhecimentos produzidos com a colaboração dos estudos de gênero, convidativo ao envolvente desafio de refletir sobre a realidade que nos cerca não apenas enquanto sujeitos generificados, mas também como brasileiras/os, nortistas, negras/os, eleitoras/es, pesquisadoras/es, entre outros.

No zeloso compilamento da produtividade embalada pelos estudos de gênero e regida no currículo *Lattes* de cada participante dos grupos paraenses anunciados nessa investigação, destacou-se que durante os anos de 1995 a 2006 obtiveram aprovação de 123 projetos de pesquisa, dos quais 38 estavam relacionados a temática gênero. Tal investimento deixa transparecer que os grupos da UFPA têm trabalhado de maneira assídua, pois eles contabilizaram uma proporção de valores próximos a 3 projetos anuais com fomentos garantidos.

No decorrer dos 11 anos sob análise, ficou claro que as pesquisadoras marcaram presença numerosa naquelas pesquisas aprovadas com 115 participações, ao contrário dos pesquisadores que tomaram parte de apenas 5. Da mesma forma, a coordenação da maioria dos projetos citados ficou a cargo das mulheres que asseguraram 120 lugares, de maneira oposta os homens abraçaram somente 3 daqueles cargos, de cujas investigações não tinham qualquer ligação com as questões de gênero.

A dúvida sobre o quanto a temática aqui anunciada havia encontrado projeção nas produções acadêmicas efetuadas durante os anos 1995 a 2006, foi suprimida através das declarações encontradas nos currículos *Lattes* dos sujeitos com o perfil em questão. Esse instrumento fez transparecer que a quantidade de artigos completos publicados em periódicos nacionais e internacionais tinha urgência em ser mais reforçada, uma vez que os índices sinalizavam para a média de 2 publicações anuais em nível nacional e 2 internacionais, só que no decorrer dos onze anos em análise, neste último caso notamos uma compressão bastante enérgica em decorrência de que em grande parte do tempo não ocorreram publicações.

Quando o enfoque se deslocou para as publicações em livros ou capítulos de livros, as informações nos currículos mostraram que os estudos de gênero ganharam um novo ânimo com um total de 68 trabalhos divulgados dos quais 18 foram livros e 50 capítulos, esse

material é digno de ser anunciado como um dos grandes feitos realizados pelos grupos de pesquisa em destaque na UFPA, considerando-se ainda a morosidade do processo que implica na solidificação de um livro em um país onde poucas/os são leitoras/es.

Dos trabalhos completos contagiados pelas questões de gênero e publicados em anais de eventos, deduz-se que no transcorrer de um período de 11 anos foram tornados públicos somente 28 textos, ou seja, um índice de prováveis 2,33% trabalhos a cada ano, números surpreendentes diante do quantitativo de livros e capítulos de livros que vimos anteriormente. Já com relação aos resumos difundidos em anais de eventos durante o mesmo espaço de tempo, causou admiração as 84 apresentações concisas do conteúdo de artigos, tal revelação provocou incertezas sobre o destino que tiveram os textos resultantes desses resumos.

Na esfera dos trabalhos técnicos realizados por pesquisadoras e pesquisadores dos grupos paraenses, foram anunciadas um total de 155 atividades que revelaram o grande vigor daquelas/es cientistas ao assumirem os diversos tipos de trabalhos que essa categoria exige para além das outras obrigações inerentes à carreira.

O balanço fundamentado em dados sobre o nível de publicações de textos em jornais de notícias/revistas demonstrou um pequeno índice de preocupações com essa categoria, pois somente 14 daqueles trabalhos foram anunciados nos currículos. Os baixos níveis de produtividade também foram constatados em produções de cunho artístico e cultural, onde apenas 10 tiveram materialização.

Considerando-se a presença de 32 pesquisadoras/es distribuídas/os por 5 grupos de pesquisa, é desalentador esse quadro de divulgação dos trabalhos que produzem conhecimentos científicos embasados nas questões de gênero, pois a meu ver as publicações aquinhoadas em jornais, revistas e nos outros veículos de perfil artístico e cultural são de grande abrangência e empatia, pois ultrapassam os muros das academias e chegam aos mais diversos lugares e pessoas, podendo inclusive provocar curiosidades e discussões interessantes sobre as relações de gênero e sua inserção na vida cotidiana, invadindo os mais diversificados meios sociais. Nesse sentido, a dispersão desse debate para além dos privilegiados círculos acadêmicos torna-se inescusável à oxigenação do conhecimento científico, por esse motivo os grupos aqui sondados devem criar estratégias de investimento nos espaços de comunicação em destaque.

No tópico sobre a participação de pesquisadoras/es, dos 5 grupos aqui referendados, em orientações de IC, TCC, monografias, dissertações e teses, ficou evidenciado que 122 orientações estavam espalhadas durante os anos de 1995 a 2006, sendo registradas nos currículos *Lattes* de quem se fez presente norteando o trabalho que deve ser apresentado no

final de cada curso pela/o formanda/o. Em meio à distribuição e ordenação dos números pelas modalidades descritas acima, inferimos que havia um acúmulo de orientações em dois níveis formativos, na graduação (IC e TCC) e no mestrado (dissertações), ao retomarmos a leitura dos currículos, notamos que tal fenômeno foi insuflado pelo fato de grande parte das/os intelectuais, que aceitaram o desafio de conduzir uma produção acadêmica junto a uma/um estudante, estarem vinculadas/os tanto a graduação, quanto a programas de pós-graduação.

Ao compilar todas as produções, deparamo-nos com participações femininas em números muito maiores quando relacionados à masculina, aonde elas chegaram a conquistar a extraordinária marca de 636 participações enquanto eles ficaram restritos a 18. Esse primado do sexo feminino dentro dos grupos reflete uma estampa característica do espaço nacional, pois embora haja pesquisadores do sexo masculino investigando questões ligadas ao gênero, o quantitativo de colegas pertencentes ao sexo oposto é habitualmente bastante superior.

No lastrear dessas análises ficou claro que durante o cintilar dos tempos históricos que compreenderam os anos de 1995 a 2006, os grupos de pesquisa vinculados à UFPA que apresentaram, entre suas características, o interesse por investigações ligadas à temática gênero, tornaram público através das informações que prestaram ao CNPq que vêm contribuindo de maneira muito positiva para a produção e divulgação do conhecimento científico em torno do gênero.

Essa expressiva conquista, não obstante ao pouco número de grupos atuantes, é responsável pela importante projeção nacional que a UFPA ganha quando se verifica sua colocação entre outras instituições brasileiras ao apresentarem grupos que se envolvem com discussões acerca do gênero. Tal destaque solidifica o desejo subversivo daquelas/es que apesar de um marcante histórico formativo assinalado por um currículo androcêntrico, no qual a tríade conhecer, ensinar e aprender estavam (estão!) encapsuladas sob a orientação masculina (SILVA, 1995), persistem em produções não masculinamente organizadas, pois esse ponto de vista retoma as relações de dominação patriarcal ainda vigorante na realidade brasileira.

Mas é preciso que os estudos de Ciência e gênero se entrelacem mais, não somente no Pará como também no Brasil, superando a sobreposição de uma Ciência que incorporou princípios que remam no contra-fluxo da história como a neutralidade, a objetividade, a racionalidade e a universalidade; a existência de um pequeno número, em relação ao universo total, de mulheres e homens dispostas/os a produzir conhecimentos sobre o gênero e o isolamento intelectual de mulheres feministas que abordam a temática, fazendo com que os

estudos sobre gênero acompanhem com intensidade os desdobramentos científicos. (OSADA, 2006).

As discussões seminais entre pesquisadoras e pesquisadores neste campo devem repelir a dupla disritmia apoiada pelo interstício masculino *versus* feminino que parece ainda marcar os estudos de gênero, onde o homem aparece como o universalmente aceito e a mulher fica desprezada ao papel de vítima, ou elas figuram como auto-referência rejeitando qualquer possibilidade de diálogo com eles. Evitar esses construtos narcisicamente centrados provavelmente trará mais pesquisadores para adentrar nessa discussão contribuindo para remover o hiato de gênero que constatamos nas estatísticas dos grupos de pesquisa analisados.

Reuniu-se aqui um acervo considerável de produtos da pesquisa paraense que nos estimulam a refletir sobre o que significa esse rico conjunto que envolve os estudos de gênero na Universidade Federal do Pará. Com muito brilhantismo, esses trabalhos têm encontrado vários canais de divulgação e avolumamento através dos grupos de pesquisa que nomeadamente encontram-se cadastrados no CNPq, franqueados a todas/os aquelas/es que estejam dispostas/os a conhecê-los e interpretá-los.

Aqui não se desconsidera que as atividades de pesquisa também estão localizadas fora dos domínios de programas de pós-graduação, uma vez que as universidades localizadas na cidade de Belém (PA) possuem muitos cursos que provavelmente contam com graduandas/os que realizam estudos no campo do gênero, bem como outras instituições que fazem girar as engrenagens da pesquisa na região. Tampouco afirmo que a temática gênero seja investigada com acuidade somente por pesquisadoras/es doutoras/es envolvidas/os em grupos de pesquisa, pois a UFPA tem um grande cabedal de especialistas, mestras/es e doutoras/es que não estão vinculadas/os a grupos.

Neste provisório balizar final, a pesquisadora recorda que sua trajetória de vida esteve permeada pelas muitas vezes incômodas relações de gênero, pois sua evidente condição feminina lembrava-lhe que estava presa à regras explicadas por um motivo revestido de naturalidade: “Porque você é menina!”. Os tempos foram passando e a menina ganhou feições de mulher, porém se sentia mais importunada ainda por não querer aceitar aquelas regras que a seu ver se faziam mais tirânicas e continuavam direcionando respostas idênticas como: “Porque você é mulher!”. Ao escolher o curso de Pedagogia se surpreendeu com o grande número de mulheres nos corredores do bloco de aulas e nos eventos científicos, entretanto essa realidade se invertia assustadoramente nos textos, nos teóricos e nos currículos que eram/são androcêntricos.

No mestrado não foi diferente, com o casamento as relações de gênero mais uma vez a recordavam que ser mulher, esposa, filha e enveredar pelos caminhos da pesquisa seria tarefa árdua. A carreira que escolheu aos olhos de algumas pessoas que estão dentro ou fora do mundo acadêmico não é coisa para mulher, nesse sentido estudar é deixar de cumprir com as responsabilidades de esposa associada diretamente ao lar. Nesse caminhar viu muitas vezes esse discurso tentar desvalorizar, de maneira inassimilável, sua pesquisa e seus objetivos profissionais futuros.

Defrontar com essas relações que misturam e confundem sua vida pessoal como um caminho em que busca firmação como pesquisadora lhe fez amadurecer e procurar enxergar onde estava o âmago de tudo isso, mas logo percebeu que ele se (re)fazia também por meio de sua própria contribuição. Nesse sentido, essa investigação que ocorreu em meio a seus dramas pessoais, defrontava-lhe o tempo todo com as concepções de cunho feminista e machista que para ela ora se digladiavam, ora se conformavam, mas que não deixaram de atuar, renovar-se e coexistir.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

ALVAREZ, Sônia. **Gênero é sinônimo de mulher?** Disponível em: <<http://www.rede.mulher.org.br/forum2.htm>>. Acesso em: 07 jun. 2006.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

AMÂNCIO, Lígia. **Feminismo**. Disponível em: <http://www.ifl.pt/dfmp_files/feminismo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2006.

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Estudos Feministas**, Florianópolis: Copyright, v.11, n. 2, p. 399-422, Jul./Dez., 2003.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. 2. ed. São Paulo: ECOS/Ed.34, 2001.

BARBOSA, Márcia. **Mulheres são maioria na educação, mas não chegam ao topo na carreira profissional**. Entrevista concedida à Germana Barata da Revista Ciência e Cultura. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, 2005. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~barbosa/c.cultura.interview.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

BARBOSA, Mirtes Lia Pereira; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **Em busca da ordem: tempos, espaços e o disciplinamento dos corpos nas práticas escolares**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

BARRETO, Francisco César de Sá. **O futuro da Pós-Graduação brasileira**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo-IEA, [2004 ou 2005]. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/observatorios/educacaosuperior/pesquisaposgraduacao/sabarretofuturodapos.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2006.

BEAUVOIR, Simone. **Lê deuxième sexe**. Paris: Éditions Gallimard, 1949.

_____. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Boudieu**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (Dezembro 2004). **V Plano Nacional de Pós-Graduação: 2005-2010**. Brasília. MEC/SESU/CAPES. Disponível em: http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteúdo/PNPG_2005-2010pdf. Acesso em: 29 ago. 2005.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** In: BALTAR, M. I. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, persistências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____; UMBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). Os Programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: _____. (orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/Ed. 34, 2002.

CAMPAGNOLO, Maria da Graça Moraes Bittencourt. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

CANCELA, Cristina Donza. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

CARVALHO, Marília Pinto de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Autores Associados, n. 2, p. 77-84, mai.-ago. 1996. (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

_____. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC, Editora 34, 1998.

CARVALHO, Ana Paula Soares. As mulheres no campo científico: uma discussão acerca da dominação masculina. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7. **Anais...** 2006, Florianópolis-SC. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2007.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 98)

CHASSOT, Attico. **A Ciência é masculina? É sim, Senhora!** 2. ed. Porto Alegre-RS: Editora UNISINOS, 2006a.

_____, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. 13., 2006, Recife-PE. Educação formal e não formal, processos formativos, saberes pedagógicos: desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006b, p. 163-180.

COELHO, Wilma de Nazaré Baia. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

CONRADO, Mônica Prates. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

COMCIÊNCIA - REVISTA ELETRÔNICA. Mulheres na Ciência: nas humanas, elas são maioria, mas chegar ao topo ainda é difícil. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/03.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Disponível em: <http://www.cnpq.gov.br>. Acesso em: 03 jan. 2006.

_____. **Bolsas no país.** Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/bolsasnopais>. Acesso em: 16 mar. 2007.

_____. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes.** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/curriculo/7>. Acesso em: 02 mar. 2007.

_____. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/busca_operacional/menu_grupo.htm>. Acesso em: 10 dez. 2006.

_____. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/senso2004/sumula_estat/2004/p_area.htm>. Acesso em: 19 dez. 2006.

_____. Disponível em: < <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>> Acesso em: 10 dez. 2006.

_____. Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/censo2004/sumula_estat/index_grupo.htm. > Acesso em: 07 jul. 2006.

_____. Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/censo2004/séries históicas/p_por_regiao.htm. > Acesso em: 19 dez. 2006.

_____. Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/busca_operacional/menu_grupo.htm>. Acesso em: 10 dez. 2006.

_____. Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/censo2004/sumula_estat/p_sexo_idade.htm>. Acesso em: 13 dez. 2006.

_____. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/censo2004/sumula_estatistica/index_pesquisadores.htm>. Acesso em: 19 dez. 2006.

_____. Disponível em: < http://dgp.cnpq.br/busca_operacional/>. Acesso em: 10 dez. 2006.

_____. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.** Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0044708Z9GQ2BJ>. Acesso em: 02 mar. 2007.

COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/dez/N_14032006S.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

_____. **Banco de Teses 2004.** Disponível em: <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20047542006015003P0>. Acesso em: 21 jan. 2007.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos de pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. Pesquisa e produção do conhecimento em educação: uma radiografia baseada no perfil curricular do corpo docente. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima (Org.) **Pesquisa em educação no Pará**. Belém: ADUFPA, 2003.

_____. **Des(a)fiando a teia, desenlaçando o drama: o enigmático processo de orientação das dissertações e teses nos programas de pós-graduação em Educação**. Projeto de Pesquisa. Belém, 2006. (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo-NEPEC).

CORRÊA, Roberto Ribeiro. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 54, p. 5-15, ago., 1985.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 maio 2007. Pré-publicação.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. In: **Revista Brasileira de Educação: 40 anos da Pós-Graduação em Educação**, São Paulo: Autores Associados, n. 30, p. 07-19, set.-dez. 2005. (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

OLIVEIRA, Damião Bezerra. **As dimensões ensino e pesquisa enquanto premissas institucionais da formação acadêmica no arquipélago Universidade Federal do Pará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, Belém, 2007.

D'INCAO, Maria Ângela. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar 2007.

ESTUMANO, Evanildo Moraes. **Uma vida, duas vidas, muitas vidas: diferenciações de gênero no cotidiano de camadas médias urbanas**. 2004. 83 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

EVANGELISTA, Olinda. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (Orgs.) **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002.

FAGUNDES, Tereza Cristina P. C. Identidade e relações de gênero. **Cadernos de Pesquisa/Núcleo de Filosofia e História da Educação**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa, Salvador, v. 3, n. 1, p. 169-185, jan./dez., 1999.

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: pedagogias culturais em circulação. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNÁNDEZ, Alicia. Discursos sobre o corpo. In: _____. **A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem.** Tradução Neusa Kern Hickel. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

FINCO, Daniela. Educação infantil, gênero e brincadeiras: das naturalidades às transgressões. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu-MG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/28/textos/gt07/gt0745int.rtf>>. Acesso em 22 set. 2006.

FRIEDMAN, Betty. **The feminine mystique.** Londres: Pequin, 1963.

GIROUX, Henry A; McLaren Peter L. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos Cursos universitários e Pós-Graduações: desconstruindo a idéia da Ciência como reserva masculina. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, **Anais...**, Florianópolis-SC. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2007.

HOMEM E MULHER. Fantástico: sua revista eletrônica. Rio de Janeiro, 19 jul. 2004. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jonalismo/Fantastico/0,,AA923999-4005,00.html>>. Acesso em 29 nov. 2006.

HEIBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio. Em cena, os homens... **Revista de Estudos Feministas.** Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ, v. 6., ano 6., n. 1., p. 370-374, 2. sem. 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>> Acesso em: 17 set. 2006.

JARDIM, Silvia Regina Marques; ABRAMOWICZ, Anete. Tendências da produção paulista sobre gênero e educação: um balanço de dissertações de mestrado. **Revista Brasileira de Pós-Graduação,** v. 2, n. 3, p. 93-117, mar. 2005. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/96_117_tendencia_producao_paulista_genero_educacao.pdf>. Acesso em: 26 out. 2006.

LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEGATO, Marianne J. **Por que os homens nunca lembram e as mulheres nunca esquecem?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Pensar categorias em história da educação e gênero. **Projeto História,** São Paulo, Educ, n.11, p. 7-18, nov., 1994.

LOPES, Maria Margaret. Gênero e ciências no país: exceções à regra? COMCIÊNCIA - REVISTA ELETRÔNICA. Mulheres na Ciência: nas humanas, elas são maioria, mas chegar ao topo ainda é difícil. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/03.shtml>. Acesso em: 07. jan. 2007.

LOURENÇO, Ricardo Sebastião. Estatísticas demográficas de pesquisadores [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ricardo.lourenco@capes.gov.br> em 14 dez. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n.11, p. 31-46, nov. 1994.

_____. A escola e a pluralidade dos tempos e espaços. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Escola básica na virada do século**. Cultura, política e currículo. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995.

_____. Nas redes do conceito de gênero. In: MEYER, M. J.; WALDOW, D.E. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. Gênero e magistério: identidade, história e representação. In: CATANI, Denice Bárbara, et al (Orgs.). **Docência memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____; MEYER, Dagmar Estermann (orgs.). Dossiê gênero e educação. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, 2º semestre 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 mar. 2006.

_____. Conhecer, pesquisar, escrever... In: ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, V., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba-PR. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ppge/anpedsul/html>>. Acesso em: 07 nov. 2004.

MACHADO, Ana Maria Netto; ALVES, Vânia. Caminhos ou (des)caminhos da Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu-MG. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/gt11>>. Acesso em 22 set. 2006.

MACLAREN, Peter. Raça, classe e gênero: porque os estudantes não têm sucesso? In: _____. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Tradução Lúcia Pellanda Zimmer et al, 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, s.l., v. 2, n. 3, p. 7-29, mar., 2005. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/07_29_formacao_doutores_brasil_mundo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2006.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

MAUÉS, Marilene Silva; SANTOS, Shyrley Patrícia Fiel. **Formação de professoras em escola profissional em Abaetetuba-PA nos anos 50 e 60**. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MELLO, Alex Bolonha Fiúza de. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann, RIBEIRO, Cláudia & RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Gênero, sexualidade e educação: ‘olhares’ sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E., 2004. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., **Anais...** 2004, não paginado, Caxambú. Disponível em: <http://www.anped.org.br/27/diversos/te_dagmar_meyer.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2005.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

MILLET, Kate. **Sexual politics**. Londres: Hart-Davis, 1969.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

NASCIMENTO, Maria Cardoso. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

NETO, Mariana Moreira. O poder em Foucault e o poder nas mulheres. **Par'a'iwa**: Revista de Pós-Graduandos de Sociologia da UFPB, 2001. mar. 2004. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/paraiwa/01-moreiraneto.html>>. Acesso em 29 dez. 2004.

OHARA, Scarleth Yone. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

OLIVEIRA, Marluce. **Espetáculo pareserumano**. Belém: Instituto Universidade Popular, 2006.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ, ano 6, v. 6, n. 1, p. 91-111, 1 sem. 1998.

OSADA, Neide Mayumi. **Entrevista à cidade do conhecimento**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/blog/2006/09/29/244/>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

PASCHOALI, Cristiane. **Mulheres e ciência**. São Paulo, 25 out. 2005. Disponível em: <<http://listas.softwarelivre.org/pipermail/psl-mulheres/2005-October/001487.html>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

PASTORE, Karina; NEIVA, Paula. A medicina revela a mulher de verdade. **Revista Veja**. São Paulo, Editora Abril, ano 40, n. 9, p. 78-85, edição 1998, mar. 2007.

PEASE, Allan; PEASE, Bárbara. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?** Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. [S. l.]: [s.n.], 1989.

PIMENTA, Selma Garrido; LISITA, Verbena Moreira Soares de Sousa. Pesquisas sobre professores e sua formação: uma análise de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação da FEUSP – 1990 a 1998. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 24, p. 87-109, 2004.

PIRES, Vera Lúcia. Do machismo ao gênero: as relações dialéticas entre as feminilidades e as masculinidades transformam mulheres e homens?. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., **Anais...** 2006, Florianópolis. Gênero e preconceitos. Florianópolis: UFSC/UDESC, 2006, não paginado. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paula Carvalho. A Pós-Graduação em Educação no Norte e Nordeste: Desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**: 40 anos da Pós-Graduação em Educação, São Paulo: Autores Associados, n. 30, p. 70-81, set.-dez., 2005. (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação).

RAVENA, Nírvia. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

ROMÊO, José Raymundo Martins; ROMÊO, Christiane Itabaiana Martins; JORGE, Vladimir Lombardo. **Estudos de Pós-Graduação no Brasil**. Instituição de Ensino Superior IESALC, 2004. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/postgradados.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, jan./jun., p. 47-68, 2001a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100004&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2006a.

_____. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ, ano 9, p. 515-540, 2 sem. 2001b.

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Revista de Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ, ano 9, n. 1, p. 09- 21, 2. sem. 2001. Disponível em: < <http://www.revistaestudosfeministas.com.br>>. Acesso em: 02 set. 2004.

SABBATINI, Renato. **As mulheres na Ciência**. Campinas, 1998. Disponível em: <http://www.sabbatini.com/renato/correio/ciencia/cp980619.htm>. Acesso em: 13 dez. 2006.

SALES, Germana Maria Araújo. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

SANTOS, Eunice Ferreira dos. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

SANTOS, Gina Gaio dos. O gênero na Ciência: o caso particular da Universidade do Minho. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., **Anais...** 2004, Universidade do Minho. Associação Portuguesa de Sociologia, Braga. Disponível em: <http://www.aps.pt/IVcong_actas/Actao97.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2006.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Pedagogias do corpo: representação, identidade e instâncias de produção. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Lucy Woellner dos; ICHIKAWA, Elisa Yoschie; CARGANO, Doralice de Fátima (Orgs.) **Ciência, tecnologia e gênero**. Curitiba: Iapar, 2006.

SANTOS, Márcio Antônio Raiol dos. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

SAVIANI, Demerval. A Pós-Graduação em educação no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.1, n.1, p. 1-25, jan./jun., 2000. Disponível em: http://www.pucpr.br/comunicacao/revistas_cientificas/dialogo_educacional/pdf/n_1/artigo3.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SHOWALTER, Elaine. **Feminismo em tempos pós-modernos** (introdução ao feminismo como crítica da cultura). Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/pacc/literaria/Introfem.html>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

SILVA, Flávio Caetano da. Gênero, memória e formação de professores do Ensino Fundamental. **DIALÓGICA: Revista Acadêmica Digital dos Cursos de Pedagogia e Comunicação Social da FAM- Faculdade Americana**. São Paulo, ano 1, n.1, jan./jul. 2005.

SILVA, Josenilda Maria Maués da. **Escolarização e produção de subjetividades: capturas e sedições**. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Susana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**. Barcelona, Universidade de Barcelona, n. 262, 15 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-262.htm>>. Acesso: 15 nov. 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

SOARES, Thereza Amélia. **Mulheres em Ciência e tecnologia: ascensão limitada**, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?scrit=sci_arttext&pid=S0100-40422001000200020&Ing=es&nrm=iso. Acesso em: 16 dez. 2006.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de; BUENO, Belmira Oliveira. Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Editora Autores Associados, n. 2, maio-ago. 1996. ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

_____, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, ago. 1999.

STASEVSKAS, Kimy Otsuka. **Travessias do feminino: potencialidades no mundo**. 2004. 160 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/tesesdisponiveis/6/6136/+de-09122004-170445/pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2006.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: SAVIANI, Dermerval; CUNHA, Luiz Antônio; CARVALHO, Marta Maria chagas de (Orgs.). **Revista Brasileira de Educação: 500 anos de educação escolar**. Campinas: Editora autores associados, n. 14, maio-ago. 2000. ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

TAVARES, Isabel. **Mulheres na Ciência**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://mulheres.softwarelivre.org/news/4876/print>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: _____. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOSI, Lucia. A mulher nas Ciências da Natureza. In: SILVA, Lea M. et al. **A trajetória da mulher na universidade de Minas Gerais e Belo Horizonte**, 1987, n. 4. (Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Portal eletrônico, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/portalufpa/historicoestrutura.php>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

_____. Portal eletrônico, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/portalufpa/internaPROPLAN.php>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

VASCONCELOS, Fábio; ANDRADE, Maria Celeste de Moura. **A mulher professora: gênero e constituição da identidade docente**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/27/ge23/t234.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2006.

VELHO, Léa; PROCHAZKA, Maria Viviana. **No que o mundo da Ciência difere dos outros mundos?** Mulheres na Ciência. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/03.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

VELLOSO, Jacques (Coord). A Pós-Graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 517, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22516.pdf>>. Acesso em 26 out. 2006.

_____. Aspectos da formação de cientistas no país: evidências, êxitos e desafios. In: SCHMIDT, Benício Viero; OLIVEIRA, Renato de; ARAGON, Virgilio Alvarez. **Entre escombros e alternativas: ensino superior na América Latina**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 2000.

VELTHEM, Lúcia Hussak Van. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: FILHO, Luciano Mendes Faria; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **Revista brasileira de educação: 500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

VIEIRA, Edir Veiga. **Currículo do Sistema de Currículo Lattes**. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br/curriculo/>>. Acesso em: 02 mar. 2007.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/vqn2/8635pdf>. Acesso em 20 mar. 2006.

YANNOULAS, Silvia Cristina et al. Feminino e academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

ZILBERMANN, Regina. Orientação: a aventura compartilhada. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria (Orgs.) **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – Grupos de Pesquisa, cadastrados no DGP, que abordam a temática gênero na Universidade Federal do Pará.

**Grupos de estudos e Pesquisa Eneida de Moraes Sobre Mulher e Relações de Gênero
(GEPEM)**

Líderes

Maria Luzia Miranda Álvares – luzia_alvares@uol.com.br

Eunice Ferreira dos Santos – efsantos@ufpa.br

Pesquisadoras doutoras

Ana Cleide Guedes Moreira – anac@ufpa.br

Cristina Donza Cancela – donza@ufpa.br

Germana Maria Araújo Sales – sags@uol.com.br

Lúcia Hussak Van Velthem – lvelthem@museu-goeldi.br

Maria Ângela D’Incao – madincao@uol.com.br

Maria Angélica Motta Maués – angelicamaues@uol.com.br

Maria Antonia Cardoso Nascimento - antoniac@amazon.com.br

Maria Cristina Alves Maneschky – cristina@ufpa.br

Maria de Nazaré dos Santos Sarges – sarges@nautilus.com.br

Mônica Prates Conrado – mconrado@ufpa.br

Scarleth Yone Ohara – arana@amazon.com.br

Cidade, Aldeia e Patrimônio

Líderes

Jane Felipe Beltrão – janelbeltrao@uol.com.br

Cristina Donza Cancela – donza@ufpa.br

Pesquisadoras/r doutoras/r

Carmem Izabel Rodrigues – cir@ufpa.br

Cybelle Salvador Miranda – cybelle@ufpa.br

Flávio Leonel Abreu da Silveira – flabreu@ufpa.br

Grupo de Estudos Eleitorais e Legislativos do Estado do Pará (GEELPARÁ)

Líderes

Maria Luzia Miranda Álvares – luzia_alvares@uol.com.br

Roberto Ribeiro Corrêa – rocorrea@uol.com.br

Pesquisadoras/es doutoras/es

Alex Bolonha Fiúza de Mello – afdmello@ufpa.br

Carlos Augusto da Silva Souza – carlossouza@ufpa.br

Edir Veiga Vieira – edirveiga@uol.com.br

Maria da Graça Moraes Bittencourt Campagnolo – mariacampagnolo@terra.com.br

Nírvia Ravena – nivearavena@uol.com.br

Antropologia, Relações Raciais e de Gênero

Líder

Maria Angélica Motta Maués – angelicamaues@uol.com.br

Constituição do Sujeito, Cultura e Educação (GP ECOS)

Líderes

Sônia Maria da Silva Araújo – somentesonia@hotmail.com

Laura Maria Silva Araújo Alves – laura_alves@uol.com.br

Pesquisadoras/es doutoras/es

Eunice Ferreira dos Santos – efsantos@ufpa.br

Márcio Antônio Raiol dos Santos – marcioraiol@bol.com.br

Sérgio Cardoso de Moraes – scmoraes@ufpa.br

Wilma de Nazaré Baía Coelho – wilmabaiacoelho@hotmail.com

ANEXO B – Projetos de pesquisa (aprovados) de pesquisadoras/es integrantes de grupos que fazem interlocuções em torno da temática gênero na UFPA, 1995-2006.

- Escritoras paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém/PA.
- Inventário das práticas e saberes das mulheres paraenses no campo da Literatura e de outras Artes.
- Gênero, política e representações.
- Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (GEPEM).
- Beleza negra.
- 100 anos depois: a mulher negra no Brasil.
- Vergonha ou intimação? O retrato da violência contra a mulher na cidade de Belém.
- A juventude negociada entre a vida adulta e adolescência: uma abordagem sobre a sexualidade a partir do olhar sobre adolescentes e mulheres albergadas de Belém do Pará.
- Gênero, política e representações sociais.
- Narrativas de mulheres, narrativas albergadas: albergues – travessias ou cárceres simbólicos.
- Vergonha ou intimação? Um retrato da violência cometida contra a mulher na cidade de Belém.
- Os caminhos cruzados da religião: a história do Espiritismo no Pará.
- Mulheres eleitorais e processos eleitorais no Pará.
- Perfil das mulheres eleitas às prefeituras e câmaras municipais: Pará, 1994 e 1996.
- A mulher e o mar: entre o pescado, a política e a casa.
- Cidadania, participação política e gênero: Pará, 1932-1996.
- Mulheres, política e cidadania.
- Participação e representação política feminina no Norte do Brasil: um estudo comparativo sobre os sistemas de cotas (1996-2000).
- Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e relações de gênero (GEPEM).
- Grupo de Estudos Eleitorais e Legislativos do Pará (GEELPARÁ).

- Cooperativismo, gênero, raça e idade, na Região Metropolitana de Belém.
- Família, gênero e prostituição: entre a modernização e permanência de estruturas de poder na Amazônia.
- Escritas paraenses em prosa e verso: os protocolos de inserção da autoria feminina no cânone escolar de Belém/PA.
- Sexualidade e direitos humanos: o dito nos escritos do judiciário.
- Saúde e educação: cenário para a cultura da prevenção.
- Resposta ao desafio da AIDS no Brasil: limites e possibilidades.
- Transversalidade de gênero no Programa Urbano da Oxfam.
- De não ser pedreiro e outras histórias: as relações amorosas dos homens das camadas populares.
- Casamento e família em Belém 1995-2005.
- Do “Misero Escravo” a “bela Joanhina”. Raça, gênero, jornais e memória social em Belém (final do séc. XX).